

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

EDILSON PIMENTEL

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS PARA QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO OESTE DO PARÁ – CAMPUS DE JURUTI

JURUTI-PA

2023

Edilson Pimentel

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS PARA QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE
DO PARÁ – CAMPUS DE JURUTI

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dr^a Beatriz Martins Moura

Juruti-Pa

2023

Ficha Catalográfica

PIMENTEL, Edilson

Educação superior na Amazônia: políticas de ações afirmativas para quilombolas da universidade federal do oeste do pará – campus de juruti / Edilson Pimentel. Cidade: Juruti-Pa, FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas 103 folhas

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientador/a: Prof. Dra. Beatriz Martins Moura

Edilson Pimentel

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS
PARA QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ –
CAMPUS DE JURUTI

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em

Orientadora: Profa. Dr^a Beatriz Martins Moura
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Carla Ramos
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Me. Anderson Pereira

Profa. Dra. Selma Brito

“À Deus pelo dom da vida”

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Maria da Saúde Pimentel, pelo incentivo diário, pelos ensinamentos, pelo amor dispensado a mim

À minha tia Maria da Conceição Pimentel pelo incentivo.

A minha orientadora, Professora Dra. Beatriz Martins Moura, pela dedicação, paciência e sabedoria na orientação desta dissertação.

Aos professores do programa, pelo compromisso e dedicação

À Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso

Aos discentes quilombolas, coordenadores de curso, coordenador acadêmico da Ufopa do Campus de Juruti-Pa, pela boa vontade em contribuir com a pesquisa.

A todos que ajudaram na construção desta dissertação, seja com uma dica de leitura, com empréstimos de livros, com acesso à documentação, com entrevistas ou mesmo com uma palavra de apoio.

“não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1974, p. 136)

Resumo

A pesquisa é fruto da demanda da Faculdade Latino- Americana de Ciências Sociais – FLACSO, Brasil, no âmbito do curso “Maestría Estado, Gobierno Y Políticas Públicas” em parceria com a Fundação Perseu Abramo. e uma inquietação da realidade pessoal e profissional. Assim, analisamos as questões relacionadas a permanência dos alunos quilombolas no ensino superior no Campus Universitário de Juruti-Pa, e produzimos uma reflexão teórica acerca das políticas de Ações Afirmativas, e políticas de assistência estudantil. O foco são as políticas de permanência da Universidade Federal do Oeste do Pará, Campus de Juruti, no período de 2018 a 2021. A abordagem da pesquisa teve uma proposição qualitativa de investigação, compreensão, explicação e descrição da realidade que envolve a questão da permanência dos estudantes quilombolas. Os dados obtidos foram através de entrevistas e aplicação de questionários. Para balizar a pesquisa partimos da pergunta inicial: quais os desafios/entraves para a permanência dos discentes quilombolas nos cursos de graduação da Universidade federal do Oeste do Pará – Campus de Juruti?

Palavras-chave: Alunos Quilombolas; Ações Afirmativas; Permanência; Universidade Pública; Universidade Federal do Oeste do Pará.

Resumen

La investigación es el resultado de una demanda de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO, Brasil, en el marco del curso “Maestría Estado, Gobierno Y Polis Públicas” en alianza con la Fundación Perseu Abramo. y una inquietud de la realidad personal y profesional. Así, analizamos las cuestiones relacionadas con la permanencia de los estudiantes quilombolas en la educación superior del Campus Universitario de Juruti-Pa, y producimos una reflexión teórica sobre las políticas de Acción Afirmativa, las políticas de atención al estudiante. El foco está en las políticas de permanencia de la Universidad Federal del Oeste de Pará, Campus de Juruti, de 2018 a 2021. El enfoque de la investigación tuvo una propuesta cualitativa de investigación, comprensión, explicación y descripción de la realidad que envuelve la cuestión de la permanencia de estudiantes quilombolas. Los datos obtenidos fueron a través de entrevistas y aplicación de cuestionarios. Para orientar la investigación, partimos de la pregunta inicial: ¿cuáles son los desafíos/obstáculos para la permanencia de los estudiantes quilombolas en los cursos de graduación de la Universidad Federal del Oeste de Pará – Campus Juruti?

Palabras clave: Estudiantes Quilombolas; Acciones Afirmativas; Permanencia; Universidad pública; Universidad Federal del Oeste de Pará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa das meso e micro regiões do estado do Pará. Fonte: Atlas geográfico escolar do município de Juruti-PA	22
Figura 2. Fonte: comunicação/Ufopa. Prédio do Campus Universitário de Juruti.....	26
Figura 3. Fonte: Portal obidense. Porto de embarque de bauxita em JURUTI-PA	27
Figura 4. Fonte prefeitura de Juruti. Festibal das tribos 23/06/2020.....	28
Figura 5 Fonte Anuário estatístico UFOPA, 2022	31
Figura 6. Fonte Anuário estatístico/Ufopa 2022	32
Figura 7. Mapa de Localização dos territórios quilombolas (organizado por VASQUES, J.G).....	43
Figura 8. Município de origem dos discentes quilombolas (elaborado pelo autor).....	48
Figura 9: Fonte Site oficial Ufopa, (elaborado pelo autor)	60
Figura 10. Fonte SIGAA. Elaborado pelo autor	64
Figura 11. Evolução dos programas de bolsas no período de 2018 a 2021. Fonte anuário estatístico Ufopa, 2022.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica (elaborado pelo autor).....	30
Tabela 02. Fonte: Pró-reitoria de Ensino de Graduação/Ufopa (Produzido pelo autor). 62	62
Tabela 3: Auxílios financeiros e bolsas disponíveis na Ufopa Campus de Juruti.	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.APROXIMAÇÃO COM O TEMA DA PESQUISA E PARTICIPANTES	18
1.1Espaço de delimitação da pesquisa	21
1.2 Fases e procedimentos da pesquisa	32
2.EDUCAÇÃO E COMUNIDADE QUILOMBOLAS NO BAIXO AMAZONAS.....	39
2.1 Formação dos quilombos na Região do Baixo Amazonas	39
2.2 Características dos quilombos da região: um espaço de resistência.....	45
2.3 Educação Básica: percurso e modos de vida dos discentes quilombolas.....	48
2.4 Ensino Superior no Baixo Amazonas e criação da UFOPA	55
3. PERMANÊNCIA DOS DISCENTES QUILOMBOLAS NO CAMPUS DE JURUTI- PA	67
3.1 Análise e interpretação de dados do estudo	67
3.2 Contribuições das Políticas de ações afirmativas: um retrato social.....	68
3.3 Ações afirmativas no contexto da Ufopa	79
3.4 Assistência estudantil: influências dos auxílios e bolsas na Permanência no Campus de Juruti	82
3.5 Permanência dos discentes quilombolas no contexto da pandemia de Covid 19.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
BIBLIOGRAFIA	98

INTRODUÇÃO

No Brasil, a desigualdade social é fator de exclusão de uma imensa parcela da sociedade ao acesso à universidade. A parcela mais empobrecida da sociedade buscou mudar essa realidade, iniciando uma longa jornada com o objetivo de garantir seus direitos. A partir da organização, essas pessoas que tinham pautas em comum, passaram a pressionar para que o estado passasse a buscar estratégias e ações para em certa medida minimizar as mazelas sociais que a maioria da população brasileira sofreu desde a colonização. A partir dessas intervenções dos movimentos sociais organizados, foi possível que se iniciassem as discussões para implementação das políticas ações afirmativas, sobretudo de acesso ao ensino superior.

Destacamos as lutas dos movimentos sociais para as conquistas de seus direitos, a constituição de 1988, por exemplo, já estabelece uma série de garantias, como no art. 5º que assevera que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, esses são avanços importantes que permitiram que outros direitos fossem conquistados posteriormente a Lei Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010, mais especificamente no Art. 3º inciso, VII, estabelece, “a implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros”¹.

Nesse sentido, após o início dos governos populares no Brasil, governo Lula 01, iniciado em 2003, com vistas a equidade de oportunidades, intensificaram-se os debates para a compensação das pessoas historicamente excluídas do exercício pleno de direitos e cidadania. Dessa forma, o debate da diminuição da desigualdade esteve em evidência e uma das formas de combate às desigualdades seria o acesso ao ensino superior. Então foram criadas leis e políticas de ações afirmativas para possibilitar que os negros, indígenas e estudantes de escolas públicas pudessem adentrar ao ensino superior através de políticas de cotas e reserva de vagas.

Comprendemos que o acesso à escolarização e à qualificação profissional seja essencial para que o indivíduo seja construtor de sua própria história, para isso as ações afirmativas são um componente de garantia de direitos, haja vista, a necessidade de levar em

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

consideração todo o histórico de exclusão e discriminação sobre o qual o Brasil se construiu e que já foi amplamente debatido na literatura, Abdias Nascimento (1978) em sua obra já advertia: “Muito pelo contrário, a realidade dos afro-brasileiros é aquela de suportar uma tão efetiva discriminação que, mesmo onde constituem a maioria da população, existem como minoria econômica, cultural e nos negócios políticos” (NASCIMENTO, 1978, p. 83).

Neste contexto sabemos da importância do acesso à educação superior, mas a permanência na universidade é fundamental temos atenção, pois a procedência dos alunos e a situação de vulnerabilidade social em que muitos se encontram são questões que acabam contribuindo para a baixa qualidade na aprendizagem e também para evasão.

Deste modo, discutiremos nesta pesquisa, as ações de apoio implementadas em âmbito nacional e na universidade para que os alunos após o acesso possam permanecer na universidade. Alguns dessas ações são objetos desta pesquisa que apresentamos que buscou dar atenção exclusiva aos alunos quilombolas do Campus da Ufopa de Juruti, buscando responder à pergunta inicial que nos instigou: Quais os desafios/entraves para a permanência dos discentes quilombolas nos cursos de graduação da Universidade federal do Oeste do Pará – Campus de Juruti?

Esta pergunta inicial está intimamente ligada aos nossos objetivos que, nesta mesma linha, busca compreender esses desafios e entraves em relação a permanência dos discentes quilombolas no Campus de Juruti. Para isso, delineamos alguns objetivos específicos que nos apontaram caminhos para o êxito deste estudo: compreender a complexidade dos fatores objetivos e subjetivos que dificultam o acesso e permanência aos cursos de engenharia pelos quilombolas; refletir sobre o objeto em questão fazendo uma correlação das políticas públicas de ações afirmativas para permanência e conclusão da graduação e impacto disso nas dimensões socioeconômicas dos quilombolas. Nossa pretensão é contribuir com o debate acerca da permanência dos quilombolas no ensino superior, assim, esta dissertação esta disposta de forma a facilitar a leitura e o entendimento dos possíveis leitores.

No primeiro capítulo trataremos a aproximação com o tema da pesquisa onde falamos das nossas motivações para a escolha da temática, descreveremos de forma breve nossa trajetória pessoal e profissional que compreendemos está alinhada com os interesses desta pesquisa. Abordaremos a importância das políticas públicas, no atendimento das demandas da população, assinalando cada uma e que de alguma forma alcançam esta temática. Ademais tivemos a preocupação de delimitar o espaço da pesquisa que compreende o Campus universitario da Ufopa de Juruti, trazendo o seu histórico de criação e implantação no

município e suas influências nos municípios que fazem parte da região do Baixo Amazonas.

E, trazemos as fases e procedimentos da pesquisa que foram utilizados, que tem como premissa uma abordagem de cunho qualitativo, com a descrição dos relatos, assim como exploratória. Utilizamos entrevistas, para obtermos dados qualitativos e quantitativos fazendo uma analogia da percepção dos quilombolas sobre os cursos e as questões referentes às políticas socioculturais e simbólicas que envolvem esses grupos, assim como as dificuldades encontradas ao longo do percurso acadêmico.

O estudo contou com a disposição dos discentes quilombolas ativos e desistentes nos cursos disponíveis no Campus de Juruti, assim como dos coordenadores de curso e coordenador acadêmico. A pesquisa foi realizada em três etapas que inclui organização bibliográfica, documental e execução das atividades de pesquisa. O período para a realização dessa atividade de coleta de dados, seleção dos participantes discentes, análise das entrevistas foi de dois meses.

No segundo Capítulo, trataremos as questões educacionais e as comunidades quilombolas fazendo uma descrição do processo histórico da escravidão no período colonial assim como a formação dos quilombos na região do Baixo Amazonas. Ademais discutiremos as características desses quilombos e suas particularidades. No que tange a educação na região faremos uma reflexão que perpassa pela educação básica dos discentes quilombolas da região fazendo conexão com os seus modos de vida.

Abordaremos também nesta dissertação o nível superior na região oeste do estado do Pará que tem como protagonismo a chegada da Universidade Federal do Oeste Pará (UFOPA), possibilitando que pudessem ter acesso ao ensino superior os cidadãos/cidadãs que vivem nessa parte da região Amazônica (baixo Amazonas)².

A universidade em questão é relativamente nova em relação às demais, sua inauguração se deu no ano de 2009, sua criação faz parte do programa de expansão das universidades federais, fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica. Surgiu da incorporação do Campus de Santarém da UFPA e da Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), as quais mantinham suas atividades na região Oeste paraense.

²-A região é formada por 13 municípios, possui belezas naturais ainda intocadas e expressivo folclore. Ocupa uma área de 315.000 km², com uma população de 705.737 habitantes. Disponível em: <http://www.navegapara.pa.gov.br/regiao-baixo-amazonas>

No ano de 2019 a UFOPA contava com quase 6 mil alunos cursando um dos 49 cursos de graduação ofertados pela Universidade, mais de mil novos estudantes ingressando a cada³. Nesse contexto, há o processo de inclusão dos povos indígenas e quilombolas, que iniciou na instituição em 2011, com a criação do processo seletivo para indígenas (PSEI) e, em 2015, para quilombolas (PSEQ). A maioria dos candidatos são oriundos do próprio Estado. Essas políticas de inclusão são a possibilidade de o Estado brasileiro corrigir um erro histórico com essas populações que foram excluídas do sistema educacional formal⁴.

Essas políticas sociais vêm para afirmar esse direito configurando-se como uma forma do Estado reconhecer o equívoco na implantação da política educacional do País, que excluía uma parcela considerável da população brasileira. As políticas de ações afirmativas⁵ são um marco na geração de oportunidade para estes grupos até então vitimados e discriminados pela exclusão socioeconômica.

No ano de 2019 a UFOPA contava com 288 quilombolas cursando o ensino superior, de acordo com dados divulgados pelo Sistema de Comunicação Ufopa⁶. O ensino superior público no oeste paraense é bastante recente, com início da década de 80 com alguns cursos de interiorização da Universidade Federal do Pará (UFPA) para a formação de professores da educação básica, no município de Santarém. As pessoas que tinham o interesse em ter acesso ao ensino superior teriam que se dirigir para a capital do Estado, Belém ou Manaus capital do Amazonas.

Por ter essas particularidades, a realidade socioeconômica da região é diversa, com a sobrevivência baseada na agricultura, pecuária, pesca, extrativismo mineral e vegetal. Assim, devido à essa potencialidade é que foram escolhidos os cursos de Engenharia para o *campus* Regional de Juruti, como também o fato de que o município é sede de uma empresa mineradora de Bauxita, matéria prima do Alumínio, com início de suas atividades no ano de 2008, abordaremos essas questões de forma mais aprofundada no primeiro capítulo.

³-Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/ufopa-10-anos-contribuicoes-para-a-educacao-no-oeste-do-para/>

⁴-De acordo com Lima (2010) “Nos último quinze anos, os indicadores educacionais têm melhorado para todas as faixas de ensino, em todos os grupos sociais, embora ainda sejam observadas desigualdades nas séries mais adiantadas”.

⁵-Feres júnior (2018, p. 14) “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo”.

⁶-Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/ufopa-10-anos-contribuicoes-para-a-educacao-no-oeste-do-para/>

A escolha do tema da pesquisa surgiu da inquietação resultante da realidade pessoal e profissional que estou inserido. Trabalho no *Campus* Universitário de Juruti que oferta dois cursos de engenharia (Engenharia Agrônômica e Engenharia de Minas) para a formação de profissionais qualificados para atender o mercado de trabalho em expansão na região – agronegócio e mineração, com reserva de vagas para estudantes indígenas e quilombolas, sendo esse segundo grupo, nosso foco de pesquisa.

É preciso destacar que a região possui algumas comunidades quilombolas, mais concentradas nos municípios de Óbidos⁷ e Oriximiná⁸, (com 82 km de distancia entre si), no município de Juruti, sede do Campus da UFOPA não há registros de quilombos. Na microrregião de óbidos que concentra esses municípios, existem 16.532 ⁹de pessoas declaradas descendentes e remanescentes de quilombolas.

É importante enfatizar que são cursos relativamente novos, pois iniciaram suas atividades no ano de 2017, apesar da universidade ter sido criada em 2009, devido à questões administrativas, financeiras e estruturais. Em seguida traremos os resultados da pesquisa fazendo uma análise minuciosa dos entrevista realizadas com os profissionais envolvidos assim como os discentes quilombolas, tendo a preocupação de dialogar com os trabalhos existentes e autores que já discutem essa problemática.

Neste terceiro capítulo demonstramos a questão essencial que é a permanência dos discentes quilombolas, mas de início discutiremos alguns modelos de análise que compreendemos serem necessários. Adiante, enfatizamos a importância das políticas de ações afirmativas, fazendo um diagnóstico do Campus da Ufopa de Juruti e da Ufopa de forma geral. Finalizando as análises demonstraremos as influências da assistência estudantil, ou seja, dos auxílios e bolsas na Permanência no Campus de Juruti. Na oportunidade convidamos para essa viagem na compreensão das diversidades socioculturais da região oeste do Pará e as batalhas que os quilombolas enfrentam para a conquista de uma graduação. Boa leitura!

⁷-Óbidos, localizado a uma latitude 01°55'03" sul e longitude 55°31'05" oeste, estando a uma altitude de 46 metros acima do nível do mar. O município possui 50 317 habitantes distribuídos em 26 825 km² de extensão territorial. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93bidos_\(Par%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93bidos_(Par%C3%A1))

⁸-A sede municipal localiza-se na latitude 01°45'56" sul e na longitude 55°51'58" oeste, estando a uma altitude de 46 metros acima do nível do mar.[12][13] Com 107.602,99 quilômetros quadrados de extensão territorial, População total est. IBGE/2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Oriximin%C3%A1>

⁹-Disponível em: <https://brasil61.com/n/quilombolas-da-microrregiao-de-obidos-pa-sao-vacinados-contra-covid-19-vaql210019>

1. APROXIMAÇÃO COM O TEMA DA PESQUISA E PARTICIPANTES.

Este trabalho que nos propomos é fruto da demanda do curso “Maestría Estado, Gobierno Y Políticas Públicas” e uma inquietação da realidade pessoal e profissional. Como toda pesquisa requer uma motivação em busca de resposta aos questionamentos de uma realidade e/ou problema, meu primeiro estímulo para estudar as questões ligadas aos estudantes quilombolas e as políticas públicas destinadas a esses estudantes, constitui-se do simbolismo cultural. Mais que isso as tradições e costumes advindos dos negros, minha descendência traz uma carga de identificação pessoal e profissional com esses valores e crenças e sobretudo solidariedade com o que viveram/vivem os negros outrora e atualmente, submetidos a toda a espécie de violência.

Minha bisavó materna, já falecida, era uma mulher negra, não temos informações de sua origem, se nasceu em solo jurutiense ou veio de outro lugar, mas lembro da sua postura, uma senhora corpulenta, vestida com uma saia grande de pano grosso e o cachimbo sempre a boca. Teve cinco filhos dentre os quais meu avô. Fui testemunha ocular de diversas tradições e que eram repassados para todos os membros da família. Como a caça, a pesca, culinária entre outros costumes. Assim como a participação nas rezas e eventos religiosos, a religião católica sempre foi preponderante na família, e entre a maioria da população no município. Ademais a participação em eventos culturais que envolviam a dança na comunidade era comum.

Fui membro de um grupo de boi bumbá denominado “Mauquinha” à época tinha entre seis e sete anos de idade. Meu tio avô também era membro de um grupo de dança de Boi Bumbá denominado de “Boi Campineiro”, que deixou de existir há algum tempo, mas que era famoso na cidade de Juruti-Pa. O Boi era presença garantida em eventos realizados no município, seja de cunho religioso ou festivo. Em minha memória, os componentes eram de maioria negra, faziam parte pescadores, agricultores entre outros trabalhadores que faziam parte de forma voluntária do grupo.

Um segundo estímulo é de natureza profissional. Após a conclusão do Ensino Médio (antigo Magistério que passou a ser chamado Ensino Normal), no ano de 2004, cursei pelo sistema modular de ensino (SOME)¹⁰ a formação, que preparava professores para o ensino

¹⁰ O Some Programa de responsabilidade da SEDUC-PA criado a mais de quarenta anos, onde os professores ministram disciplinas condensadas durante um curto período de tempo. Funciona com o sistema de parceria – o

fundamental I e II geralmente com contratos temporários pela Secretaria municipal de Educação. Depois de formado surgiu vaga para trabalhar nas comunidades rurais, muitos dos meus colegas daquela época começaram a trabalhar, atualmente são professores e moram nas comunidades.

Durante o curso para o magistério percebi que não tinha vocação para a docência, mas a realidade se impunha, assim, sem perspectiva de trabalho e emprego no município Juruti, assim, trabalhava nos serviços “pesados” principalmente na roça (plantando e colhendo) com meus tios e minha mãe, onde aprendi todos os processos desde a plantação da maniva até a torração da farinha. Foi então que, após a conclusão do ensino médio, viajei para Manaus em busca de melhores condições de sobrevivência. Me vem a lembrança a emoção na viagem com destino a capital do Amazonas e da saudade de casa por longos e infinitos dias.

O governo Lula estava em seu segundo ano, muitas políticas públicas criadas não existiam. Hoje percebo o quão importante é uma política pública, sobretudo a que garante o acesso ao Ensino Superior nas universidades para aluno de escola pública, assim como a garantia do recebimento de uma bolsa para a permanência. Na época, fiz o vestibular para o curso de Tecnólogo em Mecânica na UEA¹¹, Técnico em Mecânica no CEFET¹² mas com a formação incipiente no ensino médio e sem recurso para o pagamento de cursos preparatórios, a investida foi sem sucesso – as dificuldades eram muitas principalmente nas disciplinas de exatas. No entanto, eu sempre nutri a esperança que um dia teria a oportunidade de cursar uma graduação, obter a formação e retornar para o município que nasci, nesse período estava em processo de instalação as bases da empresa mineradora, assim seria uma forma de fazer parte da empresa como profissional qualificado.

Nessa oportunidade conheci pessoas que me ajudaram de diversas formas, aprendi com as dificuldades que as oportunidades são para serem aproveitadas. Consegui, então, através de um processo seletivo no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) uma vaga para aprendiz num curso de “operador de linha montagem para a indústria eletrônica” o que me possibilitou receber um salário-mínimo, almoçar na empresa e receber vale transporte para o deslocamento, aquilo foi o início de uma reviravolta na minha existência.

município fornece o espaço e a Seduc é responsável pelos professores, alimentação escolar e outros recursos pedagógicos.

¹¹ Universidade Estadual do Amazonas

¹² Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas que depois passou a ser chamado de IFAM.

Isto se deu no período do governo Lula, que alterou através da Lei 11.180 a idade para a aprendizagem, passando de 18 anos até 24 anos, minha idade era 22 anos. Após essa fase a prefeitura de Juruti lançou o edital para o concurso público do município, fui aprovado. Nesse curto tempo na Capital do Amazonas, obtive experiência, conhecimentos e a vontade de contribuir com a mudança da minha realidade assim como de minha família. Retornando ao Município de Juruti, tive a oportunidade de adentrar ao nível superior, mais especificamente no curso de Geografia na UFPA (Universidade Federal do Pará), uma política de formação de professores realizado de forma intervalar, ou seja, no período das férias escolares da educação básica, ao qual tive contato com as leituras importantes, apesar da formação não assumir a docência.

O curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia voltado para docência nos ensinos fundamental e médio com uma formação para realidade humana, social e econômica, pesquisa, objetividade, capacidade de análise e interpretação. E também em técnicas de representação espacial, tais como, a cartografia e o geoprocessamento. Foi uma parceria da prefeitura Municipal de Juruti e a Universidade Federal do Pará – num total de 50 vagas, sendo metade das vagas ofertadas para professores e metade para a comunidade de modo geral, mediante processo seletivo. O curso teve a duração de 05 anos dando o direito ao egresso a certificação em licenciatura e bacharelado

Em paralelo trabalhei na empresa Alcoa a (Aluminum Company of America) exploradora da bauxita, matéria prima do *aluminium*, por cinco anos. Essa experiência acadêmica e profissional foi importante para obter uma compreensão das transformações de ordem política, social e econômica na Amazônia e suas contradições e desdobramentos. Portanto, temos a consciência que esses fatos, demonstram que o desenvolvimento por um lado contribui com a melhoria de vida das pessoas com emprego e renda, mas por outro lado produz uma série de violências que vai desde a perturbação do sossego, como também da violência simbólica, com o apagamento cultural que existia.

Nesse sentido, Cruz (2017, p. 98) enfatiza a elaboração na qual as pessoas são transformadas em cidadãos de segunda classe, deslegitimando seus modos de vida, quando trabalha a questão dos barranqueiros em sobradinho no contexto da Hidrelétrica da CHESF:

No tratamento dado aos “barranqueiros” em Sobradinho, vemos uma forma de se relacionar com os mesmos que nega o reconhecimento de seu modo de vida e a própria visão de mundo dessas pessoas. A percepção sobre bem-estar imposta aos atingidos, de forma autoritária, não somente resultou em um apagamento e silenciamento de reações contrárias como também justificou o tratamento diferenciado entre diferentes estratos de pessoas atingidas. Cabe mencionar que esse

processo de negação é, como mostrei antes, muito antigo e difundido nacionalmente em relação tanto aos sertanejos do Nordeste quanto aos habitantes dos sertões em sentido mais amplo (CRUZ,2017, p. 98).

Portanto, essa realidade social, impôs uma nova dinâmica ao território influenciando de modo considerável no modo de vida das pessoas ao qual somos parte, pois habitamos nesse espaço social. Após essa reflexão retornamos ao que nos levou ao interesse pela pesquisa. A culminância dessa trajetória foi a conquista de uma vaga como Técnico Administrativo da Ufopa no ano de 2013 através de concurso público e a posse em 2016. Atualmente estou secretário do curso de Agronomia trabalhando diretamente com os discentes do curso, da qual os discentes quilombolas fazem parte. Essa experiência com esse público no dia-a-dia, faz com que tenhamos conhecimento das dificuldades que enfrentam diariamente na Universidade, por esse e entre outras razões que nos propomos a pesquisar e descrever os resultados nesta dissertação que o leitor atento testemunhará.

A partir do exposto, minha inserção profissional ao longo desses anos me permitiu compreender a importância das políticas públicas no atendimento das demandas sociais. Assim, assinalamos que políticas públicas tanto de educação (transportes, merenda escolar, construção de escolas em áreas rurais) como de transferência de renda, (bolsa, família, benefício de prestação continuada) são políticas que, de alguma forma, tentam inserir as pessoas de baixa renda ou em vulnerabilidade ao chamado “desenvolvimento social”, mas que por vezes são insuficientes e não atendem de modo satisfatório o conjunto da sociedade, sobretudo no que concerne aos grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas que de alguma forma são fundamentais para as pessoas que assim como eu na época de estudante, não tinha a quem recorrer.

1.1 Espaço de delimitação da pesquisa

Nesta seção demonstraremos o lócus da pesquisa. Como os sujeitos da pesquisa são discentes do Campus de Juruti, logo, o espaço delimitativo será o *Campus*, onde desenvolvem suas atividades acadêmicas, e conseqüentemente onde passam maior parte do tempo no período das aulas. Assim, passamos a apresentar a Universidade Federal do Oeste do Pará, especificamente o Campus Universitário de Juruti, que foi criado simultaneamente por força de lei, em 05 de novembro de 2009 sob o número de 12. 085, aproveitando a estrutura

organizacional e física da Universidade Federal do Pará, como também da Universidade Federal Rural da Amazônia, no contexto do Reuni¹³ – programa instituído pelo governo federal para a expansão da Universidades públicas. A criação da instituição de forma *multicampi*, está presente além da sede Santarém em mais seis *campis*, Alenquer, Juruti, Itaituba, Óbidos, Oriximiná e Monte Alegre.¹⁴ A seguir a figura 01 mostra o mapa de localização dos municípios das mesorregiões e microrregiões do estado do Pará:



Figura 1. Mapa das meso e micro regiões do estado do Pará. Fonte: Atlas geográfico escolar do município de Juruti-PA.

Como justificativa para a escolha desse lócus de pesquisa é a atuação profissional nesse ambiente universitário, assim como a vivência com os discentes quilombolas, nas conversas

¹³ REUNI, que foi uma política de apoio as universidades públicas, esse Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

¹⁴ O estado do Pará, subdividido em 7 regiões geográficas intermediárias e 21 regiões geográficas imediatas. Seus limites são com o estado do Amapá a norte, Roraima a noroeste, Amazonas a oeste, Mato Grosso a sul, Tocantins a sudeste, Maranhão a leste; além do Suriname e Guiana ao extremo norte. O Pará possui uma densidade demográfica considerada baixa, sendo superado apenas por Rondônia em sua macrorregião. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Par%C3%A1>

informais, o contato diário pelos corredores do Campus, nos possibilita o conhecimento da realidade mais de perto. Com esse conhecimento é possível ficarmos mais atentos as suas demandas, seja relacionado as questões acadêmicas, passando orientações dos editais de pesquisa, ensino e extensão, como também relacionados aos auxílios financeiros para a permanência desses alunos. Esse contato mais aproximado, nos torna mais sensíveis as causas desses alunos, assim contribui para que tenhamos o entendimento das transformações que políticas de ações afirmativas são capazes de contribuir com as mudanças de paradigmas sociais, dando condições não somente para a entrada dos alunos ao nível superior, mas que estes tenham a possibilidade de permanência e conseqüentemente a oportunidade de conclusão dos cursos. Dito de outra forma por Santos (2020, p.11) “não basta o acesso ao estudante, é necessário a permanência e o sucesso, entendido como a conclusão do Curso Superior, com qualidade”.

Anterior aos governos populares do Partido dos Trabalhadores, pouco ou nada se falava no acesso ou permanência ao nível superior, dificilmente os alunos que não tinham condições de se prepararem em cursinhos entravam na Universidade pública, ainda mais em cursos considerados da elite, não havia a democratização do ensino superior. Para corroborar com essa reflexão pegamos emprestado um comparativo feito por GOMES & MORAES (2009)

“pode-se afirmar que o sistema de educação superior no Brasil pode ser definido como sistema de elite até o ano de 2002, porque durante o período compreendido entre 1980 e 2002 a população matriculada passou de 8,6% para pouco mais de 15%, respectivamente. É somente em 2003 que o volume de matrículas atinge a casa dos 16%. É, portanto, a partir desse período que assistimos a transição do sistema de elite para o sistema de massa, quando o volume de matrícula alcança, em número absoluto para o ano de 2003, o total de 3.887.022, o que representa quase três vezes o número de matrículas registradas no ano de 1980”. (GOMES & MORAES, 2009, p. 4).

Nesse sentido é importante reconhecer que no Governo FHC deu-se início as diversas ações de ordem política e econômica para que as políticas públicas fossem criadas e efetivadas, inclusive com a criação do ENEM elaborado como instrumento de avaliação do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica, passando a ser considerado para seleção pela maioria das universidades Públicas e privadas no governo Lula, que criou

também a Lei de cotas LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012¹⁵ que possibilitou que muitos alunos tivessem a chance da conquista da sua graduação.

Por outro lado, temos a compreensão que essas políticas são um importante instrumento de acesso ao nível superior pelos quilombolas, dadas as proporções consideramos que os avanços, as conquistas e os direitos adquiridos foram resultados de muitas lutas dos movimentos sociais organizados que buscaram pressionar os poderes com suas pautas de reivindicações. As principais conquistas após o período de redemocratização – o reconhecimento do racismo como crime, constituição das cotas, inserção da disciplina da História da África, demarcação dos Quilombos e comemoração de 20 de novembro “dia da consciência negra”. De acordo com, Sabino et al (2022)

A entrada do século XXI marca uma fase caracterizada pela efetivação de políticas públicas que foram bandeiras históricas dos movimentos negros na luta pela educação no Brasil. A III Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001, foi um marco para as políticas afirmativas. Ao final do evento, conseguiram um compromisso (assinado) de que o estado brasileiro passasse a colocar em sua agenda ações governamentais que reparassem as desigualdades de acesso à educação e ao trabalho (SABINO et al, 2022, p. 8)

Esses movimentos pautaram suas demandas e de certo modo conseguiram êxitos e na Amazônia não foi diferente. A implantação da Ufopa, Instituição de Ensino Superior no interior da Amazônia contribui significativamente para o desenvolvimento regional, destaque-se que nesse espaço há uma grande concentração de indígenas e quilombolas, nada mais justo que as ações afirmativas possam contribuir para que esses povos colaborem para a mudança de sua realidade social e existencial.

A Ufopa como Instituição Federal de Ensino suscita uma enorme expectativa na formação acadêmica e profissional, sobretudo dessas populações historicamente excluídas indígenas e quilombolas, ainda mais por elencar em seus documentos oficiais uma preocupação social inclusiva, e não deixando de lado as questões ambientais, tema cada vez mais importante no cenário nacional e internacional, que estão entrelaçadas com a existência desses povos em seus territórios. Em alinhamento a isto, trazemos um trecho contido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que:

“[...] pretende-se contribuir para a formação interdisciplinar de cidadãos, com ênfase tanto no desenvolvimento humano sustentável quanto no desenvolvimento sustentável da região amazônica; promover a valorização da diversidade

¹⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

sociocultural nos processos formativos; e desenvolver soluções tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento humano” (PDI-UFOPA, 2019-2023).

A institucionalização e materialização de políticas públicas são frutos das lutas sociais, essas conquistas refletem em muitas políticas públicas, assim sendo, outro fator que consideramos essencial é a implantação desde a criação da universidade do Processo Seletivo Especial que dá direito aos povos indígenas e quilombolas de acessarem cursos de graduação de forma diferenciada, o que discutiremos mais à frente.

Destaque-se que os movimentos sociais participaram ativamente nas discussões para a implantação da Ufopa, assim como para os processos seletivos especiais, desse modo, ressalta-se a participação indígena nos seminários realizados para sugestões e adequações das políticas afirmativas para os indígenas, como afirma, Munzanzu et al, (2022):

“Os seminários, como dito anteriormente, nos permitiram incentivar a participação direta e ampla na definição dos rumos que a universidade escolheria percorrer com sua política de ação afirmativa. Participaram desses seminários os representantes dos Territórios Etnoeducacionais Ixamná (Charuma, Cikyana, Hixkariana, Kahyana, Katuena, Kaxuyana, Manakayana, Mauayana, Parukoto, Tunayana, Tiryó, Xereuw, Xowyana, Waiwai e Yukwariyanao); Munduruku (Apiaka e Munduruku); e Território Etnoeducacional Arapiuns-Tapajós (Arapium, Arara Vermelha, Borari, Cara Preta, Cumaruara, Jaraqui, Maytapu, Munduruku, Tapajó, Tapuia, Tupaiu e Tupinambá)”.(MUNZANZU et al, 2022 p. 7)

Essa participação de alguma forma contribuía com suas pautas de defesas das florestas, assim como também havia o interesse de diversos atores econômicos devido a região ser estratégica na produção de *comodities*. Note-se que a universidade abriu um canal de diálogo com a comunidade, houve algumas audiências públicas com a participação de amplos setores da sociedade tanto da esfera pública quanto privada do Município para sugestão de cursos para serem ministrados no *Campus* de Juruti, mas a maior parte eram inviáveis – medicina, enfermagem e direito. Prevaleceu na escolha dois cursos, Agronomia e Engenharia de minas que são as potencialidades, tanto na agricultura familiar, agronegócio e a mineração de grande escala que estão presentes no município e na região oeste do Pará, onde está localizado o *Campus*.

O *Campus* Universitário de Juruti, localiza-se no município de Juruti, região Oeste do Pará, a 848 km de distância de Belém, capital do Estado, e 156,26 km, em linha reta, distante de Santarém, município onde se situa o campus-sede da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). A figura 02 mostra o prédio do Campus de Juruti.



Figura 2. Fonte: comunicação/Ufopa. Prédio do Campus Universitário de Juruti.

O município de Juruti foi fundado há 139 anos, tem uma população aproximada de 59.961 mil habitantes¹⁶ e sua principal fonte econômica gira em torno de bens e serviços da Prefeitura Municipal e comércio local, da agricultura familiar e do projeto de mineração da Alcoa (bauxita).

A figura 2 mostra o porto de embarque de bauxita no município de Juruti.

¹⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/juruti.html>



Figura 3. Fonte: Portal obidense. Porto de embarque de bauxita em JURUTI-PA

É importante enfatizar que o município foi um grande produtor de Juta na região, a fibra desse vegetal era utilizada pela indústria do café como sacaria para a embalagem da produção para a exportação, inicialmente no estado do Amazonas, a cidade de Parintins se destacava como o maior produtor, mas com a grande demanda houve a expansão para o estado do Pará na década de 1940, especificamente na região do baixo Amazonas, na qual incluía o Município de Juruti que tinha o solo assemelhado ao do Amazonas (áreas de várzea). “Ao longo da década de 1960, no auge do crescimento, o Pará foi responsável, em média, por um quarto da produção nacional, contribuindo para o país tornar-se autossuficiente na produção de juta” (SANTOS, et al, 2020). Na década de 80 essa produção começou a entrar em declínio, por diversos fatores de ordens econômicas, políticas e sociais.

O município possui uma das maiores manifestações culturais da região, que é o Festival das Tribos ¹⁷Indígenas de Juruti (Munduku e Muirapinima), realizado todos os anos

¹⁷ O Festival das Tribos Indígenas de Juruti ou Festrival (termo oficial da festa) é uma festa cultural realizada sempre no último fim de semana do mês de julho ou início de agosto na cidade de Juruti, oeste do Pará. Apesar da festa não há registros de aldeias indígenas no Município. Resgata em forma de espetáculo a cultura indígena nativa da cidade. Uma das maiores manifestações culturais da Amazônia. Observação: É importante enfatizar

no último final de semana do mês de julho. A festa retrata a cultura indígena em forma de música, artes cênicas, alegorias e danças. O modo de vida, os rituais indígenas, o pescador e o farinheiro são algumas das inspirações do festival. O Festrival nasceu como uma ramificação do Festival Folclórico de Juruti. O festival folclórico apresentava cordões de pássaros, quadrilhas, bumba-meu-boi e carimbó. Em 2022, o festival completou 28 anos ¹⁸e é um dos principais responsáveis pelo município estar no mapa do Ministério do Turismo.



Figura 4. Fonte prefeitura de Juruti. Festrival das tribos 23/06/2020.

O Campus da Ufopa em Juruti foi criado junto com a própria Universidade, em novembro de 2009. A partir de julho de 2010, iniciou cursos intensivos pelo Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), que, até janeiro de 2018, formaram mais de 300 professores nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura Integrada em Letras/Português e Inglês, Licenciatura Integrada em Matemática e Física, Licenciatura Integrada em História e Geografia e Licenciatura Integrada em Química e Biologia.

O programa é destinado aos professores da educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, que não possuem formação superior ou que trabalham em componentes diferente da sua formação, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

que o movimento indígena pauta o uso de palavras como aldeia, território, comunidade e povo, negando o uso da palavra tribo, que tem caráter pejorativo.

¹⁸ Dois anos não foi realizado devido a pandemia.

(LDB). O plano está vigorando desde 2009, disponibilizando todos os anos turmas em cursos de licenciatura, na modalidade presencial, em período das férias escolares. Para a oferta de cursos, a dinâmica segue em três etapas: os municípios informam o número de vagas de que necessitam, as instituições de ensino superior informam a oferta de cursos e de vagas, e os educadores fazem a pré-inscrição na licenciatura que pretendem cursar em uma plataforma específica na internet, denominada de Plataforma Freire. Para participar é exigido que o candidato esteja vinculado a educação básica e atuando em sala de aula e não ter curso de licenciatura. Os cursos tem a duração quatro anos.

Essa formação representou uma contribuição significativa para a formação dos professores da educação básica para todo o município, pois a maioria não detinha a qualificação necessária para atuarem na educação básica. Nesse âmbito, o Campus passou a ofertar os cursos regulares com a publicação, no Diário Oficial da União, da portaria nº 974/2017 da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), do Ministério da Educação. Com isso, a partir de novembro de 2017, começaram a funcionar em Juruti os cursos regulares de Agronomia e Engenharia de Minas, no prédio improvisado debaixo do Tribodromo¹⁹, espaço doado pela prefeitura de Juruti, onde funcionava a sede administrativa da instituição de ensino, sem condições necessárias para qualquer desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Após esse início, no ano de 2019 as atividades passaram a ser realizadas em prédio próprio, mas de forma improvisada, o prédio continua em processo de conclusão das obras – são quatro andares, mas apenas o térreo está em condições para uso. Mencionamos que o apoio da Prefeitura foi fundamental para a instalação do prédio com a doação do terreno para sua construção, assim como apoio para os discentes, como transportes para participação em eventos para fora do município. Essas ações fazem parte da Parceira de cooperação Técnica²⁰, tem como objetivo estabelecer mútua cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural com vistas à conjugação e ao aprofundamento de áreas de conhecimento afins, bem como a promoção e intercâmbio científico na realização de projetos comuns.

É importante frisar que o Campus de Juruti conta não somente com o apoio da prefeitura municipal, mas também com a parceria da mineradora ALCOA²¹, desde de aporte

¹⁹ Arena onde é realizado o festival das tribos de Juruti, embaixo das arquibancadas há estruturas com salas onde funcionou por um tempo o Campus da Ufopa de Juruti.

²⁰ Diário Oficial de União, nº 226 segunda-feira, 27 de novembro de 2017

²¹ (Aluminum Company of America) exploradora da bauxita, matéria prima do *aluminium*..

de recursos, mas como também na disponibilização de suas bases para que os alunos possam realizar suas atividades de estágio obrigatório, como também visitas técnicas.

Esse acordo de Cooperação Financeira entre Alcoa e UFOPA²², são parte dos investimentos da empresa na Agenda Positiva, da matriz de compensação de impactos ambientais. Essa Agenda inclui 54 ações voluntárias na cidade, que são compromissos da empresa. As medidas abrangem obras em vários setores, Educação, Saúde, Segurança, Justiça, Infraestrutura Urbana e Rural, Assistência Social e Cultura.

Os cursos disponíveis no Campus de Juruti são uma possibilidade de atendimento da mão de obra dessa mineradora, como também das potencialidades da região do Baixo Amazonas. Atualmente a comunidade universitária – docentes, técnicos e discentes do Campus de Juruti, está representada de acordo com a tabela 1 abaixo:

Categoria	Total
Discentes	319
Docentes	18
Técnicos Administrativo	09

Tabela 2. Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica (elaborado pelo autor)

De acordo com o anuário estatístico da universidade 2022, o curso de Agronomia do Campus de Juruti está formado por 148 alunos sendo 83 alunos do sexo feminino e 65 do sexo masculino. O curso de Engenharia de Minas dispõe de 66 alunos do sexo feminino e 88 do sexo masculino, totalizando 154 alunos. Em relação a cor/raça/sexo, de modo geral a Ufopa dispõe de um quadro bastante relevante como mostra a figura:

²² Página 95 da Seção 3 do Diário Oficial da União (DOU) de 27 de Junho de 2018.

Gráfico 10 - Quantidade de discente por cor/raça e sexo 2021.

Figura 5. Fonte Anuário estatístico UFOPA, 2022.

A comunidade acadêmica com esses números demonstra uma diversidade de alunos, sua instalação em uma região estratégica que detém uma presença grande de povos indígenas e quilombolas. Note-se que a Ufopa, segundo pesquisa divulgada pelo Jornal Nexo, tem pelo menos 70% dos discentes ingressantes pelas políticas afirmativas – pretos, pardos e indígenas.²³ A maioria dos ingressantes na Ufopa são oriundos de escola pública como mostra a figura 6.

²³ Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2022/As-universidades-federais-depois-das-cotas>

Gráfico 13 - Percentual de discentes de graduação por cor/raça e escola que concluiu o Ensino Médio

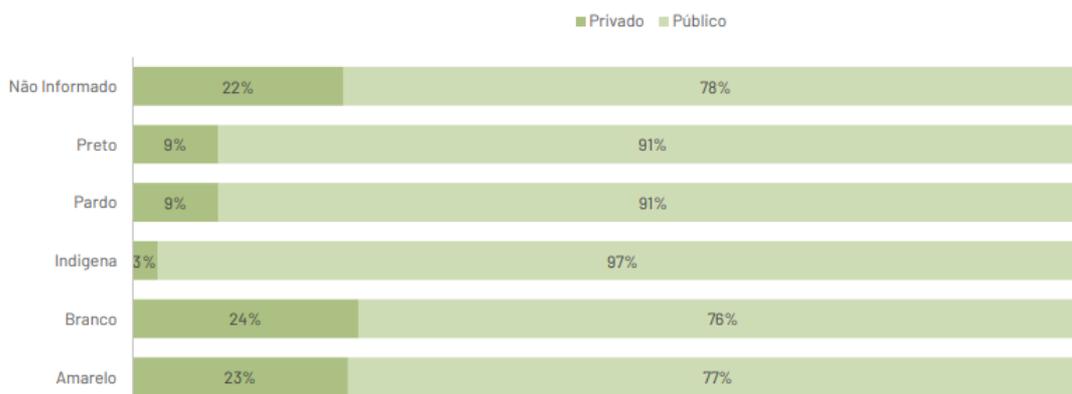


Figura 6. Fonte Anuário estatístico/Ufopa 2022.

A significativa quantidade de discentes oriundos de escola pública pode indicar que as políticas públicas na educação, embora com falhas que vão desde a formação dos professores, falta de estrutura entre outras condições deficitárias, estão contribuindo para o acesso dos cidadãos aos níveis de escolarização. No que concerne a estrutura organizacional do Campus universitário de Juruti, esta é composta pela atual direção, duas secretarias (Acadêmica e administrativa), biblioteca, conselho e colegiados, assim como os Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos dois cursos. Existem 03 laboratórios e um herbário. Após essas considerações referentes a delimitação de nossa área de estudo, passamos a descrever os procedimentos da pesquisa.

1. 2 Fases e procedimentos da pesquisa

Para atingirmos os objetivos da pesquisa trilhamos alguns caminhos que contaram com a leitura de trabalhos e textos que abordam o cenário da educação no Ensino Superior no que concerne às ações afirmativas, relacionando com a realidade social que essas pessoas estão inseridas. A abordagem da pesquisa tem uma proposição qualitativa ²⁴ de investigação, compreensão, explicação e descrição da realidade que envolve a questão da permanência dos estudantes quilombolas.

²⁴-Minayo & Sanches (2013, CAMPUS, 2016, p.38) “Esse tipo de abordagem evidencia a aproximação do sujeito com o objeto investigado buscando análises acerca da realidade mediante ao método e as técnicas de investigação escolhidas”.

O estudo buscou através das observações e percepções a respeito do tema Educação superior na Anazônia: políticas de ações afirmativas para os quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará – Campus de Juruti, tendo como pergunta norteadora: Quais os desafios/entraves para a permanência dos discentes quilombolas nos cursos de graduação da Universidade federal do Oeste do Pará – Campus de Juruti?.

As informações e dados foram adquiridas no ambiente rotineiro de trabalho, que inclui a inserção de alunos no sistema interno da universidade, cadastramento de planos de matrículas em disciplinas por período, matrículas em disciplinas pelos ingressantes, orientações sobre o regimento interno, editais de auxílios financeiros para permanência e participação em eventos na sede da Ufopa, recebimento de comprovações de atividades complementares, pesquisa, extensão e estágio, organização de pastas das documentações dos alunos entregues, atualização de dados cadastrais. Essas atividades nos permitem uma convivência diária com os discentes, assim sendo possibilita que possamos analisar as informações que achamos necessárias, e também examinar de forma cuidadosa os sujeitos da pesquisa. A contribuição de outras pessoas, colegas de trabalho a troca de diálogos, também, auxiliaram na definição dos setores que poderiam ajudar no desenvolvimento do estudo, com fornecimento de dados e documentos e percepções a serem estudados.

Com o auxílio de procedimentos metodológicos, e dando destaque para as abordagens utilizadas e o tipo, delimitação do lócus, aproximação com o tema da pesquisa, os sujeitos e as fontes que consultamos durante a elaboração, assim como os modelos de análises, interpretação das entrevistas e dados coletados. A pesquisa teve como premissa uma abordagem de cunho qualitativo, com a descrição dos relatos, assim como exploratória, mesclando com estudo de caso²⁵. De acordo com Silva, et al, 2006:

Nesse tipo de pesquisa, são inúmeros os métodos de coleta de dados. Entre estes, citam- -se como as mais conhecidas as seguintes: a observação participante, a história de vida, a história oral e as entrevistas, as quais captam a subjetividade dos participantes, favorecem a intervenção dos agentes em sua realidade ou criam condições de transformar os contextos estudados. Pelo fato de a natureza do objeto do estudo exigir interação entre pesquisador e pesquisado para contextualizar as experiências, vivências, sentidos, utiliza-se a entrevista como uma técnica especial para a coleta de informações diretas dos sujeitos investigados (SILVA, ET AL 2006, pg. 247).

Nesse âmbito, as entrevistas a partir da atitude do pesquisador explorando ao máximo as informações dos sujeitos participantes, nas documentações específicas e outras formas de

²⁵ Devido atuação direta do pesquisador com os discentes quilombolas no Campus Universitário de Juruti, especificamente como secretário de Curso de Agronomia.

obtenção de conteúdo, podem trazer elementos pertinentes a investigação, assim, MINAYO & COSTA, 2018, enfatizam:

A entrevista pode prover informações de duas naturezas: sobre fatos cujos dados que o investigador poderia conseguir por meio de outras fontes, geralmente de cunho quantitativo; e sobre o que se refere diretamente ao indivíduo em relação à realidade que vivencia e sobre sua própria situação. (MINAYO & COSTA, 2018, pg. 141)

Por outro lado, a pesquisa também teve uma característica de estudo de caso, com estratégias para analisar fenômenos, variáveis que influenciam um ambiente real, como se trata de uma investigação em âmbito institucional em que os participantes são atingidos de alguma forma pelas ações e políticas implementadas pela organização. Nesse sentido, a produção do conhecimento através dessa categoria de análise, pode ampliar os horizontes para novos estudos em relação ao tema. Sobre o estudo de caso, Chizzoti, (2014, 136), citado por Pereira, (2017, pg. 79) assim afirma:

“Os estudos de caso visam explorar, deste modo, um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre o caso específico. [...]. No estudo de uma organização específica como escola, empresa etc., pode-se aprofundar o conhecimento sobre o seu desenvolvimento ao longo de um período, o desempenho de setores, a situação de unidades, o estágio de uma atividade específica, o processo de comunicação ou de decisão, como operam os setores ou os diversos agentes” (CHIZZOTI, 2014, p. 136, apud, PEREIRA, pg. 79)

A utilização dos procedimentos da pesquisa teve a preocupação de explicar uma realidade de forma a dar respostas aos objetivos propostos inicialmente, dessa forma a pesquisa qualitativa nos parece essencial para o estudo das relações de grupos sociais vulneráveis, que por força de políticas sociais adentraram no ambiente universitário.

Para tanto, lançamos mãos das entrevistas, portanto, obtivemos dados quantitativos e qualitativos para fazermos uma comparação da percepção dos quilombolas sobre os cursos e as questões referentes às políticas socioculturais e simbólicas que envolvem esses grupos, assim como as dificuldades encontradas ao longo do percurso acadêmico. Em relação aos entrevistados técnico e coordenadores, mencionamos que os coordenadores necessariamente são professores efetivos que foram selecionados em eleição para o mandato de dois anos.

Os coordenadores, são pessoas escolhidas por eleição para mandato de dois anos pelas categorias que compõem o Campus, essas pessoas tem a responsabilidades de gerir as questões acadêmicas e administrativas dos cursos, indicando as disciplinas que serão ofertadas em cada semestre, assim como liderar a equipe de professores do curso e no atendimento das demandas discentes e participação nas comissões que criam resoluções e normativas que atingem

diretamente os discentes. Os coordenadores necessariamente são professores efetivos. O coordenador Acadêmico é um servidor técnico de nível superior, indicado pela direção do Campus por tempo indeterminado para coordenar a Secretaria Acadêmica, dando apoio para as secretarias de Curso, orientando nas questões do sistema interno da Universidade para os discentes, organizando e orientando a rotina de trabalho da equipe e representando a secretaria nas questões acadêmicas do Campus, participando das comissões que orientam as políticas da Universidade e do Campus.

As entrevistas foram importantes para verificar a percepção desses atores sobre as condições de permanência dos discentes nos cursos, além de detalhar e compartilhar informações de natureza acadêmica e administrativa sobre as condições em que se encontram tais discentes. De acordo com o que foi coletado de dados e informações, as atividades desenvolvidas na pesquisa, o trabalho foi realizado em três etapas: organização bibliográfica, documental e execução das atividades (coleta e análise). Importante mencionar que as etapas em alguns momentos foram realizadas em paralelo para que os objetivos do estudo fossem alcançados.

Etapa da pesquisa bibliográfica: executada em dois momentos, neste caminho buscou-se inicialmente pesquisar referenciais bibliográficos como livros, teses, dissertações e artigos ligados diretamente ou indiretamente à temática deste estudo. Ademais pesquisamos referenciais bibliográficos em banco de teses e dissertações da Capes, e em conversas com colegas de trabalho que tem formação na área de educação, assim como pessoas que de alguma forma detém conhecimento da temática – pesquisadores, participação em eventos como o 3º Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência estudantil da UFOPA.

Etapa da pesquisa documental: nesta etapa da coleta de informações teve início no ano de 2021, devido ao conhecimento do realizador deste estudo ser servidor da Ufopa, Secretário do Curso de Agronomia, trabalhando diretamente com os alunos quilombolas do Campus de Juruti. A relação direta com os sujeitos do estudo, a condição de servidor favoreceu a busca de informações e documentos relacionados ao problema da pesquisa, algumas informações são rotineiras no dia-dia do de trabalho. A secretaria do curso além de manusear as documentações referentes a vida acadêmica do aluno também orienta, apoia nas atividades para que acessem as políticas de auxílios financeiros, os programas de monitoria, os editais, cadastro dos quilombolas para o recebimento de auxílio financeiro –Bolsa MEC, assim como demais atividades/ações para os discentes.

Etapa de execução da pesquisa análise de informações coletadas: nesta fase, ocorreram a seleção da amostra e o contato com os sujeitos da pesquisa, construção dos questionários da pesquisa e os roteiros para as entrevistas, com questões que nos pareceram fundamentais para a obtenção diante da realidade que se apresenta dando suporte para a posterior compreensão das variáveis que compõe o estudo.

No que concerne aos critérios de seleção da amostra, são alunos quilombolas: ingressantes pelo PSE nesse período, tiveram sua escolha de forma aleatória, tendo como base o relatório de alunos ativos no SIGAA. Esse relatório leva em consideração todos os alunos que estão cadastrados independentemente da situação acadêmica; coordenadores dos cursos – são os coordenadores que estavam atuando no momento da pesquisa e vivenciaram a realidade educacional do discente quilombola em sala de aula; coordenador Acadêmico –pedagogo de formação, atuou das discussões da política de acesso e permanência dos indígenas na Ufopa, no Fórum de Políticas e ações afirmativas da Ufopa, assim como da comissão interna de acompanhamento dos indígenas e quilombolas e tem contato direto com os alunos quilombolas diariamente, no atendimento das demandas desse público.

As entrevistas foram através de perguntas semiestruturadas com os participantes da pesquisa, sendo, cinco alunos ativos no curso e dois desistentes, um técnico administrativo representante da coordenação acadêmica do Campus, dois coordenadores de cada um dos cursos (Eng. de Minas e Agronomia). É importante mencionarmos que o Campus ainda não formou nenhum aluno, portanto não dispomos de alunos egressos. De modo geral o corpo discente possui um universo de 18 alunos quilombolas registrados, de um total de 10 turmas divididas nos dois cursos.

Para a realização das entrevistas houve um primeiro contato com os sujeitos da pesquisa, pessoalmente, via telefone ou pelo aplicativo de WhatsApp para o convidá-los a participar da pesquisa. Após o aceite foi combinado a forma mais viável para a execução das entrevistas, com duração de no máximo 30 minutos, tivemos algumas excessões devido a conexão de internet não contribuir para o bom andamento da entrevista, alguns alunos se encontravam em suas comunidades no momento da entrevista, nesse locais a internet funciona de modo irregular. Para suprir essa deficiência as entrevistas foram realizadas através da utilização de áudios no aplicativo do WhatsApp.

No caso dos alunos e demais participantes que estavam presente no município as entrevistas foram realizadas presencialmente, os participantes que estavam em outras localidades as entrevistas foram realizadas de forma remotas. As entrevistas presenciais foram

feitas na sala da direção do Campus, agendadas antecipadamente com os participantes com data e horário determinado. Para a entrevista com os discentes obtivemos o auxílio de um roteiro constituído de perguntas abertas, sendo dispostos da seguinte forma:

Trajetória e representações—abordou questões educacionais do entrevistado e a percepção sobre a Universidades antes do acesso ao nível superior; perspectivas dos discentes – tratou dos objetivos individuais, as descobertas, desafios que se apresentam durante a vida acadêmica desses discentes; permanência – percurso acadêmico, dificuldades, as vivências no ambiente acadêmico, e as estratégias para permancer no ensino superior.

No caso dos docentes e técnicos, foram abordados questões relacionadas a permanência, focando na percepção subjetiva em relação as políticas de ações afirmativas para os quilombolas, legislação, normativas, auxílios financeiros, metodologias e estratégias para o êxito na conclusão dos cursos. O roteiro das entrevistas segue em anexo a esta dissertação.

Apartir da abordagem realizada teremos uma visão institucional relacionada a permanência representada pelos servidores envolvidos no estudo em contraposição a realidade discente que está delineada após as análise das entrevistas. A abordagem teve a mesma estratégia dos discentes para a realização da entrevista, no entanto, todas as entrevistas com esse público ocorreu presencialmente. Todas as entrevistas foram gravadas.

O período para a realização dessa atividade de coleta de dados, seleção dos participantes discentes, análise das entrevistas foi de dois meses, conforme o cronograma elaborado para execução da pesquisa. Iniciou-se no mês de junho e finalizando no mês de setembro do ano de 2022. Tudo isso de acordo com as agendas dos discentes participantes.

Para os discentes foi enviado um formulário pela plataforma google com um questionário socioeconômico para evidenciar o perfil dos discentes quilombolas participantes da pesquisa. A pesquisa utilizou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para todos os participantes, conforme anexos. Utilizamos como estratégia para o desenvolvimento das atividades a descrição das entrevistas tão logo foram realizadas, em um diário de campo, para evitar o acúmulo de trabalho e perda de informações relevantes durante a abordagem. Após essa produção realizamos uma leitura detalhada do material coletado, destacando os conteúdos que poderiam responder de forma mais objetiva às questões iniciais da pesquisa.

Após a análise, foi feita a organização do material por categorias, identificando as que mais contribuem para uma melhor compreensão dos fatores levantados sobre a permanência dos quilombolas. Nessa fase nenhuma informação foi descartada. Na leitura da transcrição buscamos elementos nas respostas dos participantes para confrontarmos com a

literatura existente sobre a permanência dos quilombolas no nível superior.

Ademais a descrição dos dados da caracterização dos sujeitos da pesquisa, obtidos por meio do questionário socioeconômico: idade, sexo, estado civil, localidade, número de filhos e etc. No próximo passo, foi empreendido pelo pesquisador um esforço de compreensão das relações entre as diversas variáveis que compõem a análise de dados e informações, sempre baseados na teoria disponível nos livros e na rede mundial de computadores. A seguir no próximo capítulo trabalharemos as questões educacionais dos quilombolas, assim como de suas comunidades, buscando trazer informações relevantes para o entendimento desta pesquisa.

2. EDUCAÇÃO E COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BAIXO AMAZONAS

2.1 Formação dos quilombos na Região do Baixo Amazonas

Para iniciarmos nossa reflexão destacamos que o Brasil foi o último país das américas a abolir a escravidão, em sua maior parte contra os negros, isso reflete muito de nosso legado nacional e a tradição excludente do estado em relação à maioria da população que compõe nossa sociedade. Apesar da promulgação da Lei Aurea em 1988 os negros não conseguiram a emancipação/integração na sociedade da época, tendo sua liberdade instituída de forma precária, o que contribuiu significativamente para que houvesse maior surgimento dos quilombos, pois a ausência de amparo, trabalho e renda, possibilitou que muitos continuassem submetidos à crueldade da escravidão.

Para a exploração desse território era necessário mão de obra disponível. A princípio o indígena foi utilizado, mas por uma série de fatores, houve, depois de um período a proibição formal da escravização desses povos. Destarte, foi progressivamente substituído pelo escravizado africano. Com incentivos da Coroa Portuguesa os escravos eram transportados em navios negreiros em condições extremamente precárias. O regime de escravidão impunha ao Africano trabalho exaustivo, mantidos em condições desumanas, muitas vezes mal alimentados e vítimas dos mais variados tipos de violência.

Na amazônia muito se fala da presença dos indígenas, mas relativamente pouco da vivência e a cultura dos negros na região. Com o passar dos tempos ainda se percebe poucos dados ou informações mais detalhadas sobre a participação e contribuição dos negros na cultura local, e quando mencionada coloca-se em um plano de pouca importância e efemeridade. A começar pela negação histórica de que a Amazônia recebeu um contingente insignificante de negros advindos da África para a região no período colonial, o que nos leva a pensar que há um propósito de desvanecer a participação na construção da sociedade local em seus diversos aspectos social, cultural, econômico e religioso. Em relação a isso, Moura, (2021, pg, 63) afirma: “Essa incompreensão é resultado de um tipo de conhecimento elaborado exatamente a serviço da negação, da produção deliberada de invisibilidade e da reafirmação do suposto desconhecimento”.

Essa invisibilização das práticas, saberes e da própria natureza humana dos negros, conecta-se a uma ação deliberada de apagamento das contribuições dessas pessoas,

obedecendo a uma intenção racista de hegemonia, tanto em nível local quanto mundial. Neste cenário observa-se que no próprio sistema educacional não há de maneira efetiva a preocupação de resgate historiográfico da importância dos negros no desenvolvimento da região amazônica, ao logo dos tempos discuti-se a participação indígena e a dos colonizadores, relegando as contribuições dos negros. “Essa suposta irrelevância da mão de obra negra escravizada implicou em uma desconsideração das contribuições históricas, sociais, econômicas, religiosas que essa população forneceu na construção das cidades da região” Moura (2017, pg. 59).

No entanto, há décadas a produção de intelectuais negros na academia apontam para o modo como a população negra a princípio escravizada e posteriormente liberta, construiu e civilizou o Brasil, tendo forte influência em todos os âmbitos da vida social. Sobre isso, Tavares e Oliveira argumentam:

No Estado do Pará existem cerca de 240 comunidades quilombolas identificadas. Várias delas encontram-se no Baixo Amazonas, localizadas nos municípios de Oriximiná, Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre. Foi tão forte a luta pela titulação das terras quilombolas nessa região que, a comunidade de Boa Vista, foi a primeira a ser reconhecida como tal, no Brasil, em 1995.²⁶

Antes de adentrarmos na discussão no que se refere as comunidades, torna-se imperativo trazermos algumas informações que compreendemos serem importantes para refletirmos sobre a escravização e a formação desses territórios. Na Amazônia colonial lusitana, os indígenas inicialmente foram a principal mão de obra, fundamental para a consolidação dos objetivos dos colonizadores. Entretanto, essa relevância indígena como força de trabalho não excluiu o sujeito africano.

No que concerne as atividades de coleta, os indígenas eram os principais operadores dessas atividades, mas quando se tratava da lavoura em solo amazônico se buscava nos africanos as condições propícias para o cultivo. As doenças, foram umas das causas que forçaram a substituição dos indígenas pelos negros, além disso, a experiência exitosa em outras capitanias na produção do açúcar também contribuiu para que se buscasse adquirir os cativos africanos. O tráfico negreiro era extremamente lucrativo e os altos lucros influenciaram de forma significativa que a mão de obra negra escravizada também fosse importante na região.

A criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi responsável

²⁶-Tavares e Oliveira (2018, apud SANTOS et al) p.29.

na introdução de um contingente maior de escravizados para a região. Os ingleses foram os responsáveis pelas primeiras levas de escravos na região, no século XVI e XVII sendo acentuada no século XVIII. Mencionamos que o tráfico negreiro foi um negócio muito lucrativo à época, os traficantes se aproveitavam das guerras na África, onde os perdedores eram apreendidos e vendidos por seus algozes. Essa inserção do negro ocorreu de forma tardia e por grande pressão dos colonos locais para suprir a carência de mão-de-obra na região.

No estado do Pará, a rotina dos negros escravizados foi marcada por um fluxo de afazeres e obrigações coercitivas onde eram reprimidos tanto fisicamente quanto ideologicamente, diante disso ressaltamos que os negros não aceitaram de forma pacífica a escravidão. A fuga dos escravizados na região da Província do Grão-Pará passou a ser um processo rotineiro. Destaque-se as várias formas de resistência ao trabalho forçado, resistência individual e coletiva, suicídios ou assassinatos de feitores e senhores, e também com as fugas para as florestas a dentro.

Essas fugas para as floretas passaram a ser em muitas ocasiões o início da formação de comunidades negras sem a gerência dos brancos, com suas dinâmicas e ordenamentos próprios, o que se convencionou a serem chamadas de quilombos. Essa palavra “quilombo”, na cultura africana, significa lugar cercado e fortificado. Os quilombos foram e são comunidades formadas por africanos escravizados e seus descendentes. Esses ajuntamentos eram formados por escravizados que conseguiam fugir da escravidão, nesse local viviam em liberdade e resistiam à escravidão. Mencionamos que nesses ambientes havia a convivência com brancos e índios que contribuíram com a consolidação dessas comunidades.

Nesse sentido, trazemos alguns números dos quilombos presentes no Brasil, conforme dados do IBGE, 2019, “O Nordeste é a região do Brasil que concentra o maior número de localidades quilombolas, 3.171. Logo em seguida vem a região Sudeste com 1.359 quilombos. As demais regiões têm os menores números: Norte (873), Sul (319) e Centro-Oeste (250). É no Nordeste também que está localizado o maior número de territórios quilombolas oficialmente reconhecidos (176). Mas é no estado do Pará, na região Norte, que está a maioria das localidades com delimitação oficial (75)”.²⁷

É preciso destacar que a região possui comunidades quilombolas, mais concentradas

²⁷ [https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=O%20IBGE%20n%C3%A3o%20tem%20uma,de%20localidades%20ind%C3%ADgenas%20\(827\).](https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=O%20IBGE%20n%C3%A3o%20tem%20uma,de%20localidades%20ind%C3%ADgenas%20(827).)

nos municípios de Óbidos²⁸ e Oriximiná²⁹, com 82 km de distancia entre si. No município de Juruti, sede da UFOPA não há registros de quilombos. Na microrregião de Óbidos que concentra esses municípios, existem 16.532³⁰ pessoas declaradas descendentes e remanescentes de quilombolas.

Na região do Baixo Amazonas dentro do Estado do Pará, onde encontram-se os municípios de, Óbidos, Oriximiná entre outros, localizam-se as comunidades quilombolas, de onde são oriundos os discentes do campus de Juruti, predominantemente do município de Oriximiná. De acordo com a Comissão pró-índio de São Paulo³¹, estima-se a existência de mais de mil famílias quilombolas no Município de Óbidos (PA), distribuídas em 18 comunidades e seis territórios coletivos. Em Oriximiná (PA) vivem cerca de 10.000 quilombolas.

²⁸-Óbidos, localizado a uma latitude 01°55'03" sul e longitude 55°31'05" oeste, estando a uma altitude de 46 metros acima do nível do mar. O município possui 50 317 habitantes distribuídos em 26 825 km² de extensão territorial. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93bidos_\(Par%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93bidos_(Par%C3%A1))

²⁹-A sede municipal localiza-se na latitude 01°45'56" sul e na longitude 55°51'58" oeste, estando a uma altitude de 46 metros acima do nível do mar.[12][13] Com 107.602,99 quilômetros quadrados de extensão territorial, População total est. IBGE/2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Oriximin%C3%A1>

³⁰-Disponível em: <https://brasil61.com/n/quilombolas-da-microrregiao-de-obidos-pa-sao-vacinados-contra-covid-19-vaq1210019>

³¹ <https://cpisp.org.br/quilombolas-de-obidos/>

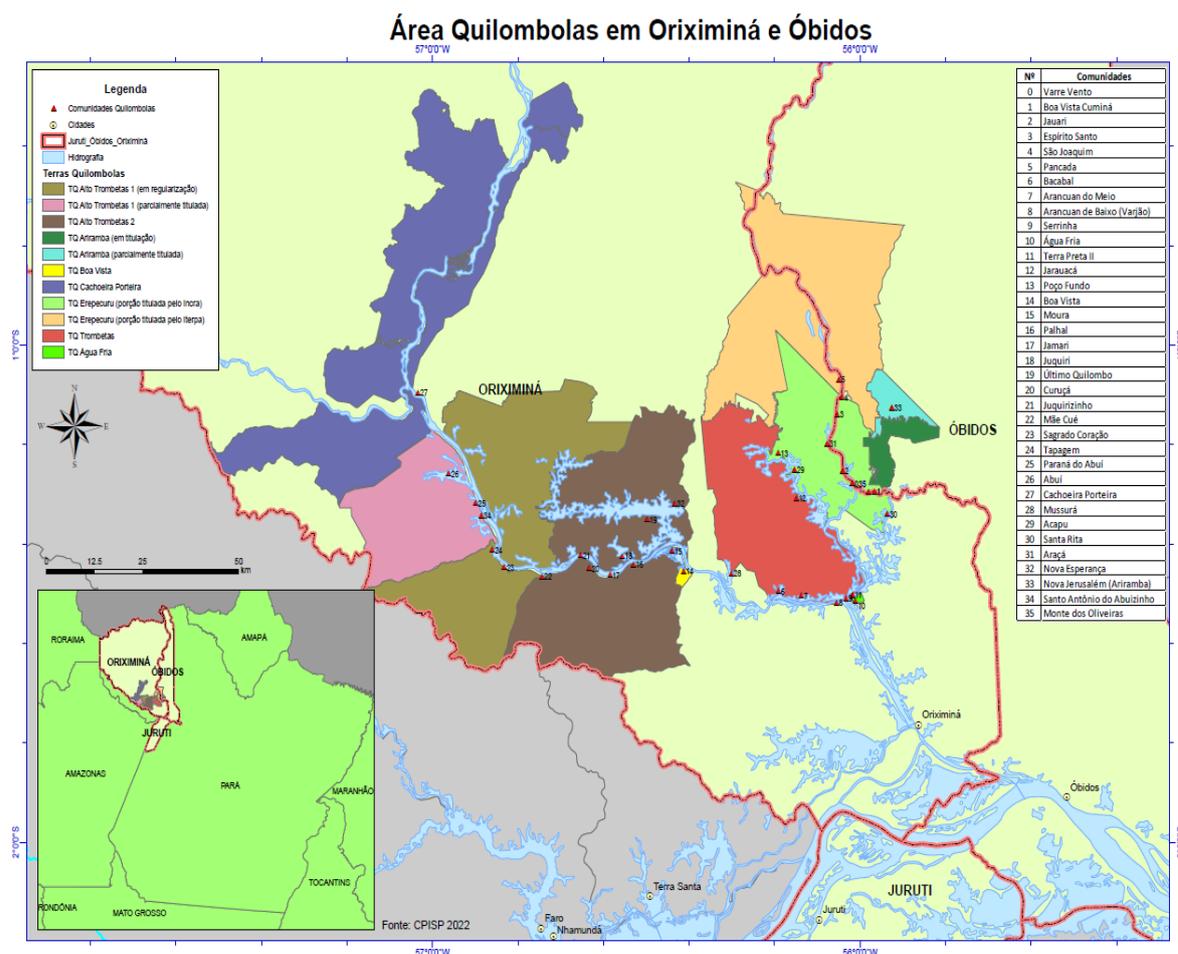


Figura 7. Mapa de Localização dos territórios quilombolas (organizado por VASQUES, J.G).

Boa parte desse território em período chuvoso é alagada (área de várzea) todos os anos, tornando o acesso a áreas distantes somente por barco. Os rios que compõe a bacia do Rio Amazonas são ricos em peixes e em sua maior parte é trafegável, sendo o meio para a locomoção de grandes e pequenas embarcações que são utilizadas para o transporte de pessoas e mercadorias, assim como para navios que fazem o transporte de *commodities*³².

Para compreendermos essa participação e contribuições dos negros na realidade amazônica, apresentaremos o contexto histórico para termos uma visão geral da dinâmica escravista no Brasil – do tráfico negreiro até a formação dos quilombos.

A história demonstra que a escravidão sempre fez parte da humanidade, através de diversos meios – coação, violência, diferentes povos utilizavam seus semelhantes como escravos. Ademais, a violência do sistema escravocrata levou muitos negros a morte em

³² Mercadorias de origem primária, produzidas em larga escala e utilizadas como matérias-primas por diversos agentes econômicos.

diversos lugares do mundo. O Brasil a partir do período colonial teve como principal base de sustentação da economia o trabalho realizado pela mão de obra escravizada, iniciando com os indígenas e depois passando-se para os negros, a manutenção da mão de obra escravizada se deu por motivações econômicas, o mercado escravagista era lucrativo, não porque os negros tinham mais aptidão para este trabalho, como se tenta muitas vezes enfatizar.

É importante considerar que a inserção dos negros para trabalhar na Amazônia se deu tardiamente e em grande medida pela pressão dos proprietários de terras para o suprimento de mão de obra cada vez mais escassa na região, sobretudo após as proibições da utilização da mão de obra indígena, que até então era a principal força de trabalho.

De acordo com Salles (1971), até o início do século XVIII houve muitas inserções dos negros na Amazônia, sendo intensificada aos poucos, mas com certa irregularidade, assim era possível que com essa dinâmica os indígenas ainda fossem comercializados pelos preadores, de forma legal ou não. Na Amazônia o escravismo teve proporção enorme, com muitas pessoas poderosas com interesses na escravidão do indígena. O autor traz à tona a diferença entre as duas formas de escravismos, entre “o negro e o gentil”, uma tinha como função satisfazer questões domésticas, para o consumo imediato e a outra com viés para a produção para a exportação, especificamente na manufatura açucareira.

Nesse instante é que os negros passam adentrar em solo paraense de forma considerável, destinados as lavouras de gêneros exportáveis, cana de açúcar, cacau, tabaco. Por esses motivos a escravização dos negros se deu sobretudo em áreas que tinham essas bases de exportações. O escravismo no Brasil acompanhou os passos dos lusitanos. Os portugueses queriam dominar os indígenas e reduzi-los a escravidão; os jesuítas também pretendia-nos para si, “impondo-lhes um jugo brando, segregando-os, até onde possível, dos europeus”³³. Assim, manobraram para a substituição da mão de obra. A experiência brasileira com a utilização da mão de obra escrava, pode ter estimulado a troca da força de trabalho dos indígenas.

No estado do Pará a vivência do povo negro foi marcada por uma intensa mobilidade na região, muito em função da resistência ao trabalho forçado e que tinha como consequência a violência física e psicológica, “o tratamento dispensado aos escravos foi o mesmo em todo o território nacional: vestiam-se e alimentavam-se mal, trabalhavam muito, eram submetidos

³³ SALLES, Vicente. O negro no Pará: sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. 336 p 3-10. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/48> Acesso em 02 de agosto de 2022.

a castigos físicos e considerados como patrimônio particular”³⁴. É importante considerar que diante dessa situação vivenciada os negros nunca aceitaram pacificamente a escravidão, de acordo com Vicente Salles (2005, p. 208 apud Almeida, 2013 p. 6) “a fuga de escravos na Província do Grão-Pará tornou-se um processo rotineiro e até certo ponto incontrolável”.

No ambiente dos quilombos buscavam resistir as diversas investidas a sua liberdade. “Essa trajetória de luta e resistência ainda está viva na memória de seus descendentes e contadas de geração a geração. Todavia não podemos esquecer o caráter dinâmico e histórico da memória, longe de ser um receptáculo passivo esta se apresenta como força ativa”³⁵. A partir do exposto passamos a adentrar nas características e vivências dos quilombos.

3.2 Características dos quilombos da região: um espaço de resistência.

Assim sendo, considerando todo esse histórico que envolve o sistema colonial e as resistências empreendidas pelos negros, temos nos quilombos uma das principais referências de luta por liberdade. O quilombo tradicionalmente é denominado por um espaço destinado ou criado para os negros fugitivos. É um espaço político e cultural que reflete as formas de resistências e estratégias para sobreviver aos diversos ataques enfrentados pelo povo negro, tanto fisicamente, quanto culturalmente. De acordo com Moura (2017, pg. 66) “Ao silenciar sobre a presença fundamental da população negra na Amazônia, ignora-se também a sua existência e influência enquanto elemento constitutivo de relações sociais, históricas, econômicas, culturais, religiosas e linguísticas da região”. No caso da amazônia sabemos que “Muitos negros fugidos das senzalas organizaram quilombos nas proximidades das principais cidades e mesmo no interior da região. No Pará, ficaram célebres os mocambos³⁶ dos rios Curuá, nas proximidades de Alenquer, Trombetas e Cuminá, nas cercanias de Óbidos e Oriximiná”³⁷.

Os escravizados deslocavam-se pelos rios e igarapés à noite, para evitar serem vistos, subindo para a cabeceiras dos afluentes do Rio Amazonas, se espalhavam ao longo dos rios e das cachoeiras, lugares de acesso difícil, o que era um empecilho para as expedições de

³⁴-Tavares e Oliveira (2018, apud SANTOS et al) p.29.

³⁵-Archanjo, 2014, p. 53.

³⁶Deixamos claro que em muitos momentos do texto quilombo e mocambo acabam sendo sinônimos, pois alguns autores trabalham uma das duas acepções para designar os espaços de resistência desses povos.

³⁷-*Ibidem*, p. 56-57

captura. Sobre isso, destacamos que umas das maiores concentrações de quilombos no Baixo do Amazonas se encontra ao longo Rio Trombetas, no município de Oriximiná, como afirma, Azevedo 2022,

“O Rio trombetas é navegável até a Cachoeira Porteira e o rio Erepecuru até a cachoeira da Pancada. Daí para cima nos dois rios há várias cachoeiras. Foi nessas cachoeiras, entre os índios Wai-Wai e Kaxuina, que os escravos fugidos e Santarém, Óbidos e outras partes se refugiaram há mais de cem anos, formando o mocambo do Trombetas”(AZEVEDO 2022, p. 64).

Após o período da abolição da escravatura, os negros que estavam refugiados acima das cachoeiras foram baixando os rios aos poucos e se instalando em novas áreas, passando-se a ser mão-de-obra barata para os arrendatários e donos de castanhais e consequente formando novas comunidades. Outra preocupação na escolha dos lugares para formar os quilombos era a viabilidade da prática agrícola suficiente para o sustento e que gerasse um excedente suficiente para um pequeno comércio. “A comercialização deste excedente gerava uma inserção dos quilombolas na sociedade local, estabelecendo uma rede de solidariedade e gerando recursos que viabilizavam a aquisição de outros produtos, ferramentas, entre outras coisas, que garantiam a autonomia da comunidade”³⁸.

As fugas para o mato se constituíram uma forma de buscar a liberdade, passando a serem planejadas, tornando-se um problema para os proprietários de escravos, assim o governo da época precisou intervir de forma mais enérgica. Por esse motivo as leis tornaram-se mais duras para as pessoas que ajudavam nas fugas. Isso ocorria pela visão que se tinha das pessoas que por ventura ajudavam na fuga, como explica Neto, 2021:

“ [...]nas *estradas fluviais* da Amazônia, os famosos regatões negociavam mercadorias, traziam e levavam informações aos diversos povoados, vilas, cidades e localidades, sendo muitas vezes considerados em má reputação como comerciantes inescrupulosos que, entre outras atividades ilícitas, não se importavam em adquirir junto aos escravos bens furtados ao patrimônio dos senhores, favorecendo as fugas escravas”. (NETO, 2021 pg.100-123)

Não são raras as histórias de sofrimento, maus tratos, perseguições, imputados pela escravidão, relatos que ainda frequentam o imaginário dos remanescentes de quilombos. Evidencia-se assim, os significados dos territórios quilombolas, chamando atenção para o modo de vida desses povos, juntamente com a memória dos indivíduos pertencente a esses grupos. Coletividades que pautaram a sua liberdade frente à escravização. Essas formações que antes se mantinham invisíveis como um fator estratégico de segurança contra as

³⁸ <https://kn.org.br/oq/2019/02/26/um-territorio-territorio-negro-do-baixo-amazonas/>

interferências de atores opostos, atualmente passaram a reclamar seus direitos ancestrais e a demarcar suas territorialidades no território amazônico.

Nesse sentido, a territorialidade dos quilombolas na Amazônia e os diferentes modos de vida, uso tradicional da terra e a relação intensa que mantem com rio, através desses parâmetros reivindicam o direito a titulação dos territórios afrodescendentes. Além disso, com a Constituição de 1988 que passou a reconhecer seus direitos a terra, conseguiram outras conquistas como direito a educação e de cidadania. Ademais, nesses locais construíram uma dinâmica própria, a sobrevivência nesse ambiente girava em torno principalmente de atividades tradicionais (produção familiar) como o cultivo da mandioca para o consumo, a pesca e a caça de animais silvestres entre outras atividades, como indica nesta passagem das experiências vividas no quilombo por Santos (2015) que explica:

“Eu nasci no ano de 1959 no vale do rio Berlangas, numa comunidade chamada Pequizeiro, que fazia parte do conjunto de comunidades que formavam o povoado Papagaio, hoje município de Francinópolis, Estado do Piauí. Nessa região o uso da terra era demarcado pelas práticas e cultivos. Isso era tão forte entre nós que, apesar das pessoas mais velhas possuírem alguns documentos de propriedade, esses só tinham valor para o Estado. Para nós o que valia era os perímetros que chamávamos de extrema, demarcados pela nossa capacidade de cultivar e de compartilhar. Tanto é que a nossa roça era emendada com tantas outras roças que a chamávamos de roça de todo mundo. E nós podíamos pescar nos riachos e lagos, podíamos extrair frutos nativos e até cultivados, sem precisar pedir permissão a quem os cultivava. A consideração que devíamos era avisar o que tínhamos extraído. Talvez, por isso, até hoje muitas pessoas não entendam porque presenteávamos até os desconhecidos com o que tínhamos de melhor nas nossas roças. (SANTOS, 2015, pg.81).

Essas vivência não difere do que evidenciamos na Amazônia. Nesse espaço também foram formados vários quilombos como frentes de existência e de resistência. Apenas no Estado Pará, até 2006, existiam 388 povoações quilombolas reconhecidas e registradas, distribuídos em várias regiões do estado, principalmente no Nordeste (TRECCANI, 2006), sendo que a cidade de Oriximiná foi a primeira cidade do estado a ter reconhecida um território quilombola no ano de 1995.

A produção dos territórios étnicos foi possível de ser garantida após a determinação por força de leis dos quilombos a partir dos Artigos 68, 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu os direitos de reminiscência aos afrodescendentes e estabeleceu a responsabilidade do estado para emissão dos direitos fundiários. Assim, os movimentos sociais que representam os quilombolas trabalharam para garantir na legislação estadual do Pará em seu artigo 322, o complemento da Lei Federal, que reconhece a propriedade definitiva desses territórios e a reponsabilidade do estado de emissão da titulação, em sua jurisdição. Com as conquistas dos seus territórios através das titulações, houve a possibilidade da garantia

de direitos, com a obtenção de acesso a saúde e educação, além de evidenciar a urgência de Políticas Públicas nas comunidades quilombolas a fim de reverter a invisibilidade.

Isso posto, a educação superior na Amazônia possibilitou que diferentes grupos sociais pudessem acessar esse nível de ensino. A partir das políticas afirmativas, as universidades brasileiras passaram a adotar as cotas raciais e alunos de baixa renda. É importante enfatizar que os discentes quilombolas do *Campus* de Juruti em sua maioria são oriundos dos municípios de Óbidos e Oriximiná. Nesse sentido, apresentamos os municípios de origem dos discentes quilombolas, conforme a figura 02:

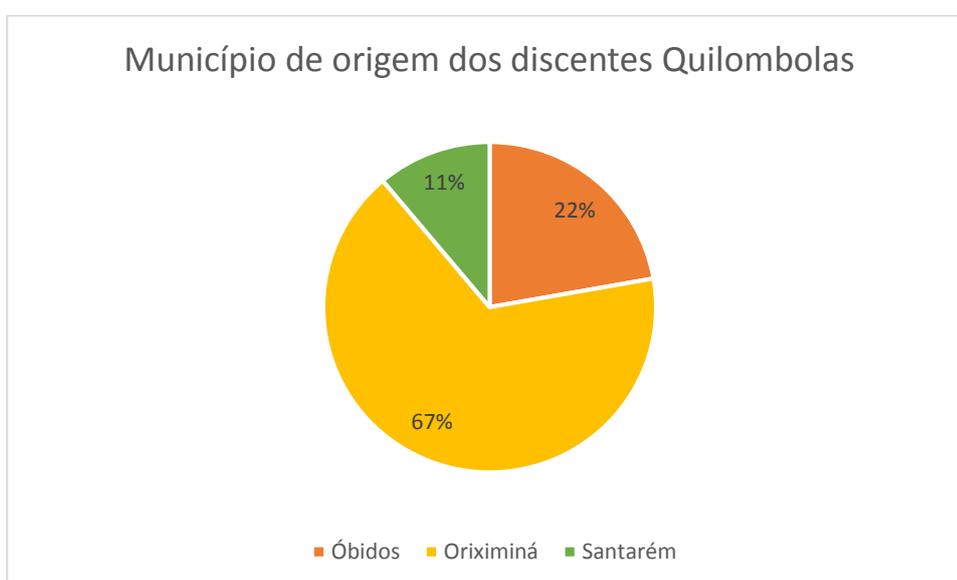


Figura 8. Município de origem dos discentes quilombolas (elaborado pelo autor)

Com implantação da Ufopa, a instituição tem buscado atender as demandas da diversidade cultural e étnica presente no seu ambiente acadêmico. A seguir, discorreremos sobre a Educação básica e o contexto quilombola, para termos um panorama mais aproximado da realidade social e econômica da região, discutiremos a educação básica e os modos de vida dos quilombolas

2.3 Educação Básica: percurso e modos de vida dos discentes quilombolas

No que tange a Educação, as normativas deixam claro a responsabilidade do estado em relação ao processo educacional, como na lei maior – constituição federal, (BRASIL, 1988), especificamente no artigo 205 que aponta:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse âmbito, a educação configura-se como uma das esferas de formação do indivíduo possibilitando que organize os diversos saberes contidos em cada cidadão/cidadã. Mais do que isso, quando se trata especificamente dos grupos sociais vulneráveis, para que tenham igualdade de condições como os demais cidadãos. Ocorre que na região Amazônica suas particularidades são desafios diários para alunos professores e as escolas de modo geral, começando pelas distâncias que são uma das principais dificuldades para que os alunos acessem a educação básica, sendo o transporte uma questão ainda a ser trabalhada e melhorada.

Nos últimos anos foram criadas políticas públicas nesse sentido para diminuir as distâncias entre as escolas e os alunos. Uma das políticas foi instituída no primeiro governo Lula Criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, que foi o Programa Caminhos da Escola, esse programa tem por finalidade:

“Renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes municipal, do DF e estadual de educação básica pública. Voltado a estudantes residentes, prioritariamente, em áreas rurais, o Programa oferece diversos tipos de ônibus, lanchas e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nestas regiões, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte, assegurando, o acesso diário e a permanência dos estudantes às escolas da rede pública de educação básica bem como proporcionar sua participação em atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer previstas no plano pedagógico e realizadas fora do ambiente escolar”.³⁹

Embora haja avanços na questão da mobilidade, nos últimos 04 anos esse programa vem sofrendo com os sucessivos cortes orçamentários, o que acaba inviabilizando de certo modo a natureza do programa⁴⁰. Dentre as dificuldades, citamos o sucateamento da frota de veículos e a não reposição de modo satisfatório o que causa uma série de transtornos para os discentes da educação básica, pois os alunos deixam de frequentar as aulas ou frequentam de forma irregular.

Indo ao encontro disso, a falta de professores com ou sem formação adequada é uma realidade ainda a ser enfrentada, há professores que lecionam apenas com o ensino médio na região. Para tentar suprir essa dificuldade foram criados programas e estratégias para que os professores pudessem obter o nível superior, qualificando esses profissionais que fazem parte

³⁹ <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>

⁴⁰ a proposta de orçamento prevista para 2023 enviada pelo então governo federal ao Congresso Nacional prevê um recurso de R\$11,3 bilhões ao setor, o menor desde 2012, que na época foi de R\$37 bilhões. Disponível:

da rede pública de ensino. A esse respeito, o programa Parfor responde em parte na formação continuada para os professores da rede pública, sob a responsabilidade das instituições de Ensino Superior Pública, sobre isso o programa tem como perspectiva:

O Parfor é um programa emergencial criado para permitir a professores em exercício na rede pública de educação básica o acesso à formação superior exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Por meio do programa, a Capes financia a oferta de turmas especiais, na modalidade presencial, implantadas em cursos de licenciatura gratuitos e de qualidade.⁴¹

A metodologia de ensino do programa oferta as disciplinas condensadas em período de férias da educação básica, possibilitando que os professores possam receber a formação adequada. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica está em vigência desde o ano de 2009. Esse plano integra um rol de políticas públicas do governo federal em parceria com estados, municípios e instituições de ensino superior para melhorar a qualidade do magistério, sobretudo em áreas rurais, a partir da formação dos professores.

O percurso escolar inicial desses discentes quilombolas se deu na própria comunidade, em escola pública, entretanto, alguns tiveram a oportunidade de estudar em escola particular por ocasião da influência da Mineradora em seus territórios localizados no Município de Oriximiná que daremos maiores detalhes a frente. Geralmente os professores desse nível são moradores da comunidade, finalizando a educação básica nas cidades da região (Óbidos e Oriximiná), nas comunidades geralmente há oferta educacional até o Ensino Fundamental I e II. Esse foi um dos temas abordados na pesquisa com os discentes quilombolas, João, nome fictício de um desses discentes, deu mais detalhes sobre seu percurso escolar:

Eu sempre morei em comunidade, na comunidade quilombola do Jarauacá, que tem a escola polo lá, do Jardim I até o nono ano, lá no interior, aí de lá eu terminei o ensino fundamental na escadinha estudando de ano e ano e passei pra cidade na estadual, na escola Dr. Almir Gabriel aqui em Oriximiná, meus pais alugaram casa para nós estudar eu e meu irmão. (ENTREVISTA, JOÃO, 2022)

Alguns alunos também tiveram a oportunidade de estudar em escola particular fornecida pela Mineradora, mas nenhum conseguiu dar continuidade ou por motivo de os pais terem sido demitidos dos quadros de empregados da empresa ou pela reprovação do aluno nas séries (há a exigência de não reprovação nas disciplinas). A aluna Maria, 2022, que pertencente a comunidade quilombola localizada no alto trombetas relatou a sua experiência na escola particular: “No Ensino Fundamental, estudei em escola pública e os dois primeiros

⁴¹[https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038#:~:text=O%20Parfor%20%C3%A9%20um%20programa,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20\(LDB\).](https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038#:~:text=O%20Parfor%20%C3%A9%20um%20programa,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20(LDB).)

anos do ensino médio em escola particular, o último e escola pública novamente. A escola particular é em convênio com a nossa comunidade. Estudei em trombetas e Oriximiná”. (ENTREVISTA, MARIA, 2022).

É importante mencionar que esse tema foi abordado nas entrevistas, assim, de acordo com o depoimento dos alunos, pelo fato de mineradora ter se instalado em áreas de abrangência das comunidades quilombolas, do Rio Trombetas são distribuídas bolsas de estudo em escola particular para as famílias, como afirma outra estudante entrevistada durante a pesquisa desta dissertação, Rosângela, 2022 que é discente quilombola do Campus de Juruti:

Eu iniciei a gente estudou no Pitágoras em porto trombetas da infância até a quarta série por que meu pai saiu da empresa, aí de lá eu estudei nas escolas municipais, o Ensino Fundamental, e o Ensino Médio em escola pública, eu tive uma boa base, eu sempre foi muito boa em matemática, eu tinha nota ruim, mas assim pelo fato de que eu não tinha muito tempo para estudar, mas muita coisa eu sabia, mas assim, mas o ensino médio foi ruim, estudei em escola pública em Oriximiná, só tinha a noite. (ENTREVISTA, ROSÂNGELA, 2022).

Essa escola fica na sede da mineradora, na localidade denominada de Trombetas. Ratificando essa informação, Fernanda 2022, aluna quilombola que fez parte da amostra pesquisada, no fragmento da entrevista, afirma que estudava na comunidade o ensino fundamental na época não existia o ensino médio na localidade, como seu pai tinha um convênio com a Mineração Rio do Norte devido a empresa ter se instalado em território quilombola, passou a estudar em escola particular em Oriximiná, mas o aluno não podia reprovar, como ela reprovou teve que sair porque seu pai não podia pagar a mensalidade na escola. Mesmo assim passou a estudar em uma escola particular em Porto trombetas, porque não existia escola pública próximo a comunidade.

Através dessas informações buscamos verificar de que forma se dá essa contrapartida aos impactos ocasionados as pessoas e ao meio ambiente. Os quilombolas sofreram com o processo de colonização/escravização, na atualidade sofrem com as ações de diversos atores sobretudo os econômicos em seus territórios. No entanto, de acordo Nahum (2011) os territórios quilombolas tem seus territórios ameaçados a tempos pela expansão de outros usos do território.

Esse processo se deu sobretudo com os grandes projetos para a Amazônia na década de 1970, especificamente com o Projeto Grande Carajás em 1980 e 1990. Por outro lado, a luta dos quilombolas é constante, atualmente a sobrevivência desses povos tem embates mais difíceis e complexos e de certa forma desproporcional que se apresenta a partir da entrada e instalação da Mineração Rio do Norte (MRN) S.A., no ano 1979 nesse espaço amazônico.

Essa empresa é uma das maiores exploradoras de bauxita do Brasil, e contribui para tornar o país um dos maiores produtores do minério do mundo, transportado por grandes navios para a empresa Alunorte, situada no município de Barcarena, onde essa matéria prima é processada para importação e exportação.

O governo Federal no período do regime militar em que a mineradora MRN se instalou na região, por meio do decreto no 84.018, de 21 de setembro de 1979, foi criada a Reserva Biológica do Rio Trombetas (REBIO). Essas reservas não permitem a moradia de pessoas. Mas os quilombolas já habitavam nesse território. Essas pessoas viviam totalmente desprovidas de direito devido os seus territórios não serem legalmente reconhecidos.

Mas o Estado brasileiro reconheceu a existência dos remanescentes dos negros quilombolas com a Constituição de 1988, que instituiu uma série de direitos aos povos indígenas e quilombolas. Assim sendo a comunidade Boa vista foi a primeira comunidade quilombola a ser titulada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 1995.

A empresa em questão tem vários investimentos em áreas distintas que abrange vários setores da sociedade local, como informa o Relatório de Sustentabilidade (RS) da empresa no ano de 2021. Nesse relatório cita a preocupação com as comunidades, buscando basear suas atividades no amplo diálogo e no respeito mútuo. Para tal, fomenta um engajamento significativo que envolve diálogo constante e apreço aos modos tradicionais de vida dos comunitários. Esses pressupostos são delineadores de suas ações dentro do território explorado, segundo o Relatório. No entanto, há grande preocupação dos quilombolas com a ameaça as suas terras e aos seus modos de vida, como também na questão ambiental.

Em cumprimento as legislações que regem as questões de impactos ambientais, inclui-se as compensações e mitigações nas questões socioambientais. De acordo com (RS 2021) a empresa custeou mais de R\$ 23 milhões que foram investidos em ações que atenderam importantes eixos, como geração de renda, educação, cultura, saúde, preservação ambiental e patrimonial. No que concerne a questão educacional especificamente na educação básica a empresa tem investido em algumas ações, com destaque para o Programa de Apoio ao Ensino Básico

O PAEB, foi instituído desde 1997, garante bolsas de estudo no Colégio Equipe, (antes era o colégio Pitágoras) localizado em Porto Trombetas. Inicialmente, foram beneficiados alunos residentes na comunidade Boa Vista (ensino fundamental II e médio).

Desde 2020, são atendidos também 118 estudantes do Alto Trombetas II, no âmbito do Acordo Teófilo e Cipó, do ensino médio.

A empresa disponibiliza material escolar (como mochila, caneta, lápis) e didático (livros e apostila), transporte e alimentação, sem custo para os alunos ou suas famílias. Durante a pandemia, os estudantes também receberam notebooks cedidos temporariamente para este fim. (RS, 2021, pg.103). Ademais para a complementação educacional dos estudantes, existe o apoio ao ensino superior como forma de apoio a educação básica. Os territórios quilombolas recebem 30 bolsas de estudo cada, com pagamento de auxílio financeiro mensal para apoiar os discentes na sua trajetória acadêmica.

Além do que recebem uma passagem anual para retorno às localidades no período de férias, já que as aulas ocorrem fora do domicílio de origem. É importante enfatizar que nem todos os discentes recebem esses valores. Após esse diálogo inicial sobre a educação nesse território entraremos nas questões que envolvem a vida na comunidade, ou seja, a vivências desse público, destacando alguns componentes sociais e econômicos que são importantes para a sobrevivência.

A população das comunidades caracteriza-se pela combinação de negros e indígenas e brancos, que moram nas margens dos rios, desenvolvem atividades socioculturais e de produção diversa. Na composição dos núcleos familiares vários aspectos acabam se articulando e contribuindo para a manutenção dessas pessoas, nesse território. O espaço de vivência se confunde com as áreas de trabalho, ou com as relações sociais entre os comunitários.

Ademais o extrativismo é parte desse contexto, não só referente a questão alimentar, mas que também contribui na renda. O mais expressivo, o extrativismo da castanha do Pará, castanha do Brasil ou castanha da Amazônia, é uma das principais modalidades de intercâmbio comercial praticada pela população quilombola com os diversos segmentos regionais que habitavam e habitam atualmente a região.

Os moradores assim como em outros lugares apresentam muitos problemas no que concerne à moradia, emprego, saúde. Essas dificuldades acabam implicando consideravelmente no aproveitamento das crianças e adolescentes em idade escolar. Muitos precisam ajudar na subsistência da família, seja na pesca, como no trabalho diário nas lavouras. A vida nas comunidades também é pautada pela ajuda mútua entre os familiares, como também entre os comunitários, um exemplo disso são os mutirões para a realização de diversas atividades.

Nos últimos anos as comunidades passaram a enfrentar uma nova realidade, que achamos importante mencionar, pois de alguma forma afeta a dinâmica desses núcleos comunitários, ou seja, os modos de vida nos territórios afrodescendentes estão sofrendo pressões externas, devido aos avanços da fronteira agrícola, como também a mineração, sobretudo na região oeste do Pará, lócus da pesquisa, causando a degradação de suas florestas, exploração de suas riquezas, fragmentação de seus povos, e territórios.

Essas circunstâncias fazem parte da realidade dos discentes e que acabam de alguma forma influenciando no modo de vida no quilombo, as vivências nas comunidades são praticamente as mesmas segundo informações obtidas nas entrevistas. Os discentes quilombolas juntamente com suas famílias ainda trabalham com a terra de modo tradicional, a produção diferenciada com o objetivo principal de produzir para o sustento em suas casas – a farinha como principal produto, feijão, abóbora, macaxeira, milho, hortaliças, dentre outras produções, sobre isso o discente quilombola João, 2022 afirma:

A vida no Quilombo, a minha principalmente é pouco, pelo uma parte é bom e lá a gente tá livre, livre pra fazer qualquer coisa pra andar pra onde quer, a gente vive da caça, da pesca, e da farinha, a rotina lá, de manhã é sair pra pescar, para o sustento da família, pra roça, o ganho é só da farinha mesmo, da mandioca, pra trazer pra cidade pra vender, roçar campo também, isso a gente faz pra sobreviver.(ENTREVISTA, JOÃO⁴², 2022)

O aluno João foi o que tivemos maiores dificuldades para entrevistá-lo – o aluno estava fora da comunidade trabalhando em um sítio de propriedade de sua família que fica distante de sua moradia. Após deixar recado para sua esposa, algum tempo depois o discente entrou em contato comigo, assim foi possível realizar a entrevista, com troca de áudios pelo WhatsApp, a conexão de internet estava bastante irregular naquele dia. Percebi que é um pouco tímido como os demais, deixou de ser mais descritivo em suas respostas, já possui sua própria família, mora na comunidade, joga futebol nas horas vagas. Deu algumas respostas que são interessantes e que se encaixam no objetivo da pesquisa.

A vida simples baseada na subsistência das pessoas no quilombo, constituem a manutenção dessas comunidades, que tem uma dinâmica própria, sem muita agitação, com pouco acesso a tecnologias hoje consideradas básicas, como a internet. A energia ainda é no motor de luz com hora marcada para ligar e desligar, mas também não é regular devido a problemas de manutenção, são equipamentos que são mantidos geralmente pelas prefeituras

⁴² João é um nome fictício criado para identificar um dos participantes da pesquisa.

em contrapartida da comunidade. A população que habitam a região amazônica enfrentam inúmeras dificuldades, como afirma

“[...]possuem poucas condições para atender às necessidades dessas populações, por apresentarem infraestrutura precária e não disporem de serviços essenciais, sobretudo, no meio rural. Essa situação resulta em distintas formas de desigualdade social e na ausência de políticas educacionais que promovam o reconhecimento e assegurem a universalização do direito à educação básica das populações do campo, quilombola e indígena”. (HAGE, 2013, p.425)

O autor demonstra que há muito que avançar em políticas públicas na região Amazônica, sobretudo nos territórios quilombolas para que possam viver dignamente com suas famílias. Além disso, essa situação acaba se agravando nas escolas da zona rural afastadas dos centros urbanos, sobretudo aquelas que se enquadram na modalidade “educação do campo” e “educação indígena” essas modalidades de ensino se agravam devido à baixa qualificação dos professores, que na maioria das vezes são oriundos de contextos diferentes dessas comunidades. Geralmente as turmas são organizadas na modalidade multi série⁴³ contando com recursos pedagógicos escassos. Os prédios são muitas vezes improvisados e no período chuvoso ou de estiagem os alunos precisam de mais de um meio de transporte para o trajeto diário o que dificulta e muito a qualidade do ensino.

Na sequência abordaremos a presença da Ufopa na região oeste do Pará, como uma proposta de educação Multicampi, sendo um instrumento para o desenvolvimento econômico e social. Em seguida discutiremos o Ensino Superior na região do Baixo Amazonas.

2.4 Ensino Superior no Baixo Amazonas e criação da UFOPA

A chegada da Universidade Federal do Oeste Pará (UFOPA) na região oeste do estado do Pará, possibilitou que pudessem ter acesso ao ensino superior os cidadãos que vivem nessa parte da região Amazônica (baixo Amazonas)⁴⁴. No contexto socioeconômico da região a implantação do Campus Regional de Juruti, trouxe oportunidades de acesso ao nível superior para diferentes grupos sociais da Região Oeste do Pará que não tinham condições de se deslocar para outros centros urbanos em busca de qualificação profissional. Nesse sentido, a

⁴³ As aulas são ministradas de forma simultânea, para os vários anos do ensino fundamental, com atendimento de alunos de níveis de conhecimento diferentes.

⁴⁴-A região é formada por 13 municípios, possui belezas naturais ainda intocadas e expressivo folclore. Ocupa uma área de 315.000 km², com uma população de 705.737 habitantes. Disponível em: <http://www.navegapara.pa.gov.br/regiao-baixo-amazonas>

UFOPA contribuiu para a formação de muitos profissionais para diversas áreas

A universidade em questão é relativamente nova em relação às demais, sua inauguração se deu no ano de 2009, sua criação faz parte do programa de expansão das universidades federais e é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do Ensino Superior na região Amazônica, no contexto do REUNI, que foi uma política de apoio as universidades públicas, esse Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tinha como meta ampliar o acesso e a permanência no nível superior. Foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, faz parte das diversas ações que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Com esse programa, criado no governo Lula adotou-se uma série de atos para recuperar o ensino superior público, adotando medidas para que as universidades federais pudessem promover com a expansão das estruturas físicas, aliado com condições acadêmicas e pedagógicas para educação superior no país.

Os resultados dessa política pública são constatados pelos números significativos da expansão. Nesse programa está contemplado o aumento de vagas nos cursos de graduação, a maior oferta de cursos em horário noturno, iniciativas pedagógicas e estratégias de diminuição da evasão, entre outras prioridades com o propósito de reduzir as mazelas sociais no país. A Ufopa faz parte desse contexto, surgiu da incorporação do *Campus* de Santarém da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), as quais mantinham suas atividades na região oeste paraense. Assimilou também outras unidades da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para a formação dos *campi* de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná⁴⁵.

No ano de 2019 a UFOPA contava com quase 6 mil alunos cursando um dos 49 cursos de graduação ofertados pela Universidade, mais de mil novos estudantes ingressando a cada ano, segundo informações divulgadas pela comunicação da Ufopa em 2019⁴⁶. No processo seletivo de 2022, a Ufopa ofertou 1400 vagas para os 42 cursos de graduação do Campus de

⁴⁵ O estado do Pará, subdividido em 7 regiões geográficas intermediárias e 21 regiões geográficas imediatas. Seus limites são com o estado do Amapá a norte, Roraima a noroeste, Amazonas a oeste, Mato Grosso a sul, Tocantins a sudeste, Maranhão a leste; além do Suriname e Guiana ao extremo norte. O Pará possui uma densidade demográfica considerada baixa, sendo superado apenas por Rondônia em sua macrorregião. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Par%C3%A1>

⁴⁶-Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/ufopa-10-anos-contribuicoes-para-a-educacao-no-oeste-do-para/>

Santarém e dos campi regionais, após a pandemia, houve baixa procura por cursos de graduação como em todo o Brasil.⁴⁷

Nessa sessão temos o objetivo de apresentar o processo de seleção dos candidatos quilombolas como uma política afirmativa dentro da instituição. De modo geral os candidatos para concorrer a uma vaga na universidade terão que se inscrever no Processo Seletivo Regular (PSR): ofertado desde 2010, os alunos ingressantes são selecionados com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os quilombolas e indígenas são selecionados pelo Processo Seletivo Especial

Na opinião coletada todos são unânimes em afirmar a importância do PSE para que acessem a graduação, pois sem esse processo diferenciado seria difícil conseguir passar para um curso de nível superior em uma Universidade Pública. Na entrevista com o técnico responsável pela Coordenação Acadêmica da Ufopa Campus de Juruti, ele explica que o PSE é uma política da Universidade para garantir o acesso ao nível superior por esse público que historicamente tiveram seus direitos excluídos, por meio de um processo diferenciado.

Considera uma política positiva, trazendo todo um contexto, que dá condições de acesso ao nível superior. E na região existe um grande contingente populacional quilombola, principalmente nos municípios de Santarém e Oriximiná, embora no município de Juruti, não há registros de quilombos. A seleção para as vagas destinadas para os quilombolas utiliza-se de um Processo Seletivo Especial (PSE) ofertado desde 2010, inicialmente para os indígenas – chamado de Processo de Seleção Diferenciada, a partir de 2015 os candidatos quilombolas passaram a adentrar por esse processo específico em todos os cursos de nível superior disponíveis na Universidade.

Esse processo seletivo demonstra a relevância da instituição Ufopa, sendo o diferencial entre outras instituições federais de ensino superior, a Universidade se origina com uma proposta inclusiva e *multicampi*. A efetivação dessa política afirmativa é uma realidade das lutas, reivindicações e dos direitos dos povos indígenas e quilombolas nos espaços educacionais por intermédio de procedimentos diferenciadas de promoção ao Ensino Superior.

As normativas que dão conta do PSE se dão por meio do Estatuto da universidade, Regimento Interno de graduação e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa, assim como pelos editais e portarias que constituem as comissões (formadas por

⁴⁷ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/14/impacto-pandemia-ensino-superior.ghtml>

servidores e representantes dos alunos) destinadas a condução para o processo, em todas as etapas. No que concerne ao Estatuto da Ufopa, no seu Título II - “Dos Princípios”, recomenda o respeito à diferença, à diversidade cultural, à ética, ao pluralismo de ideias e às concepções acadêmicas científicas, assumindo o compromisso com as políticas de inclusão, conforme ilustrado no fragmento do art. 5, inciso VI, no texto do documento, inclui:

Art. 5º A UFOPA, instituição social fundada na ética, na liberdade, no respeito às diferenças e na solidariedade, é regida pelos seguintes princípios: VI - democratização do acesso e permanência na Universidade, adotando políticas e ações afirmativas para superação das desigualdades sociais e discriminação de qualquer natureza. (Ufopa, 2013, p.5)

No tocante ao O PDI (2019–2023), faz apontamentos e orientações para ações e diretrizes acadêmicas e administrativas da universidade, dando ênfase ao reconhecimento das ações afirmativas como uma política de inclusão social, como mostra o parágrafo:

A Ufopa, fortalecendo as ações afirmativas que visam a ampliar e a diversificar as oportunidades educacionais, implantou, desde 2011, política de inclusão social, com a criação do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI). Em 2013, em cumprimento à Lei nº 12.711/2012, a Ufopa passou a ofertar 50% de suas vagas nos cursos de graduação aos candidatos oriundos de escolas públicas, sendo esse percentual dividido etnicamente conforme os dados populacionais para o estado do Pará autodeclarados nos censos do IBGE. (UFOPA/PDI/ 2019 – 2023, p. 40).

Além disso o plano, define em seus princípios filosóficos, estabelecendo o PSE como uma política de inclusão para indígenas e quilombolas na instituição pública.

Ufopa deve primar por uma política de ações afirmativas e inclusiva, objetivando a defesa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de promoção do direito à diversidade cultural, de busca da igualdade de gênero, de garantia dos direitos das pessoas com deficiência (PcDs), bem como de diminuição da desigualdade social e do combate a todo tipo de discriminação e preconceito. A valorização de qualquer ato ou expressão que configure respeito à diversidade deve ser um compromisso institucional que norteará todas as ações e práticas no ambiente acadêmico. (UFOPA/PDI 2019 – 2023, p. 34)

Ademais com a resolução 200 de 08 de junho de 2017, a Ufopa regulamenta a política de ações afirmativas e promoção da igualdade Étnico-Racial e estabelece as diretrizes para a instituição do instituto de Formação intercultural.

Note-se que a Ufopa segundo pesquisa divulgada pelo Jornal Nexo⁴⁸ tem pelo menos 70% dos discentes ingressantes pelas políticas afirmativas – pretos, pardos e indígenas. Atualmente os alunos indígenas são 505 e 423 quilombolas ativos no Sistema Integrado de Gestão atividade Acadêmica⁴⁹. No campus de Juruti, são atualmente 18 quilombolas e 04

⁴⁸ Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2022/As-universidades-federais-depois-das-cotas>

⁴⁹ Sistema que gerencia todas as informações dos discentes e/ou atividades acadêmicas da Ufopa

indígenas, em dois cursos de graduação ofertados, Engenharia de Minas e Agronomia. Sobre essa questão a coordenação de curso Naiara, 2022 afirma:

acho que o PSE deve ser mantido pela questão de possibilitar a esses alunos o acesso diferenciado visto que eles também tiveram uma formação de forma diferenciada, então a gente infelizmente não pode a questão da equidade dar formas diferentes para os mesmos alunos acessarem, então acredito que é importante que a gente possa dar essas possibilidades e que seja mantido desde que a universidade continue lutando por medidas de permanência, porque nada adianta colocar o aluno dentro da universidade se ele não conseguiu permanecer e sair formado. (ENTREVISTA, NAIARA, 2022)

Em que pese os avanços, mas torna-se necessária novas atualizações e adequações para que os candidatos sejam melhor selecionados, sobretudo com uma base de cálculo que hoje não existe no processo, sendo uma das reivindicações dos docentes para que os candidatos ingressem nos cursos de Engenharia sabendo o básico da matemática e consigam finalizar o curso.

Em relação ao acesso dos quilombolas na Ufopa consideramos que é o primeiro passo, pois muitas universidades não têm esse processo diferenciado, mas como a maioria dos alunos são oriundos de outros municípios já gera uma dificuldade de se manter na localidade do curso, pois o curso é ofertado de forma integral, por isso é fundamental estratégias para a permanência desses alunos quilombolas. E para isso compreende-se a necessidade de ouvi-los – são os principais interessados e suas perspectivas são importantes para as adequações e melhoramento das políticas que os atingem.

O Processo seletivo Especial (PSE) como estratégia de política de ação afirmativa da Ufopa pode ser trabalhado com uma perspectiva do acesso dos quilombolas, mas que pode contribuir com a indução de práticas para a permanência e finalização da sua graduação, para isso é fundamental que a qualidade do ensino para os discentes selecionados por esse processo, e que atenda às particularidades étnico-raciais, sociais e culturais desses indivíduos.

Para se ter uma ideia o Processo Seletivo Especial (PSE) 2023 para indígenas e quilombolas foram ofertadas 192 vagas divididas de forma igualitária sendo 40 vagas para os campi regionais. O PSE ocorre em três etapas: a primeira, eliminatória, consiste no preenchimento do formulário de inscrições e anexação dos documentos descritos em edital próprio; a segunda fase, eliminatória e classificatória, é a prova de redação em língua portuguesa; e a terceira fase, eliminatória, convocação e habilitação, consistindo na entrega de documentos a fim de comprovar as informações fornecidas na inscrição. Como forma de ilustrar a grande procura pelo público quilombola aos cursos e a necessidade de manutenção

do PSE quilombola como uma política de ação afirmativa permanente, trazemos os dados da participação desse público na seleção, como mostra a figura 03:

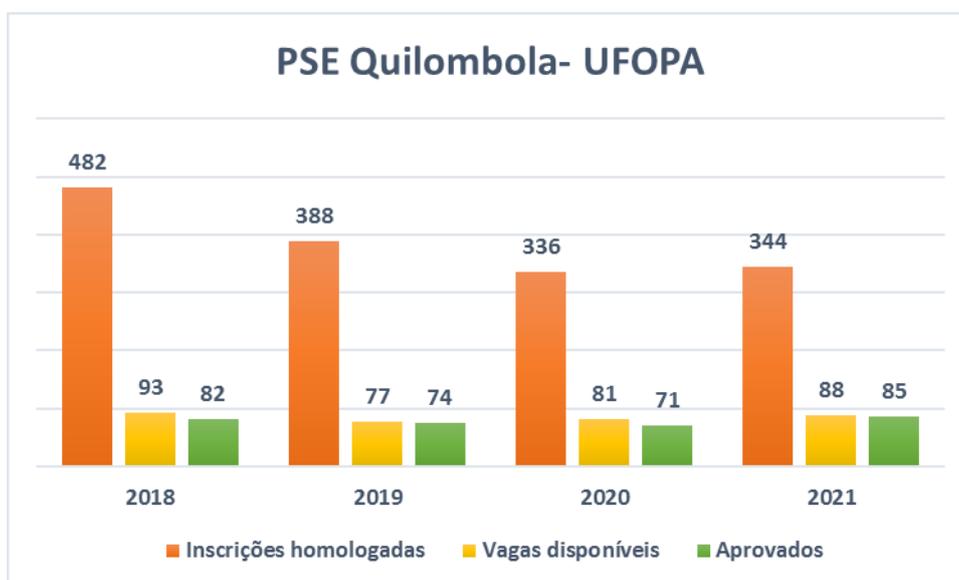


Figura 9: Fonte Site oficial Ufopa, (elaborado pelo autor)

Nesse sentido, procuramos indagá-los no tocante ao PSE, pois são os maiores interessados nessa política social que a Ufopa como instituição de ensino disponibiliza para esse grupo. Nesse eixo de perguntas subjetivas detectamos que a seleção não busca colocar barreiras para que os candidatos sejam selecionados, as perguntas são relativamente fáceis, com conteúdo do próprio cotidiano dos quilombolas, assim como a história de seus ancestrais.

Corroborando nossa reflexão a discente Joana 2022, explica que: “Foi super tranquila, a prova que eu fiz foi tudo relacionado ao que os quilombolas que viveram e que vivem na atualidade, achei tranquilo, não tinha nada fora, desse assunto do quilombo”. Na contramão disso a discente Maria, 2022 declara, “achei um pouco difícil, eram poucas questões, mas, porém, trabalhosas, questões abertas e fechadas”.

Esse grupo tem reservado no Campus de Juruti duas vagas em cada curso, com excessão do ano de 2018 que foram ofertadas três vagas para compensar que no ano anterior não houve entrada desses discentes nos cursos, todas as vagas são preenchidas, mas no processo são relativamente poucos os candidatos que se inscrevem. Sabe-se das influências positivas na conquista de um curso de nível superior, o desenvolvimento social, intelectual e financeiro que isso afeta na vida de cada pessoa que conseguiu a formação, sobretudo em uma universidade pública.

Buscou-se compreender a satisfação pessoal ao conquistarem o acesso a Universidade, sobre isso, foram unânimes em dizer da alegria da conquista pessoal e para a família, destaca-se o relato do discente Pedro, 2022: “Eu fiquei muito alegre, no começo eu não estava acreditando, mas depois que eu me toquei, pensei, passei e tal, a gente até comemorou, reunimos a família nessa hora, para comemorar essa aprovação”. Assim como a discente quilombola Maria 2022, expressou seu contentamento com a conquista: “fiquei sem acreditar, minha irmã que viu primeiro falou que tinha conseguido eu não acreditei, até que ela me mostrou aí eu tinha certeza que tinha conseguido”.

As políticas públicas quando efetivas contribuem para a melhoria da sociedade de modo geral, no caso das políticas de ações afirmativas, essas deram oportunidades para os invisibilizados, como os indígenas e quilombolas, que conquistaram o direito ao conhecimento acadêmico, de se profissionalizar para o mercado de trabalho e por consequência a melhoria da qualidade de vida individual e familiar. No Campus de Juruti, por ser parte de uma universidade em consolidação com apenas dois cursos de graduação, em um município relativamente pequeno, onde todos praticamente de conhecem e uma predominância de pessoas pardas, não é comum observarmos violências e discriminações racistas.

Percebe-se na fala dos participantes da pesquisa que o relacionamento é bom e que foram recebidos de forma respeitosa tanto pelos professores como os colegas de curso, que após a apresentação pelo fato de serem quilombola houve uma aproximação, como relata a maioria dos alunos, Pedro, 2022 afirma: “Eu me senti abraçado lá, me receberam muito bem, sempre me dando apoio, me motivando”. No mesmo sentido, Fernanda, 2022 afirma, “fui recebida muito bem por todos, na sua visão não há diferença por ser quilombola, na sua turma não há diferença, acho que em outros lugares tem essa diferença”.

Um ambiente saudável onde haja a interação entre as pessoas torna-se propício ao desenvolvimento das atividades práticas e teóricas em sala de aula. No campus de Juruti os alunos quilombolas tem as condições necessárias ao ensino-aprendizagem no que concerne as relações sociais e humanas, segundo me relataram. Sobre isso, a coordenadora de curso Naiara, 2022 contribui afirmando que:

vejo eles entrosados, nos grupos, nas turmas, de modo geral, acaba que quando entram três em cada turma ou dois eles acabam se aproximando mais até mesmo porque às vezes se conhecem de certa comunidade, mas eu não vejo eles distanciados da turma, estão juntos entrelaçados, todo mundo trabalhando (ENTREVISTA, NAIARA, 2022).

Vale salientar que a experiência negativa ocorrida com os seus antepassados e na garantia dos direitos, a procura pelo reconhecimento de suas qualidades, de superar as dificuldades e prosseguindo, e a autoestima revigorada por estarem juntos com seus pares, resultam em caminhadas afirmativas e exitosas.

Então, podemos considerar que de maneira geral a permanência não está condicionada a esses fatores de natureza relacional entre os discentes e professores do Campus de Juruti. Por outro lado, torna-se evidente a reflexão acerca da permanência desses discentes, sobretudo nos debates trazidos pelas representações dos discentes Indígenas e Quilombolas e sua organização estudantil universitária.

As demandas desses grupos são elaboradas e fomentadas pelo Diretório Acadêmico Indígena (DAIN) e o Coletivo Estudantil quilombola (CEQ) que têm grande atuação na defesa de seus direitos dentro do ambiente universitário da Ufopa, com destaque para as discussões sobre a permanência e conclusão dos cursos, mas no Campus de Juruti, não há essa representação. A partir dessa contextualização, a pergunta que nos instiga tem por interesse fomentar e refletir sobre as condicionantes sociais e institucionais para a permanência dos discentes quilombolas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

No caso do Campus de Juruti através do PSE os cursos de Engenharia de Minas e Agronomia reservam duas vagas para os Quilombolas que as acessam por meio de uma seleção diferenciada, geralmente uma prova de conhecimento gerais. Para participarem esses alunos não precisam utilizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como já citamos acima.

Apresentamos os números de candidatos quilombolas que participaram dos processos seletivos Especiais, no período de 2018 a 2021 para os cursos de Engenharia de Minas e Agronomia, como mostra a Tabela 02 abaixo:

Ano	Nº de participantes/curso	
2018	Agronomia: 05	Eng. de Minas: 09
2019	Agronomia: 07	Eng. de Minas: 07
2020	Agronomia: 04	Eng. de Minas: 02
2021	Agronomia: 06	Eng. de Minas: 22

Tabela 02. Fonte: Pró-reitoria de Ensino de Graduação/Ufopa (Produzido pelo autor).

Os dados sobre o número de candidatos interessados nos cursos são relativamente baixos pela importância das engenharias para o desenvolvimento econômico e social. Aliado a isso, a evasão é uma realidade que exige do *Campus de Juruti* e de seus gestores a consolidação de meios e estratégias para que os discentes quilombolas permaneçam e possam concluir seus estudos.

Nesse contexto há o processo de inclusão dos povos (indígenas e Quilombolas) que iniciou na instituição em 2011, com a criação do processo seletivo para indígenas (PSEI) e, em 2015, para os quilombolas (PSEQ). Esses processos tem por finalidade desempenhar a política de inclusão dos povos indígenas e quilombolas na Ufopa, por intermédio da reserva de vagas, por conta de seleção diferenciada para os cursos de nível superior da universidade. Ressaltamos que isso não impede os alunos quilombolas, de ingressarem também pelo Processo Seletivo Regular. No que tange ao PSEQ, a instituição divulga um edital com as normativas para o processo seletivo, sendo que no ato da inscrição o aluno tem necessariamente que apresentar uma declaração de pertencimento assinada por três lideranças da comunidade, assim como uma declaração de autorreconhecimento, nesse ato o inscrito escolhe três possibilidades de cursos.

O PSEQ ocorre em três etapas eliminatórias: (Eliminatória) 1 preenchimento do formulário de inscrição e inserção dos documentos descritos no Edital na plataforma; 2 (Eliminatória e Classificatória): Prova Objetiva e Discursiva em língua portuguesa. 3 (Eliminatória): Convocação e Habilitação, que consiste na entrega de documentos afim de comprovar as informações fornecidas na inscrição. A seguir demonstramos através do gráfico o número de discentes cotistas ativos no Sistema de Gestão e Acompanhamento Acadêmico da Ufopa, ingressantes pelo Processo Seletivo Especial:

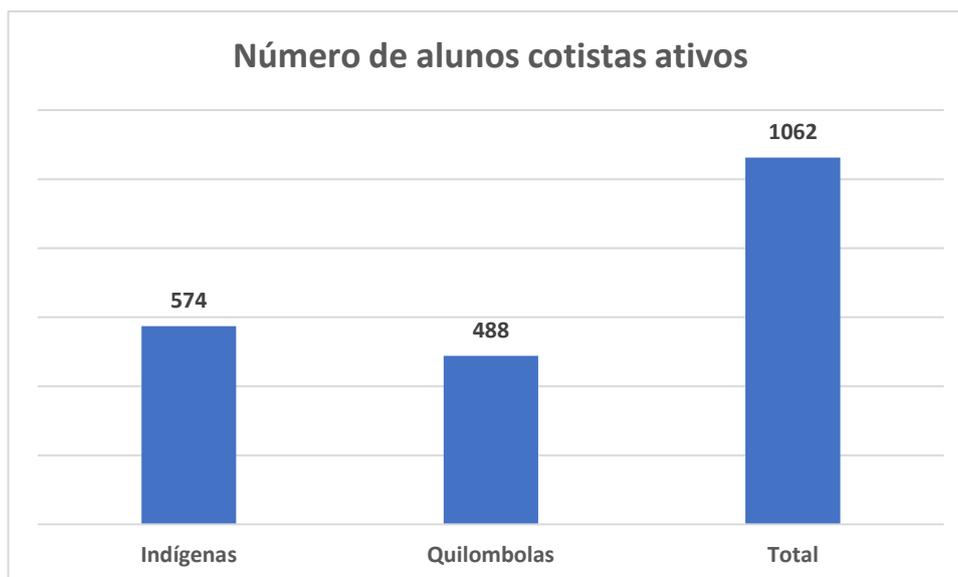


Figura 10. Fonte SIGAA. Elaborado pelo autor

O gráfico demonstra que as políticas de ações afirmativas, como o Processo de seleção diferenciada está atingindo os principais interessados basta observar o número de alunos ativos, sendo que a maioria dos candidatos são oriundos do próprio Estado. Essas políticas de inclusão são a possibilidade de o estado brasileiro corrigir um erro histórico com essas populações que foram excluídas do sistema educacional formal, Como afirma, Silva (2021) que:

“A abolição não extingue a exclusão social e racial, mantendo os negros e negras fora das universidades, da escola, na condição de marginal e, comparando à análise realizada anteriormente, estrangeiros, desterritorializados, sem identidade e não pertencentes à sociedade brasileira” (SILVA, 2021).

Muito do que se conquistou foi através das lutas sociais, do movimento negro pelo rompimento das desigualdades sociais, e injustiças sociais. Com a determinação de lutar contra as discriminações contra os negros, mobilizaram uma série de protestos para denunciar o que se convencionou a chamar de “democracia racial”, violência contra negros e a pobreza da população da população de modo geral. Essa organização se fortaleceu crescendo sua importância das reivindicações e possibilitando que se rompe-se as barreiras de sustentação racistas, e essa atuação abrangente foi capaz de dar passos consideráveis na constituição de políticas públicas e ações afirmativas – cotas nas universidades federais, cotas em seletivos para cargos públicos, estruturação das políticas educacionais, criação da Lei 10639/03 alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação incluindo na matriz curricular a obrigatoriedade das temáticas da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Portanto, essas políticas sociais vêm como uma forma do Estado reconhecer o equívoco na implantação da política educacional do País, que excluía uma parcela considerável da população brasileira. E, as políticas de ações afirmativas são um marco na geração de oportunidade para estes grupos até então vitimados e discriminados pela exclusão socioeconômica no passado e nos tempos atuais.

O ensino superior público no oeste paraense não é tão recente, com início da década de 80 com alguns cursos de interiorização da Universidade Federal do Pará (UFPA) para a formação de professores da educação básica, no município de Santarém. As pessoas que tinham o interesse em ter acesso ao ensino superior teriam que se dirigir para a capital do Estado Belém ou Manaus capital do Amazonas.

Esse fato demonstra a relevância da presença de uma universidade pública na região, constitui oportunidades ofertadas pelo estado como fomentador de políticas públicas. Essa nova dinâmica posta oferece possibilidades para que pessoas oriundas de comunidades e cidades aonde o ensino superior demorou a chegar, consigam adentrar a um curso de nível superior e mudar a realidade das famílias e contribuir com o desenvolvimento da região.

A chegada da Ufopa como instituição de ensino, possibilitou a esperança na formação dos filhos e netos dos quilombolas que foram escravizados, perseguidos e que deram origem as comunidades. O processo seletivo especial (PSE) como forma de entrada no ensino superior permitiu que os quilombolas tivessem a oportunidade, no modelo de processo seletivo tradicional era mais difícil conseguirem ingressar nos cursos, devido a formação e a preparação deficiente para essas seleções. E não deixa de ser uma reparação pelo sofrimento que a sociedade escravista impôs aos negros.

No entanto, o desconhecimento ainda é evidente nas respostas dos discentes a respeito do processo seletivo e da reserva de vaga para esse grupo. Ressaltamos que as associações que representam esses quilombolas trabalham com o intuito de ajudar esses alunos a conquistarem suas vagas, até mesmo disponibilizando cursos de preparação para os candidatos quilombolas.

É importante destacar que, nas provas segundo relato, as questões também abordam a história e o cotidiano do quilombo, com questões objetivas e descritivas. Embora muitos dos discentes desconheçam o passado de seus ancestrais, pois estão radicados na cidade e pouco tem contato com a comunidade, mas pelo fato de serem descendentes e terem parentesco com as comunidades as associações emitem as declarações de pertencimento necessária a inscrição

no PSE quilombola, assim como libera computadores para que os candidatos possam realizar as inscrições. Adiante, na próxima seção abordaremos as análises a partir das entrevistas realizadas com os discentes quilombolas e demais participantes.

3. PERMANÊNCIA DOS DISCENTES QUILOMBOLAS NO CAMPUS DE JURUTI-PA.

3.1 Análise e interpretação de dados do estudo

Neste presente trecho daremos continuidade, iniciando com uma breve apresentação do caminho percorrido na metodologia. Nesse sentido, passamos a dar destaque a análise de conteúdo tendo como referência o que afirma Bardin, em seus escritos, de acordo com a autora sobre a Análise de Conteúdo – tem como finalidade analisar o que foi falado em meio a uma averiguação, através da apresentação de concepções sobre um elemento de estudo. Nesse sentido, a análise do material produzido segue um procedimento rígido frente às etapas acentuadas por Sousa e Santos, (2020, apud Bardin 2011), como: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados.

Sobre a análise de conteúdo de um estudo,

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não) (BARDIN, 2011, p. 38),

Em seu entendimento, Bardin (2011) os materiais coletados tem a possibilidade de serem interpretados qualitativamente e quantitativamente, por esse ângulo considera que:

Na abordagem quantitativa o que é usado como instrumento de informação é a frequência com que as características de determinados conteúdos vão surgindo. Enquanto que a base das informações numa análise de conteúdo na abordagem qualitativa é a presença ou a ausência de características em fragmento de mensagens (PEREIRA 2017, pg. 79 BARDIN, 2011, p. 27-28).

No que concerne a análise de informações qualitativas, Sousa e Santos (2020, apud Bogdan e Biklen (1994)), enfatizam as características básicas da pesquisa qualitativa, sobre isso damos realce a questão que nos parece essencial:

Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. Não recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando (SOUZA E SANTOS, 2020 apud BOGDAN, BIKLEN, 1994, pp.47-50).

De acordo com essas premissas, o produto adquirido com as fontes de dados que utilizamos tiveram sua análise feita quantitativa com alguns detalhamentos e qualitativamente na maior parte do estudo, isso em conformidade com as categorias e variáveis que selecionamos na pesquisa.

Esse detalhamento e a disposição dos dados permitiram que a análise das informações e dados foram facilitados pelo modelo de triangulação utilizando as falas a literatura existente documentos disponíveis. A validação é consequência devido as várias fontes que utilizamos no estudo e as formas de obtenção dos conteúdos. Nesse sentido, Santos et al, 2018:

É importante destacar, como ponto de partida, que a triangulação como estratégia de validação na pesquisa qualitativa assume uma forma totalmente distinta da utilizada na pesquisa quantitativa. Nesta última, é preconizado que um determinado estudo se torna válido à medida que outro pesquisador, ao replicá-lo, utilizando-se dos mesmos métodos, alcance também os mesmos resultados. Nesse sentido, a pesquisa se torna válida à medida que pode ser mensurada, quantificada e generalizada. Na pesquisa qualitativa, a validação é entendida sob outra perspectiva, enquanto indicação de pesquisa planejada e executada de maneira criteriosa e confiável, na qual os procedimentos metodológicos utilizados e os resultados do estudo são condizentes e consistentes com os objetivos propostos. (SANTOS et al, 2018)

Procurou-se, através deste método triangulação, a convergência entre os materiais utilizados, tanto os teóricos, documentais como também as vozes dos atores que participaram com as informações ligadas ao estudo. Portanto, o método na pesquisa ajudou no diálogo entre o referencial teórico descrito, as vozes de discentes participantes, coordenadores e técnico da Ufopa, no que concerne as questões essenciais neste trabalho – acesso e a permanência dos alunos quilombolas no ambiente universitário por meio da sua Política de Ação Afirmativa, o PSE e seus desdobramentos, que passamos a dar destaque no andamento desta dissertação.

3.2 Contribuições das Políticas de ações afirmativas: um retrato social

Para adentrarmos especificamente na análise das entrevistas que realizamos, compreendemos que seja necessário revisitarmos algumas informações que nos trouxeram até este momento da escrita desta dissertação. Esta pesquisa tem por temática a Educação superior na Amazônia: políticas de ações afirmativas para quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará – Campus de Juruti, tem como pergunta norteadora – quais os desafios/entraves para a permanência dos discentes quilombolas nos cursos de graduação da Universidade federal do Oeste do Pará – Campus de Juruti? Nesse contexto a pesquisa também buscou compreender quais as maiores dificuldades dos discentes quilombolas nos cursos disponíveis Campus Universitário de Juruti.

Os participantes que fazem parte da amostra são discentes quilombolas escolhidos aleatoriamente dos cursos de engenharia de Minas e Agronomia do Campus de Juruti,

totalizando cinco alunos ativos no curso e três desistentes, que ingressaram nos cursos no período de 2018 a 2021, um técnico administrativo representante da coordenação acadêmica do Campus, dois coordenadores, sendo um de cada curso (Eng. de Minas e Agronomia). As entrevistas foram realizadas presencialmente e também de forma remota, através de ligação via aplicativo de mensagem WhatsApp, sendo que essas entrevistas foram realizadas no período de férias desses discentes no mês de julho a agosto de 2022, a maioria encontrava-se em suas comunidades, o que dificultou a realização de algumas entrevistas devido a irregularidade na conexão de internet.

Algumas entrevistas foram realizadas através de troca de áudios, uma das opções do aplicativo. Em algumas entrevistas com os discentes foi possível fazer presencialmente. Com os servidores as entrevistas foram realizadas todas presencialmente. Foram entrevistados 08 alunos, sendo 03 alunos do sexo masculino e 05 do sexo feminino. Cinco alunos estão ativos nos cursos e três desistentes. Os discentes entrevistados são quilombolas declarados, que ingressaram através do processo PSE, oriundos dos municípios de Óbidos e Oriximiná, com idades que variam de 23 anos a 45 anos.

Feita essa contextualização, passamos a analisar as respostas dos discentes quilombolas participantes desta pesquisa, entrelaçando com nossa experiência dentro da Universidade como servidor público, atuando diretamente com os discentes na função de secretário do Curso de Agronomia. Nessa atuação nos deparamos com relatos dos alunos que trazem à tona diversos aspectos em relação ao ensino-aprendizagem com informações que evidenciam de modo geral que todos os estudantes encontram/encontraram algum tipo de dificuldades durante o percurso acadêmico. Por outro lado, trazemos algumas reflexões que achamos pertinentes discutir, sempre com a preocupação de atender os objetivos desse estudo que nos propomos dialogando com autores que de alguma forma discutem ou pontuam sobre esses componentes que surgem ao longo do texto.

Diante disso passamos a analisar alguns pontos que achamos essenciais, pois colaboram de alguma forma para o entendimento das questões que envolvem a permanência dos alunos quilombolas na Universidade e o contexto social e econômico que estão inseridas. No capítulo II discutimos um pouco da realidade amazônica onde estão inseridas as comunidades quilombolas e que os discentes possuem suas moradas. Estão localizadas a certa distância das cidades, o acesso geralmente é feito por barcos e pequenas lanchas, com viagens realizadas uma ou duas vezes por semana. Alguns alunos receberam a carteirinha estudantil que lhe dá direito a meia passagem em algumas embarcações, o que diminui os custos com o

deslocamento, embora nem todas as embarcações aceitem as carteirinhas. Esse direito é apenas ao trajeto do município de residência ao município onde o aluno estuda.

Apesar disso, destaca-se a influência que a Ufopa detém como ambiente de formação que, embora tenha poucos anos de existência, é referência para os quilombolas e indígenas que residem nas comunidades do entorno e que almejam formação superior na região oeste do Pará. Entretanto, proporcionar aos quilombolas novos conhecimentos conforme eles anseiam tem sido um desafio enorme para essa universidade, considerando suas estruturas e as especificidades, diversidade de públicos que nela ingressaram. Acreditamos que a partir da experiência acadêmica essa inserção da universidade através de projetos de pesquisa, ensino e extensão, ou seja, a difusão de conhecimento, é possível que se estabeleça uma relação mais próxima entre a Ufopa e comunidade de modo geral.

Nas conversas com os discentes perguntamos se encontraram/encontram dificuldades durante o curso, nas respostas foi possível evidenciar através da percepção dos discentes de engenharia, qual seja, Engenharia de Minas e Agronomia investigados que de modo geral as disciplinas de Cálculos, que inclui a Matemática, Física e Química são os maiores gargalos na questão do ensino-aprendizagem atualmente no Campus de Juruti, o Campus oferta dois cursos. É importante lembrarmos que isso pode decorrer como evidenciado anteriormente acerca do percurso deficitário no ensino básico.

É importante considerar que as dificuldades nessas disciplinas não é exclusividade dos discentes quilombolas, mas uma evidência nas engenharias, de acordo com, (Silva, et al, 2016) “Nos cursos pertencentes às ciências exatas, especialmente os cursos de Engenharia, é visível a grande dificuldade enfrentada pelos universitários logo no início, onde boa parte das matérias são voltadas para a matemática e a física”.

Sobre isso alguns alunos com idade mais elevada, Rosangela 45 anos e Joana 36 anos, Fernanda 36 anos, justificaram que o espaço de tempo entre o Ensino Médio e a entrada nos cursos de Graduação é um dos fatores, como evidencia a aluna, Rosangela, 2022 “como passei muito tempo sem estudar estou enferrujada”. Por outro lado, argumenta que os alunos que adentram logo na graduação detêm mais “facilidade” para compreender as disciplinas do que os demais, o que não se sustenta na realidade – as taxas de insucesso nas disciplinas de cálculo abrangem todos os alunos como afirma os membros da coordenação de curso:

Acredito que não haja uma diferença significativa entre eles, a gente tem alunos com um bom desempenho e alunos que não tem um bom desempenho. As dificuldades são principalmente nas disciplinas de química, matemática, biologia interagindo com química e matemática. (ENTREVISTA, NAIARA, 2022)
Química, física e cálculo. (ENTREVISTA, ARMANDO, 2022)

Nesse sentido, compreendemos que pela ausência de uma Educação Básica de qualidade, que passa pela estrutura deficitárias das escolas, ausência de professores qualificados, metodologias de ensino são alguns dos fatores que contribuem com essas dificuldades no aprendizado nas disciplinas de exatas. Por outro lado, os estudantes trazem uma bagagem que também são parte nessas dificuldades – baixas rotinas de estudo, situação socioeconômica, histórico escolar e também as questões emocionais nos parece ser importante variáveis nesse processo.

Discutimos no capítulo anterior que a educação é direito de todos e dever do estado, visando o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho. No entanto, percebemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para obtermos uma educação que garanta o que está escrito na constituição. Um dos desafios é que se garanta que os conteúdos sejam repassados de forma satisfatórias para os alunos. Nesse sentido observamos que não é o que acontece na realidade, muitos dos conteúdos estudados não foram introduzidos nas disciplinas da educação básica, como relata a aluna Marcela, 2022 que no terceiro ano do ensino médio não estudou a disciplina de química, pela falta de professor nessa área, acha que por esse motivo tem dificuldades, como expressa no trecho abaixo confirmado por João 2022:

“eu tenho muita dificuldade na parte na questão de física né, é uma dificuldade que eu ainda tô trabalhando, tanto que eu nem me matriculei esse período. Tô deixando pra tirar um período reservado pra essa disciplina, porque é uma disciplina que eu não consigo acompanhar muito bem, então acho que tem que ter um tempo pra eu pode conseguir me adaptar” (ENTREVISTA, MARCELA, 2022)

“primeira foi o transporte, lá no curso eu também passei bem dificuldade em algumas matérias lá, mais química, física, matemática, foram as dificuldades maiores que passei, meu entendimento com essas três matérias. No decorrer do ensino médio, com sinceridade eu nunca tinha estudado esses conteúdos, que eu me lembre” (ENTREVISTA, JOÃO, 2022)

Essa problemática decorrente das dificuldades de aprendizagem não é uma exclusividade dos discentes quilombolas, mas que afeta de forma geral os estudantes, como afirma, Correa, (2017) que:

Embora a disciplina de cálculo esteja presente no currículo de muitos cursos de graduação, as dificuldades com seu ensino e sua aprendizagem têm representado um problema para estudantes tanto dos cursos de Matemática como para os demais cursos superiores. Os indicadores dessa problemática estão comprovados pelas taxas de reprovação, repetência e abandono das disciplinas de cálculo. (CORREA et al, 2017)

Essas e outras citações que denotam as dificuldades dos alunos nas disciplinas de exatas também esbarram na ausência de compreensão sobre a universidade, as rotinas de estudo, organização de conteúdos estudados, que contribuem para as questões relacionadas a aprendizagem. Sobre esse aspecto o aluno desistente Zaquel, 2022, relata que no início suas

notas eram baixa, e sua preocupação maior era com o corte de sua bolsa devido ao seu baixo desempenho, em relação a isso inferimos que essas dificuldades contribuíram com sua desistência, indo mais além o discente trata dessas questões a qual perguntamos na entrevista afirmando:

foi só em relação a minha parte, entender de alguns assuntos, isso por que não estava estudando tanto o que era pra estudar, ainda estava com aquela cabeça de ensino médio, de estudar só um dia antes da prova, essa foi a minha dificuldade para me encaixar na universidade. (ENTREVISTA, ZAQUEL, 2022)

Corroborando com essa percepção do discente quilombola o coordenador acadêmico do Campus da Ufopa de Juruti, que tem um contato com os alunos, e acompanha os dados acadêmicos e que é sujeito da pesquisa, afirma que:

Em relação ao insucesso dos quilombolas, está mais ligado ao próprio esforço dos alunos, apesar das monitoriais, projetos, esses alunos acabam deixando de lado, além disso, acabam se excluindo dos grupos de estudos, ficando isolado, sendo uma questão de foro individual. Na minha opinião, a universidade tem que pensar ações mais coletivas com esses grupos. (ENTREVISTA, CLODOALDO, 2022)

Os dois entrevistados com quem pude conversar atribuíram a uma dimensão de esforço individual o insucesso de alunos quilombolas, pois depende em certa medida da vontade e dedicação nos estudos, aliado a seus interesses e objetivos. Ademais a triangulação de respostas desses discentes, coordenadores de curso e coordenação acadêmica, ilustram as prováveis causas de boa parte das dificuldades e índices acadêmicos, a reflexão a ser realizada recai sobre o modelo pedagógico existente das universidades, que trabalham com a lógica de “adequar” os quilombolas aos demais alunos, mesmo havendo no espaço acadêmico uma expressiva diversidade étnica, com especificidades peculiaridades. Entretanto, avaliamos que não se trata apenas de questão de mérito (questão de esforço ou organização individual) como mencionado pelos entrevistados, há outros elementos como problemas na educação básica e o modelo pedagógico da universidade.

Muitas das vezes o ensino não reconhece a possibilidade de diálogo entre os saberes de seu grupo e os produzidos na academia, isto é, não levando em consideração suas epistemologias e tecnologias capazes de produzir conhecimentos. Para não nos perdermos em nosso objetivo trazemos novamente nossa pergunta balizadora desta pesquisa: Quais os desafios/entraves para a permanência dos discentes quilombolas nos cursos de graduação da Universidade federal do Oeste do Pará – Campus de Juruti?.

Assim, torna-se uma questão importante a mudança de paradigmas, pois elas precisariam de um modelo pedagógico intercultural que possa promover políticas e práticas

que estimulem a interação, compreensão e o respeito entre as diferentes culturas e grupos étnicos. Contudo, são demandas que atingem um cerne, para que tenham o sentimento de pertencimento ao ambiente universitário. Diante desses propósitos que busque a construção de um cenário cada vez mais favorável as diversidades, Candau aponta caminhos:

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (CANDAU, 2018, p.52).

Essas dificuldades de ordem técnico/pedagógicas, não são os únicos desafios a superar. Note-se que nessa perspectiva para atendê-los esbarra em contratação de novos servidores, orçamento, estrutura e etc. Esse desafio é ainda maior quando se trata das engenharias. Nesse contexto, inserimos um componente que achamos essencial para contribuir com essa análise – as relações interpessoais entre docentes e discentes, afinal de contas esse relacionamento faz parte da convivência entre as pessoas. O processo de ensino-aprendizagem se estabelece através das interações entre os grupos que fazem parte da turma ou sala de aula, qual sejam expressos, por raça, gênero, orientações sexuais entre outros.

O acolhimento, a motivação, sem represálias, ou seja, o ambiente seja balizado através do respeito o ensino aprendizagem torna-se mais prazeroso, em sentido contrário também pode-se manifestar dificuldades. Sobre isso, (GARCIA et al, 2019 apud Vidal, 2000), “sujeitos que não se sintam à vontade em determinados espaços, ou ainda que sejam discriminados ou preteridos em função de alguma peculiaridade, podem vir a apresentar dificuldades maiores neste processo”.

Desse modo a liberdade de aprender e agir pode criar estratégias de conscientização em sala de aula, ou seja, participantes ativos e não consumidores passivos, fazendo referência a educação Freiriana que aponta a “educação bancária” como uma forma de fazer com os alunos sejam capazes de memorizar e armazenar a informação sem ter a capacidade de reflexão dos temas propostos, isto de acordo com (BELL HOOKS 2013 p. 26). No entanto, quando se trata das engenharias torna-se mais complexo aplicar certas metodologias e didáticas, pois a memorização de informações de modo geral é essencial para que os alunos tenham um desenvolvimento satisfatório nas disciplinas.

Dessa forma, perguntamos como é o relacionamento entre os discentes quilombolas com os docentes assim como os demais discentes. A maioria das respostas apontam para o

bom relacionamento entre essas pessoas no ambiente universitário. Nesse sentido, observa-se que esse relacionamento não se torna fator preponderante na permanência dos discentes quilombolas nos cursos de graduação. Chama a atenção o fragmento da resposta da aluna Joana desistente do curso de Agronomia:

Era ótimo, meus professores super atenciosos, procuravam ensinar o mais fácil possível, não tenho nada do que reclamar deles, todos foram maravilhosos. Em relação aos colegas tentaram me ajudar muito durante o curso, não tenho que me queixar deles (ENTREVISTA, JOANA, 2022)

A chegada no ensino superior pode gerar uma expectativa grande de mudança de vida pessoal, profissional e social, no entanto, também pode ser frustrante na medida em que o aluno não consiga se desenvolver nas disciplinas e obter um rendimento abaixo do esperado, e sendo levado a desistência. E nos casos dos discentes quilombolas, existe toda uma expectativa familiar desses estudantes, pois muitas das vezes é o primeiro a conseguir a adentrar a universidade.

Ademais, outro dado importante nas entrevistas relaciona-se ao abandono de disciplina durante o percurso acadêmico, a maioria dos entrevistados abandonou algum componente curricular. Esse abandono está diretamente ligado a dificuldades diversas: desistência porque o aluno percebeu que não iria conseguir alcançar a média para aprovação nas disciplinas de matemática e química; dificuldade na matemática base de outras disciplinas; problemas psicológicos e de ansiedade; choque de horários nas disciplinas; abandono do curso. Em relação a isso a Ufopa criou o CEA NAMA que em Nheengatu significa “meu parente”, “meu amigo”. É um programa de monitoria que concede Bolsa direcionada ao acompanhamento dos estudantes indígenas e quilombolas, com o objetivo de que possam ser superadas algumas dificuldades enfrentadas sobretudo em relação a língua portuguesa, da matemática e dos recursos tecnológicos.

Essas bolsas são para estudantes selecionados através de edital específicos, para que acompanhem os estudantes indígenas e quilombolas que necessitam de ajuste de percurso acadêmico. No Campus de Juruti, há uma baixa procura por essa ação, como afirma um dos membros da coordenação de curso:

acho que muitas vezes existe a política dentro da Universidade os estudantes não aproveitam. Como por exemplo sou orientadora da bolsa Ceanama do campus de Juruti do curso de Agronomia, e a nossa discente já entrou em contato com os alunos várias vezes, disponibilizando-se pra atendimento, tirar dúvida, é uma discente boa, que já está no nono período é da primeira turma, tem experiência estudou a disciplina e os alunos não procuram. (NAIARA, ENTREVISTA, 2022)

No entanto, observamos que devido os discentes estarem em um Campus fora de sede o atendimento pedagógico, psicossocial é uma questão que não é de forma constante, geralmente o atendimento é realizado uma vez por ano de forma itinerante, mas acreditamos que isso deveria ser feito de forma mais continua para que o aluno tivesse um acompanhamento melhor, sendo que muitas vezes a Coordenação de curso, Secretaria Acadêmica acaba dando esse suporte acadêmico de orientação, na parte psicológica ouvindo o aluno nos momentos difíceis, tentando contornar uma eventual desistência, orientando a diminuir a quantidade de matrículas nas disciplinas. De todo modo, compreendemos que há uma falha nas questões de acompanhamento principalmente quando se fala de alunos que estão fora da sede, sendo uma questão a ser considerada pela gestão superior da Universidade.

Nesse sentido, a Ufopa tem criado um arcabouço de resoluções, normativas, nos conselhos superiores que garantem direitos aos grupos minoritários, mas que ainda não deram as respostas desejadas, mencionamos a fala do coordenador acadêmico:

Temos a resolução 200⁵⁰ que trata das políticas de ações afirmativas, o foco é garantir um acompanhamento desses alunos pedagogicamente pra verificar se esses alunos estão conseguindo êxito. Apesar dessa resolução se percebe que há um rendimento muito aquém que a universidade pretendi em relação a esse público. Se percebi que esses alunos estão abaixo da média dos demais, por diversos fatores – ensino médio não contento. (CLODOALDO, ENTREVISTA ,2022).

Portanto, a política de reserva de vagas nas públicas de ensino superior no Brasil, constitui-se uma ação afirmativa uma política ainda em processo de aprimoramento. Assim, há entendimentos que as políticas de ações afirmativas são avanços nos direitos para a inclusão social, facilita de certa forma o acesso ao nível superior. Na contramão disso, há a compreensão que essas políticas de cotas, para o acesso ao ensino superior, ajudam na continuação das injustiças e segregação. Um dos problemas que se torna latente na sociedade brasileira diz respeito a naturalização do racismo e do racismo institucional, que se evidencia nas questões de cunho formativo dos discentes indígenas e quilombolas presentes no ensino público.

A exclusão desses povos na rede pública de ensino, ainda é resquício do projeto de colonização que se atualiza de tempo em tempo, buscando colocar de certo modo essas pessoas no lugar da marginalidade e inferioridade. Algumas situações que contribuem de certa forma perpassam pela baixa qualidade da educação básica, a não garantia dos conteúdos da

⁵⁰ Institui a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e estabelece diretrizes para a instituição do Instituto de Formação Intercultural. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2021/bb3e207079374f62c815d89687511715.pdf>

diversidade cultural e das relações étnico-raciais nos currículos da educação básica. Decerto que houveram avanços como a inserção dos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras como orientam as diretrizes nacionais da educação. No entanto, continuam a reproduzir projetos pedagógicos alinhados a uma única cultura – eurocêntrica.

Buscando ir além na compreensão sobre a questão essencial e que é o principal objetivo deste trabalho – a permanência dos estudantes quilombolas na Ufopa, indagamos a influência da discriminação e preconceito e o que sabem a respeito desse tema complexo e latente na sociedade. Na abordagem, perguntamos se sofreram de alguma forma ou souberam de algum caso nesse sentido. A maior parte dos discentes quilombolas responderam que não sofreram nenhum tipo de preconceito ou discriminação por serem negros ou descendentes de quilombolas.

Uma discente, contudo, relatou que sofreu bastante preconceito na educação básica no período que estudou em escola particular mantida pela empresa mineradora Mineração Rio do Norte⁵¹, na localidade denominada de “Trombetas” – *Company Towns*⁵² onde fica localizada sua base estrutural de exploração de bauxita, matéria prima do *aluminium*. Chama atenção o racismo sofrido pela aluna, apesar de ter se passado algumas décadas os casos continuam ocorrendo mesmo com as leis mais rígidas quanto ao preconceito racial o que evidencia que a sociedade não avançou nos padrões comportamentais, ensejando mais atenção das autoridades e maior conscientização das instituições sejam realizadas para abolir essas práticas. “Sofri bastante preconceito na educação básica” (ENTREVISTA, ROSANGELA, 2022).

É relevante considera que certos temas como racismo e preconceito muitas vezes são difíceis de serem abordados em entrevistas. Pois a tendência das pessoas entrevistadas é não responder ou silenciar sobre as suas vivências de discriminação, por ser um tema sensível e que acaba trazendo sentimentos e dores que se acumulam no íntimo das pessoas que sofrem com essas práticas, mas que se examinarmos detidamente observaremos indícios que nos ajudam a perceber o racismo no cotidiano.

⁵¹ **Mineração Rio do Norte** (MRN), sediada em Porto Trombetas- PA, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1979 por uma associação de empresas nacionais e internacionais.

Disponível: <https://www.mrn.com.br/index.php/pt/>

⁵² *Company Towns*; Em português significa cidade da empresa, é uma vila ou cidade onde quase tudo, casas, escolas, hospital, supermercado, cinema, posto de gasolina e estabelecimentos comerciais, pertencem a uma única empresa. Disponível em: <http://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>

Ademais outro entrevistado sinaliza em seu relato que nos trabalhos em grupos ele era preterido entre os demais, na maioria das vezes sobrava, nessa formação de equipes, seja pela sua timidez, ou pela dificuldade em compreender os conteúdos que eram estudados, reproduzimos seu diálogo neste fragmento da entrevista:

Assim, discriminação mesmo não, mas no meu sentimento mesmo que não seja mas eu achei que algumas das vezes eu não entrava em grupo ou dupla por que não tinha mais colega ou parceiro e algumas vezes eu me senti meio desinquieto com isso, sempre eu sobrava na minha turma, eu penso que não era discriminação, eu penso que era, mas não era (ENTREVISTA, JOÃO, 2022).

Para reforçar essa passagem em que o discente quilombola tem dúvida se sofreu algum tipo de preconceito, na fala do Coordenador Acadêmico torna-se evidente, essas situações que nos parecem corriqueiras e insignificantes, mas que de alguma forma atingem a autoestima da pessoa e pode afetar seu desempenho acadêmico:

Mas nos grupos de estudo essa exclusão é mais nítida em relação a esse público, que acaba afetando nas questões psicológicas, o aluno se sentindo excluído, ocasionando até mesmo depressão e a desistência. A universidade deve trabalhar essa temática dentro da universidade (CLODOALDO, ENTREVISTA, 2022).

O preconceito como forma de racismo nesse caso se manifesta como uma de suas faces, sendo uma expressão do comportamento da sociedade que acaba reproduzindo ao longo dos tempos esse tipo de situações de exclusão, contribuindo para os indicadores das dificuldades da permanência no ensino superior, sobretudo para esses grupos, embora as instituições tenham implementado medidas para combater as práticas de racismo de preconceito no ambiente universitário. No entanto, essas medidas não serem suficientes, continua a existir casos de racismo.

A Ufopa, criou uma Cartilha de combate ao racismo e à discriminação contra indígenas nas escolas públicas da rede urbana de Santarém/PA, constituiu uma comissão interétnica, com representantes dos coletivos estudantis, de entidades ligadas aos movimentos indígena e quilombola e da Gestão Superior da Ufopa para, junto com a Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), debater políticas de formação para os servidores da Universidade. Os casos concretos são protocolados na Ouvidoria da instituição para os procedimentos administrativos legais. Contribuindo com a discussão trazemos um trecho da entrevista com um dos coordenadores que demonstra a responsabilidade institucional para que esses fatos sejam evitados dentro da universidade:

“a gente não teve nenhum caso de desrespeito, muito menos para o público quilombola, mas eu acredito também que se porventura possa vir a ter, nós enquanto

instituição a gente tem que combater isso de forma veemente assim, porque a gente tá formando pessoas e a gente tem que trabalhar a discriminação para que não exista, então mesmo que nossos alunos tenham a formação básica disso, nosso papel enquanto profissional é fazer com que isso não exista, partindo do exemplo do que a gente faz” (ENTREVISTA, NAIARA, 2022).

A discriminação e preconceito são resquícios da construção ideológica a respeito dos negros durante o processo de colonização, que infelizmente permanece na atualidade, e do modelo de educação e de instituições de ensino criadas, que não pensadas para negros, indígenas e outras populações minoritárias. Nesse sentido, no Brasil se tenta negar o racismo com discursos de que todos são iguais perante a lei, mas que na realidade os indígenas e quilombolas são os principais vitimados com ações de discriminação e preconceito, uma passagem dos escritos de Lélia Gonzales, (1984) ilustra bem esse discurso de tentativa de amenizar essas ações de exclusão:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALES, 1984, p.21)

Embora, seja evidente essa situação, Alencastro (2010) destaca que reverbera a ideologia da “democracia racial brasileira”, que apregoa a inexistência de discriminação racial no país. Consideramos que esses discursos ainda contribuem para a exclusão de parte da população das oportunidades – educação, saúde, emprego, etc. Para se desconsiderar as questões relacionadas ao racismo é evidenciada a hegemonia racial no Brasil que busca dificultar a mobilização da parcela negra da população sobretudo no que se refere a violência e discriminação.

Esses arranjos são entrelaçados em referência a identidade nacional e fatores culturais e ideológicos, tendo como principal objetivo a manipulação para se evitar a união dos negros em busca de direitos e cidadania (BAIRROS, 1996, p. 175). Nessa linha a autora considera em sua análise, que os mecanismos não coercitivos utilizados para a socialização entre brancos e negros são tão castradores quanto a violência física e as desigualdades sociais – produzindo uma massa despolitizada e descompromissada com as questões que lhe são essenciais.

Nesse contexto em que os negros estão inseridos, um panorama disso no Brasil – a maior população negra fora da África, e sendo a maioria da população, vemos um número ainda reduzido nas universidades, na representação política, e outras categorias que fazem parte do poder decisório da República. Em contraponto a esse debate o professor Silvio Almeida em sua obra, destaca que:

“O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados são estruturalmente reproduzidas” (ALMEIDA, 2018, p.15)

Nesse sentido, o racismo é visto como parte da própria estrutura social, considerado em muitas vezes como algo normal, nas relações políticas, econômicas e até mesmo familiares. No entanto, partir da iminência do tema, torna-se essencial para compreensão o status quo da sociedade contemporânea e suas interfaces no processo histórico.

A constituição Federal de 1988, estabeleceu como crimes manifestações de preconceito e possibilitou que negros e indígenas tivessem acesso a direitos. Atualmente foi sancionada pelo presidente Lula a mudança na lei que equiparou injúria racial a racismo Lei Federal nº. 14.532. Com essa mudança o crime de injúria passará a ser inafiançável e imprescritível. Enquadra os crimes cometidos em locais destinados a atividades esportivas, como estádios de futebol. Quem for condenado vai ser proibido de frequentar o local por até 3 anos. As penalidades podem ser aumentadas, se cometido por agente público, por um grupo, com intenção de diversão ou pela internet.

Por outro lado, na esfera da cidadania a constituição estabelece uma série de direitos que foram importantes para a inclusão social, das pessoas menos favorecidas. É importante enfatizarmos que a escravidão, ajudou a modelar a sociedade no Brasil, de várias formas – culturalmente, economicamente e politicamente. Em contraste a isso é possuidora de enorme preconceito racial que se estende nos dias atuais.

3.3 Ações afirmativas no contexto da Ufopa

Na sequência, adentramos nas questões de natureza institucional especificamente sobre a atuação da Ufopa na resposta as demandas dos grupos sociais, mais especificamente dos discentes quilombolas. Antes, porém, relembramos aqui a nossa pergunta inicial, para não perdermos de vista onde queremos chegar com esta pesquisa – quais os desafios/entraves para a permanência dos discentes quilombolas nos cursos de graduação da Universidade federal do Oeste do Pará – Campus de Juruti? Consideramos os avanços na implementação de políticas de inclusão, acesso e permanência dos povos indígenas e quilombolas nas instituições de ensino, direcionado a esse público. A esse respeito o coordenador ARMANDO, afirma:

“acesso sim, mas a permanência não, fica muito longe, muito aquém de cumprir o seu papel em manter, administrar essa permanência, mas também não é uma responsabilidade da gente, acaba que caindo tudo sobre eles mesmos (alunos), claro

depende deles é a vida deles, de fato, mas a gente precisa de condições pra batalhar. Acho que esse suporte, poderia ser, política a gente não tem na nossa universidade suficiente para manter a permanência, garantir a permanência deles” (ENTREVISTA, ARMANDO, 2022).

Todavia, lançamos o questionamento sobre a atuação da Universidade com os discentes quilombolas e obtivemos como retorno, que, a maioria das respostas consideram a necessidade de uma ação mais focada na preparação e/ou nivelamento, reforço nas disciplinas de cálculo, química e física, haja vista, a dificuldade desses alunos nessas disciplinas, são algumas das demandas desse grupo, isso nos moldes de como ocorre com os discentes indígenas que estudam na sede da Ufopa em Santarém, com a Formação Básica Indígena⁵³. Corroborando essa informação a coordenação de curso, afirma que:

Acho que as estratégias que está sendo utilizada, como Ceanama⁵⁴, é um ponto positivo, mas acho que muitas vezes existe a política dentro da Universidade os estudantes não aproveitam. Como por exemplo sou orientadora da bolsa Ceanama do campus de Juruti do curso de Agronomia, e a nossa discente já entrou em contato com os alunos várias vezes, disponibilizando-se pra atendimento, tirar dúvida, é uma discente boa, que já está no nono período é da primeira turma, tem experiência estudou a disciplina e os alunos não procuram. A política ela deve ser usada, não adianta só a gente criar, a gente deve colocar para o aluno que ele deve utilizar é uma questão que está ofertado pra ele, mas isso acontece também nas disciplinas de monitoria normal, quando a gente tem a disciplina que tem monitor às vezes o aluno não vai para a monitoria, então acredito que não é só uma questão dos quilombolas, mas dos estudantes de modo geral que acabam não aproveitando aquela política que tá sendo ofertada pela universidade, mas eu acredito que também curso de nivelamento principalmente nas disciplinas que eles tem mais dificuldades como química, matemática, biologia, física, acabam que vão auxiliar com eles fiquem mais confortáveis e consigam solidificar aquele conteúdo que foi ministrado em aula. (ENTREVISTA, NAIARA, 2022)

Por outra perspectiva, torna-se relevante mencionar que a localização do Campus de Juruti em relação a sede da universidade, onde a disponibilidade de projetos de ensino, pesquisa e extensão são mais comuns e corriqueiros. Nesse âmbito, constata-se que a pulverização de ações nesse sentido para os *campi* fora de sede é uma deficiência institucional, que pode ocorrer pelas condições de falta de recursos humanos e financeiros. Por mais que

⁵³ A Formação Básica Indígena corresponde a uma medida de ação afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará com o objetivo de minimizar problemas enfrentados pelos indígenas no âmbito dos seus cursos de graduação. Trata-se de um projeto de formação inicial que se propõe a trabalhar a autonomia intelectual dos discentes indígenas, oriundos do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), com conteúdo das Ciências exatas (matemática), Ciências humanas (Língua Portuguesa, Antropologia, Direito, outros) e Tecnologias, tendo em vista a atenuação das lacunas deixadas pelo ensino básico que tais discentes cursaram, bem como refletir, discutir e propor estratégias para saberem lidar com os problemas enfrentados, decorrentes do racismo e do preconceito ainda fortemente presentes em diversos espaços da sociedade brasileira, inclusive no espaço universitário. Disponível em: https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=302381814

⁵⁴ Programa de Monitoria Acadêmica para o desenvolvimento atividades de ensino, acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes indígenas e quilombolas, objetivando manter o cumprimento do compromisso social e institucional da Universidade Federal do Oeste do Pará.

algumas ações sejam realizadas esporadicamente não atende às reivindicações da categoria discente objeto do estudo em questão. Percebe-se de forma evidente neste trecho da percepção da coordenação de curso que reproduzimos:

Então o atendimento, infelizmente pelo fato de estarmos em campus fora de sede, o atendimento pedagógico, psicossocial é uma coisa que a gente não tem de forma constante, antes da pandemia a Proges⁵⁵ vinha uma vez por ano fazendo o atendimento de forma itinerante mas acredito que isso deveria ser feito de forma mais continua que aluno tivesse um acompanhamento melhor e isso vale não só para os discentes quilombolas como para todos os outros, acaba que muitas vezes a coordenação, secretaria acadêmica acaba dando esse suporte acadêmico de orientação, essa parte psicológica de ouvir, de o aluno querer desistir para contornar dizendo que é assim mesmo diminuir as disciplinas fazer quantidade menores, mas infelizmente a gente ainda falha nas questões de acompanhamento principalmente quando a gente fala de alunos que estão fora da sede, então eu acho que isso é uma questão. (ENTREVISTA, NAIARA, 2022).

Essas constatações demonstram que as Universidades públicas que aderiram as ações afirmativas, tiveram a preocupação na política de acesso, ou seja, esse acesso está garantido, mas ainda encontram dificuldade na implementação de ações para a permanência. A política de acesso busca garantir que os grupos vulneráveis tenham a possibilidade de cursar uma graduação, para isso existem processos seletivos diferenciados nas universidades públicas que garantam que esses grupos consigam vagas em diversos cursos, na Ufopa geralmente são reservadas duas vagas para indígenas e duas vagas para os quilombolas. Isto não impede que esses candidatos possam se inscrever nos processos seletivos regulares.

As ações para garantir a permanência perpassam pela distribuição de auxílios e bolsas, ações de monitoria, cursos de nivelamento, garantia de participação em projetos de pesquisa e extensão, assim como assistência psicológica para os discentes. Essas ações apresentadas se complementam, pois quando se trata dos indígenas e quilombolas por sua condição de vulnerabilidade social e econômica não basta simplesmente a garantia de acesso, torna-se necessário a permanência desses discentes nos cursos superiores para que possam concluir com êxito sua graduação com qualidade e estejam preparados para disputar sem maiores dificuldades as vagas e atuar de forma satisfatória no mercado de trabalho.

Diante desta realidade apresentada, extraiu-se informações que levam em conta a ausência de ações que busquem a questão simbólica dos quilombolas, como as datas comemorativas – dia da consciência negra que é uma data importante, mas que no campus de Juruti atualmente não é levada em consideração. Essas preocupações deveriam ser pautas constantes nas reuniões e discussões no contexto institucional e que deixassem de ser apenas

⁵⁵ Pro-reitoria de gestão estudantil –Ufopa.

parágrafos bem elaborados nos documentos e normativas institucionais, mas que fossem efetivas para responder os anseios da comunidade acadêmica e em especial dos indígenas e quilombolas que são os maiores prejudicados, seja pela sua condição social e/ou econômica.

3.4 Assistência estudantil: influências dos auxílios e bolsas na Permanência no Campus de Juruti

Para que as respostas institucionais possam atingir a todos os grupos que fazem parte da comunidade acadêmica necessita-se que as informações possam chegar aos principais interessados, mas observamos que há desconhecimento do que acontece na prática. A assistência estudantil que teoricamente deveria responder as demandas, segundo a amostra selecionada neste estudo, os estudantes foram unânimes em responder que desconhecem as políticas de assistência estudantil, inferimos que essa situação decorre de o campus ser fora de sede onde muitas das políticas e ações estarem concentradas na sede da Universidade no município de Santarém. Um exemplo disso, são as ações itinerantes serem realizadas uma vez por ano, como assistência psicológica para os alunos. Para que os servidores possam realizar qualquer atividade necessita-se de uma logística e recursos para diárias e passagens para que possam permanecer no Campus por alguns dias.

As reivindicações e manifestação nos diversos momentos na história mais recente no Brasil foram positivas, pois no ensino superior a inserção das ações afirmativas representa as lutas e conquistas dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro, sendo relevante para que os diálogos sobre políticas antirracistas passassem a fazer parte do planejamento do Estado brasileiro e tendo como resultado acesso das classes minoritárias as universidades públicas.

Nessa perspectiva os movimentos sociais organizados têm sua importância na construção de novas formas de resistência ao poder constituído, em relação a isso destacamos a escrita de Gomes (2017) “os movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (Gomes, 2017, p. 28). Essa realidade torna evidente que a política de assistência estudantil está distante de ter conotação de uma política assistencialista, mas sim um direito social que tem proporcionado à redução das desigualdades do acesso, da permanência e da conclusão de cursos no nível superior de ensino das populações que vivenciaram um histórico processo de exclusão nesse nível de ensino.

Com a expansão do acesso às universidades públicas pelo REUNI, mencionado no capítulo anterior, foi preciso criar condições para que os discentes com vulnerabilidade socioeconômica tivessem a oportunidade de permanecer e poder finalizar seus estudos. Portanto, em 2008, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que objetiva dar condições para que se tenha a igualdade de oportunidades aos alunos e de certa forma contribuir com os índices acadêmicos, criando estratégias que visem diminuir a repetência e sobretudo a evasão. De acordo com informações disponibilizadas no site do MEC o “Pnaes⁵⁶ oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa”.

É importante considerarmos que nem todos os alunos quilombolas do Campus de Juruti recebem o auxílio estudantil da Ufopa no valor de cem reais (R\$100, 00) e a Bolsa Mec⁵⁷ que totaliza (R\$900, 00), atualmente cada aluno contemplado recebe (R\$1000,00) mil reais que é o teto estabelecido pela instituição para cada aluno possa receber, contando auxílios e bolsas acadêmicas e/ou administrativa de acordo com a Portaria N° 186/GR/UFOPA, de 23 de abril de 2019⁵⁸, republicada em 25 de abril de 2019. Sendo uma estratégia para democratização do acesso aos auxílios dando condições de permanência para um número maior de alunos em vulnerabilidade social. Como a maioria dos alunos são oriundos de outros municípios, isso gera uma dificuldade na localidade do curso, sendo que os cursos são de caráter integral, e o aluno tem que se dedicar exclusivamente ao estudo se ele não tiver nenhum auxílio financeiro ele não conseguir se manter na universidade. Na figura abaixo apresentamos esses dados:

Tabela 3: Auxílios financeiros e bolsas disponíveis na Ufopa Campus de Juruti.

⁵⁶ Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnaes#:~:text=Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20\(Pnaes\)&text=O%20Pnaes%20oferece%20assist%C3%Aancia%20C3%A0,avaliar%20o%20desenvolvimento%20do%20programa.](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnaes#:~:text=Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20(Pnaes)&text=O%20Pnaes%20oferece%20assist%C3%Aancia%20C3%A0,avaliar%20o%20desenvolvimento%20do%20programa.)

⁵⁷ “É uma política pública voltada a concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados” disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/30000-uncategorised/51931-programa-bolsa-permanencia>

⁵⁸ <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2019/b95419f22e4a9739d402ea20f224b991.pdf>

Tipo	Modalidade	Público alvo	Total de beneficiados
Auxílio	Auxílio permanência	Todos os discentes c/ vulnerabilidade comprovada	120
Bolsas	Bolsa MEC	Discentes indígenas e quilombolas	09

Fonte: Elaboração própria (2022) com base nas informações da pesquisa documental.

Os auxílios contribuem significativamente para a permanência dos discentes quilombolas, dá condições mínimas para que se alimentem, possam alugar um local para sua morada, mas é importante mencionar que nem todos os alunos quilombolas estão recebendo os auxílios, pois a política de cortes de gastos do Ministério da Educação (MEC) está atingindo a oferta de bolsas para esse público o que pode comprometer sua permanência – foram disponibilizadas apenas 67 bolsas no ano de 2022 pelo Programa de Bolsa Permanência (PBP/MEC) para os alunos indígenas e quilombolas da Ufopa, sendo que a universidade possui um passivo de 366 alunos que não recebem bolsas. Nos últimos 04 anos a gestão do Ministério da Educação (MEC), sob o governo Bolsonaro efetuou bloqueios ou contingenciamentos através de decretos presidenciais que cancelaram parte do orçamento anual do ministério. O orçamento nesses 04 anos totalizou cerca de R\$ 566 bilhões e R\$ 113 bilhões foram cortados⁵⁹.

Como forma de organizar a concessão das bolsas a Ufopa criou uma comissão Interdisciplinar Permanente de Acompanhamento dos Estudantes Indígenas e Quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará⁶⁰ que aprovou, a Instrução Normativa nº 01/2019/CIPAEIQ/UFOPA ⁶¹que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para concessão e manutenção do auxílio estudantil vinculado ao Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação (PBP/MEC) na Ufopa. Ademais a normativa definiu o desempenho acadêmico satisfatório, tempo regulamentar de curso, assim como ajuste de

⁵⁹ Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2022/12/15138129-governo-atual-e-o-que-mais-cortou-em-recursos-de-educacao-e-ciencia.html>

⁶⁰ Portaria nº 126/2019/GR/UFOPA, disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2019/4add9a5a3c54efd2ba5021ac421c4661.pdf>

⁶¹ Instrução Normativa nº 01/2019/CIPAEIQ/UFOPA, disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2019/975813ce72bc33bde280ba9eb688ed6e.pdf>

percurso acadêmico. Essa comissão foi criada pela Portaria nº 126/2019/GR/UFOPA, com participação dos representantes da gestão Superior, Institutos, Campis fora sede, Diretório Central dos Estudantes, Diretório Acadêmico Indígena, Coletivo dos Estudantes Quilombolas todos da Ufopa, assim como, Fundação Nacional do Povos Indígenas- FUNAI, Federações da Organizações Quilombolas de Santarém, Conselho Indigenista Tapajós Arapiuns, criada para ter as seguintes atribuições:

Normatizar a concessão de bolsas vinculadas ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e ao Programa de Bolsa Permanência (PBP/MEC) para os estudantes indígenas e quilombolas beneficiados no âmbito da Ufopa; acompanhar o processo de adaptação acadêmica, revogação e/ou finalização da concessão de bolsas do PNAES e pelo PBP/MEC; deliberar sobre a permanência, revogação e/ou finalização da concessão de bolsas do Pnaes e do PBP/MEC aos estudantes indígenas e quilombolas da Ufopa. (Portaria nº 126/2019/GR/UFOPA)

É importante considerar que, apesar das leis e normativas que garantem o acesso dos quilombolas aos conhecimentos disponibilizados pelas instituições de ensino superior, não é suficiente. Necessita-se que se possa democratizar a educação, de modo que haja reflexão sobre as particularidades e especificidades dos alunos quilombolas para inserí-los na sociedade, escolas, universidades para que assim seja possível sua permanência, ensino de qualidade – considerando sua diversidade cultural.

A permanência dos alunos quilombolas, também depende da inclusão desse público nos projetos de ensino, pesquisa, extensão aproveitando as potencialidades de suas localidades, aproveitando os conhecimentos tradicionais, aliado aos conhecimentos científicos. Como forma de exemplificar isso, trazemos a luz o relato da tese de doutorado de Moura, (2021) que possibilitou a presença dos terreiros/quilombo, lideranças, mestras, intelectuais, ativistas, para atuarem na Universidades como docentes no projeto Encontro de Saberes. O objetivo do projeto é realizar encontros entre os conhecimentos elaborados no ambiente universitário e aqueles constituídos a partir do terreiro das comunidades tradicionais. Essas pessoas possuem conhecimentos adquiridos ao longo da vida sem estudos universitários, mas detentores de conhecimentos que são elaborados coletivamente nas suas comunidades. (MOURA, 2021, p 88).

Mas no Campus de Juruti, se observa nas respostas dos alunos que há pouca participação nos projetos que são disponibilizados, quer seja pelo desinteresse ou pelas barreiras que são impostas no processo de seleção – nos editais publicados geralmente exige-se que os discentes tenham um Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) superior aos demais para que possa participar, principalmente no projetos que distribuem bolsas. Acontece que,

pelas dificuldades e limitações esses alunos apresentam desempenho não satisfatório, assim são excluídos desses projetos logo no processo seletivo. Em relação a isso compreendemos que essas exigências acabam de alguma forma sendo um mecanismo de reprodução de exclusão desses estudantes e um fator em si de desmotivação – constatamos que pelas inúmeras dificuldades que os quilombolas enfrentam elencadas em vários momentos neste texto, são estratégias que restringem a participação na produção do conhecimento por esses alunos.

Os auxílios do MEC e da Ufopa são uma das fontes de recurso financeiro com as quais os estudantes quilombolas podem receber. Além disso, existem as bolsas de estágio, Pibic, Pibex, Pibid, PET e Bolsa Cultura. Todavia, ainda existem pouca procura pelos discentes quilombolas nessas modalidades de auxílio na universidade, talvez por falta de incentivo ou desconhecimento. De acordo com o anuário estatístico 2022 temos a evolução da distribuição de bolsas na Ufopa no período de 2018 a 2021:

Gráfico 16 - Evolução de programas/projetos apoiados e bolsas concedidas.

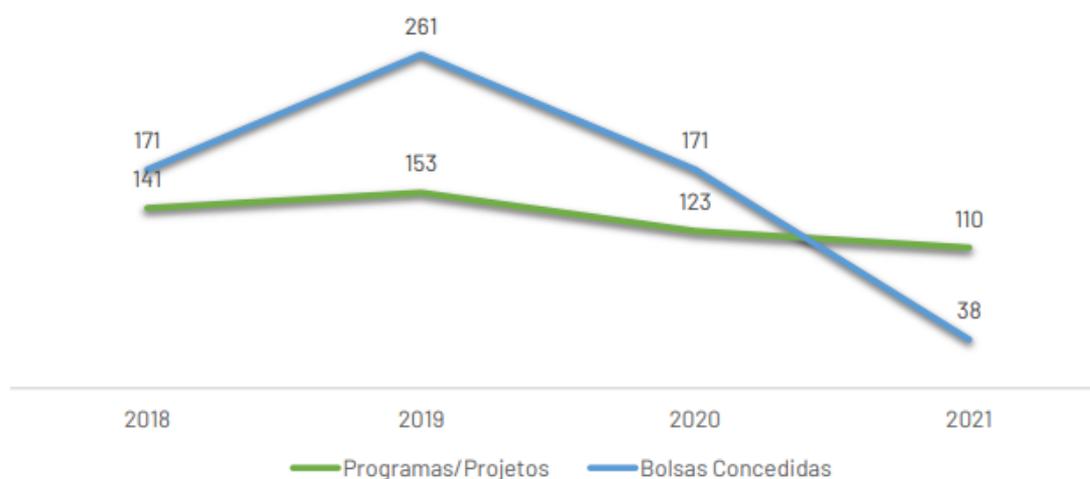


Figura 11. Evolução dos programas de bolsas no período de 2018 a 2021. Fonte anuário estatístico Ufopa, 2022.

Verificamos nesses dados a evolução negativa nos números o que explica o desmonte nas políticas educacionais que de alguma forma contribuem para a permanência não somente dos grupos minoritários, mas de todos os alunos em situação de vulnerabilidade. Isso também pode ser um fator de maior competição entre os discentes, o que em tese pode prejudicar os discentes com rendimentos acadêmicos insatisfatórios, o que geralmente acontece com os indígenas e quilombolas.

Essa relação controversa de inclusão/exclusão os alunos quilombolas podem ter uma vivência muito mais positiva no ambiente universitário, a manutenção dos elos com suas raízes culturais. Sob esse olhar, considera-se a necessidade de manter a conexão cultural estimulando os alunos desses grupos a realizar projetos de pesquisa, extensão e de ensino, sobre os saberes de suas localidades, seus povos e trazendo esses conhecimentos para a universidade em função de suas vivências. Sobre isso, Moura (2021) destaca a análise de uma das participantes de sua pesquisa: “conectar esses conhecimentos, do terreiro e da universidade é importante para fazer com que as histórias das comunidades sejam conhecidas e reconhecidas por quem maneja políticas públicas” (MOURA, 2021, p 74).

Ademais, torna-se indispensável o fortalecimento dessa relação entre os saberes tradicionais e científicos na busca de soluções para o desenvolvimento dos povos em particular da Amazônia. Nesse sentido, é importante a organização dessa categoria para tornar efetivas as reivindicações, mas segundo informações dadas pelos próprios estudantes não há uma organização no campus de Juruti, no que se refere a questão da representatividade, quer seja dos estudantes de modo geral assim como dos estudantes quilombolas.

Essa ausência de uma referência e/ou centralidade das reivindicações, que busque pelos direitos dos discentes quilombolas que ingressam no espaço universitário, essa representação discente específica no *Campus de Juruti*, pode assegurar aos estudantes o cuidado evitando a violação de qualquer natureza, assim como a garantia pelo respeito a diversidade e valorização cultural quilombola dentro da Ufopa. Chama a atenção o fragmento da entrevista com a coordenação de curso, que enfatiza a necessidade da organização dos discentes quilombolas:

“[...]e acaba que muitas vezes a gente não tem uma sensibilização do docente para atendimento dos quilombolas ou dos indígenas e talvez isso fosse importante também pra gente enquanto professor pra gente ter uma sensibilidade maior e pra que a gente pudesse abraçar a causa deles, de uma forma melhor, então acredito que incentivar a conscientização desses alunos dos campis fora de sede para que eles pudessem se organizar e também conseguissem interagir com os demais de uma forma mais tranquila, não vejo distinção na Agronomia a respeito disso, então acredito que seja mais essas questões[...]” (ENTREVISTA, NAIARA, 2022)

No contexto educacional a participação discente ativa contribui de forma significativa, apontando caminhos para a gestão, e assim dá maior possibilidade de a voz dos discentes serem ouvidas. A exposição de ideias nos assuntos que dizem respeito a vida acadêmica, discussão e participação nas votações são essenciais para a obtenção de resultados que de alguma maneira acabam beneficiando os demais membros de sua categoria.

3.5 Permanência dos discentes quilombolas no contexto da pandemia de Covid 19

A pandemia SARS-Cov2 foi o período de maior dificuldade em que as pessoas do mundo inteiro passaram, e no Brasil não foi diferente, as mortes eram constantes nesse período. No que concerne à educação segundo a Unesco⁶² a pandemia interrompeu 94% das atividades presenciais dos alunos no mundo. Em diversos países os sistemas educacionais foram afetados pela pandemia da covid 19, produzindo o fechamento de escolas da educação básica como também instituições de nível superior.

Dessa forma, após declaração de emergência em saúde pública pelo Covid-19 e das medidas para seu combate, pela portaria nº 188 do Ministério da Saúde⁶³, O ministério da Educação organizou e instituiu o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação através da portaria Portaria nº 329 do Ministério da Educação ⁶⁴. A partir dessas normativas o Ministério da Educação publicou a Portaria n. 343/2020 que foi alterada pelas Portarias n. 345/2020 e n. 395/2020.

Além disso, editou a Medida Provisória (n. 934/2020). Esse arcabouço normativo autorizou que se utilizasse as aulas remotas por meios digitais com exceção de – estágios, aulas práticas de laboratório e, para os cursos de Medicina e os internatos. Ademais autorizou a flexibilização dos dias letivos, mas mantendo-se a carga horária mínima dos cursos. A coleção de regulamentos possibilitou que as Universidades Públicas pudessem manter no período de quarentena a suspensão de suas atividades presenciais sem prejuízos sem deixar de atender suas atividades fins.

No que tange aos cursos de graduação que são ofertados de forma presencial, havia a autorização para que em sua carga horária houvessem atividades desenvolvidas na modalidade de Educação à distância (EAD). A Portaria nº 2.117 do Ministério da Educação autorizou que cursos presenciais pudessem até o limite de 40% da carga horária total do curso (EaD) (BRASIL, 2019). O limite máximo de carga horária para atividades nessa modalidade é de 40% sobre a composição total de atividades nos cursos de forma EAD, levando em consideração a matriz curricular de cada curso. Com a pandemia de Covid 19 foram

⁶² <https://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-educational-disruption-and-response-13363>

⁶³ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>

⁶⁴ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570>

necessárias mudanças com relação à prática de atividades presenciais sendo possível que as aulas ministradas fossem integralmente por meios digitais.

A partir desses documentos as instituições de ensino superior juntamente com departamentos acadêmicos e cursos de modo geral precisaram se adaptar à nova realidade que se impôs como tentativa de reduzir os prejuízos no ensino-aprendizagem e riscos à saúde pública, com o desafio de garantirem a qualidade educacional no nível superior, assim como a segurança de todos os envolvidos. Essa responsabilidade de regular as adequações às diversas instâncias deliberativas das IES que elaboraram portarias e normativas com decisões essenciais que deram suporte ao trabalho dos docentes em relação a condução das suas disciplinas. Houveram ajustes necessários nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos, com o intuito de enfrentar a situação de emergência que se apresentava.

A Gestão Superior da Universidade Federal do Oeste do Pará, como medida de gerenciamento para o combate à pandemia da Covid-19, criou o Comitê Permanente de Crise através da Instrução Normativa 01⁶⁵, que teve como principal atribuição o monitoramento da situação em âmbito regional e local para apontar caminhos a comunidade interna e externa da instituição. Como primeiros encaminhamentos as aulas foram mantidas presencialmente e as unidades passaram a elaborar o plano de atividades remotas e a posteriori houvesse a suspensão das atividades. A instrução Normativa nº 04⁶⁶ em seu Art. 7º Fica suspendeu as aulas da Ufopa por tempo indeterminado:

“Fica suspenso, por tempo indeterminado, o calendário acadêmico dos cursos de graduação da Ufopa, com aproveitamento das atividades já realizadas, sem prejuízos aos discentes que não conseguiram realizá-las e sem aplicação de faltas aos discentes”.

Após quase um ano de paralisação por conta da pandemia do Covid 19, a Ufopa publica a resolução nº 334, que resolve:

Art. 1º Retomar o Calendário Letivo de 2020, com a execução e oferta de componentes curriculares e de outras atividades previstas nos Projetos Pedagógicos

⁶⁵Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2020/8796492cb2600600e148591b62547a3f.pdf>

⁶⁶Disponível

em:<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2020/8df957ef77f3df62dfe730af258266b6.pdf>

dos Cursos – PPC de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, no formato remoto e/ou semipresencial⁶⁷.

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) retornou as atividades normais com o restabelecimento completo das atividades acadêmicas e administrativas em 1º de agosto de 2022. No período em que as aulas ocorreram de forma semipresencial a Ufopa adotou algumas ações para dar suporte aos alunos que tinham maior vulnerabilidade socioeconômica, como as aulas passaram a ser ministradas de forma remotas, sendo que muitos alunos não dispunham de conexões de internet, para a participação nas aulas, apesar de a instituição distribuir pacotes de internets e alguns equipamentos como Chromebooks. Ademias neste período a instituição lançou edital para distribuição de auxílios alimentação no valor de R\$ 200 duzentos reais e os indígenas e quilombolas que ingressaram nos anos de 2020 e 2021 tiveram a possibilidade de participação mesmo com recebimento de outros auxílios estudantis.

Essas ações emergências em certa medida foram importantes para mitigar as dificuldades, no entanto para o ensino remoto estudantes tinham que ter maior habilidade para o desenvolvimento das atividades em ambiente virtual, pois exigiu maior autonomia no manuseio desses recursos tecnológicos para leitura e escrita, assim como no uso da internet. Em relação a isso, trazemos parte do diálogo com o aluno João (2022) que expressou suas dificuldades com as ferramentas tecnológicas e a internet:

O principal motivo foi a pandemia, é que ficou ruim estudar online, sem uma internet de qualidade, não consegui pegar as coisas como era na presencial, ficou muito difícil pra mim ter internet, não consegui os cromerbook, a internet aqui estava péssima no momento, não consegui as notas não passei nos semestres e cortaram minha bolsa, se não tivessem cortado minha bolsa eu tinha retornado por que era o dinheiro que eu me mantia lá pra estudar (JOÃO, ENTREVISTA 2022).

É importante considerar que através da pandemia, surgiu fragilidades no atendimento aos alunos, foi preciso criar mecanismos que não estavam previstos para atender minimante esses alunos. Além disso, muitos discentes não tinham habilidades e manejo com a internet, foi necessária uma adaptação para produzir minimante conhecimento com a nova rotina proporcionada pelas plataformas digitais.

Essas dificuldades no acesso à internet e suas interfaces demonstra que as desigualdades sociais como condição histórica acaba implicando na forma como cada pessoa pode acessar os direitos sociais. Vemos nas mídias alunos acessando a internet em galhos de

⁶⁷ Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2020/b734b90c86eb9c0e0486822eef55e303.pdf>

árvores para estudar, isso demonstra que ainda estamos longe da democratização do acesso à internet, ou inclusão digital. Desde 2020, os cursos em execução no Campus de Juruti adaptaram-se as exigências institucionais passando a ministrar as aulas remotas de forma síncronas – quando acontecem ao vivo na internet –, e assíncronas – quando o professor disponibiliza a aula gravada. Pedro, 2022 em sua resposta evidencia em seu diálogo esse fato:

Eu cheguei a abandonar uma disciplina, mas foi agora no período da pandemia, eu tinha me matriculado, pensei que ia ser remota, chegou na hora era presencial, (estava no quilombo) aí acabei abandonando essa disciplina. (ENTREVISTA, PEDRO, 2022)

Na medida em que houve a necessidade de retorno das aulas, mas sem as condições sanitárias para evitar o contágio do Covid 19, a internet foi importante nesse processo, no entanto, muitos discentes tiveram dificuldades, o Coordenador Armando, 2022 expressou isso na entrevista neste trecho:

“inclusão digital, também o cara teve que se virar na pandemia, principalmente para saber lidar com as tecnologias e deve ter sido complicado para eles, mas a maioria acompanhou, alguns desistiram, mas a maioria acompanhou, não deve ter sido fácil, mas teve as ações da Ufopa, MEC, internet, chip, um tablet. O aluno Quilombola, comentou que durante a pandemia chegou o sinal de internet, mas metade da pandemia eles permaneceram isolados, o meio de comunicação era rádio, é uma outra realidade totalmente diferente da cidade”. (ENTREVISTA, ARMANDO, 2022)

Nesse sentido, compreendemos que o desafio envolveu aprender a lidar com plataformas on-line e suas complexidades, e, para quem tem uma realidade totalmente diferente da maioria dos alunos, sem as condições para o acesso à internet, pode ocorrer o que o discente desistente João (2022) expressou:

O principal motivo foi a pandemia, é que ficou ruim estudar online, sem uma internet de qualidade, não consegui pegar as coisas como era na presencial, ficou muito difícil pra mim ter internet, não consegui o chromecast, a internet aqui estava péssima no momento, não consegui as notas não passei nos semestres e cortaram minha bolsa, se não tivessem cortado minha bolsa eu tinha retornado por que era o dinheiro que eu me mantia lá pra estudar (ENTREVISTA, JOÃO, 2022)

A pandemia sem dúvida contribuiu para que tivéssemos desistência dos discentes, devido à nova realidade que se impôs a toda a comunidade universitária, no entanto, os quilombolas e indígenas tiveram maiores dificuldades, pois estarem geralmente em situação de vulnerabilidade social, distante dos centros urbanos nas suas comunidades, acabou levando a desistência, como no caso relatado acima. A pandemia trouxe muitos aprendizados para a sociedade e sobretudo que as desigualdades sociais acabam prejudicando num momento de crises quem já vive com dificuldades diversas.

E também é importante enfatizarmos que os docentes também tiveram suas dificuldades, sobretudo para planejar as atividades num ambiente virtual, mas que acabaram se reinventando e conseguindo repassar o conhecimento para os discentes na medida do possível. Mas é uma análise que ficará para um outro momento.

Após estas análises sobre a permanência dos discentes quilombolas, caminhamos para nossas considerações finais a respeito desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa que teve o objetivo de discutir e compreender os desafios e entraves em relação a permanência dos discentes quilombolas da Ufopa no Campus de Juruti, a metodologia do estudo contou com entrevistas e conversas com estudantes quilombolas ativos e desistentes, coordenadores de cursos e coordenador acadêmico, assim como diálogos teóricos e reflexões a cerca da temática, fomos construindo uma percepção de que o acesso a Universidade foram avanços conquistados ao longo dos tempos pelos movimentos sociais em especial os movimentos negros que tiveram suas reivindicações conquistadas com maior eficácia com a constituição de 1988, mas que é possível que se possa avançar ainda mais nas conquistas não somente no ambiente universitário mas que tenham condições de mudar ou melhorar sua qualidade de vida e de suas famílias.

É importante, porém mencionar de antemão o esforço feito de compreensão das variáveis envolvidas para elaborar uma análise satisfatória do objeto da pesquisa, pois como técnico administrativo em educação estamos de certa forma envolvido com as ações implementadas pela universidade e em contato direto com os participantes da pesquisa, o que na nossa opinião não se torna um problema, mas uma possibilidade de se ter um diagnóstico mais aprofundado em face da ótica privilegiada.

Feito esse registro, passamos a externar nossa percepção a partir das análises empreendidas, assim sendo entendemos que a exclusão dos indígenas e quilombolas da educação formal, não deixa de ser um produto gestado de um projeto que se perpetua no tempo, ou seja, de colonização europeia que acaba submetendo e mantendo muitas vezes esses grupos à margem da sociedade.

A esses estão disponíveis quase sempre a baixa qualidade da educação básica, a não disponibilidade dos temas da diversidade cultural e das relações étnico raciais nos currículos, apesar das orientações das normativas nacionais. Sobre isso é preciso considerar a carga de conhecimento que os indígenas e quilombolas trazem consigo dos seus territórios, conhecimentos tradicionais que se torna necessário que a universidade possa dá a devida importância. De acordo com, Amouras, 2022:

“A implantação da política de ação afirmativa, voltada ao ingresso ou acesso ao ensino superior público, foi um grande avanço, todavia, são necessárias orientações que visem estimular a articulação entre saberes tradicionais e saberes da ciência moderna, de modo que promova o respeito à diversidade dos povos e o fortalecimento da produção de saberes dentro das instituições, garantindo, assim, uma maior pluriétnicidade das universidades”. (AMOURAS, et al, 2022, pg 66)

A esse respeito percebe-se de certa forma a naturalização do racismo ou racismo institucional que fica de certo modo evidente na formação dos discentes indígenas e quilombolas. As universidades por serem um espaço onde se manifesta todas as formas de expressão é possível que ainda se tenha a reprodução de atitudes discriminatórias e modelos de exclusão.

Por outro lado, no âmbito educacional, as conquistas sobretudo de acesso ao nível superior deram a possibilidade de que muitos negros pudessem mudar a sua realidade, mas essa conquista não é suficiente para que grande maioria tenha sucesso nos seus estudos, é necessário pensar novas estratégias, pois a procedência assim como fatores de vulnerabilidade afete o desempenho e a permanência nas universidades.

Segundo os coordenadores o acesso dos quilombolas está garantido através da reserva de vagas e processo seletivo diferenciado, no entanto, a permanência ainda é uma situação desafiadora para a universidade. Sobre isso, afirmamos que as ações estão sendo desenvolvidas para que os alunos tenham condições de permanecer, mas não garantem a permanência e conclusão, é preciso aproximar ainda mais a universidade desses alunos, trazendo e organizando ações que muitas vezes já ocorrem na sede da ufopa, mas que nos campi fora de sede ainda contemplam esses alunos.

Dessa forma, entendemos que ao longo dos anos essas deformidades possam ser superadas, com políticas e ações que saiam do submundo da teoria e passem a intervir na vida das pessoas, sobretudo dos invisíveis e excluídos dentro do espaço acadêmico. Entretanto, há lógicas no âmbito da sociedade que em certa medida tem suas complexidades que necessitam de debate mais amplo no que concerne à inclusão e permanência dos quilombolas na graduação, que não é nosso intuito esgotar nesta dissertação. A permanência combinada com conclusão dos cursos evidencia parte desse debate, o qual procuramos discutir ao longo deste trabalho.

No caso específico do *Campus* de Juruti que foi objeto desta pesquisa, através do PSE os cursos de Engenharia de Minas, inferimos que para além das dificuldades que analisamos serem as que mais impactam são as financeiras, temos as dificuldades oriundas da educação básica que por vezes é precária.

As vozes dos entrevistados relatam grande dificuldades nas disciplinas de exatas o que inclui a física, química e matemática. Nesse sentido, compreendemos que seja fundamental que se pense estratégias para que esses alunos possam superar essas dificuldades, seja com

um curso de nivelamento, aulas de reforço ou monitorias. Podendo abarcar aqueles alunos que relataram que como passaram muito tempo longe da escola tem mais dificuldades no entendimento dos conteúdos, esses discentes são alunos com idade mais avançadas.

Foi relatado que alguns discentes não cursaram disciplinas na educação básica pela ausência de professor especializado, o que é preocupante ainda na região amazônica apesar dos processos formativos, como o Parfor que forma professores, mas que não é suficiente, geralmente esses professores são formados para trabalharem duas disciplinas o que já torna essa formação insuficiente ou sem aprofundamento necessário para que se tenha um profissional qualificado. Outra situação é ainda as escolas multiseriadas em que os professores ministram aulas para alunos de diferentes séries, comprometendo de alguma forma o ensino aprendizagem desses alunos, pois deixam de compreender elementos básicos das disciplinas, pela formação incipiente ao longo do percurso na educação básica

Por outro lado, alguns alunos expressam que muitas das dificuldades são pela ausência de organização ou rotinas de estudo, ou seja, ainda estão com a “cabeça de ensino médio”, sem a compreensão do que significa a universidade, dessa forma torna-se fundamental o estreitamento da universidade com a educação básica, com projetos de pesquisa e extensão para que se estreite essas relações e os universitários possam compartilhar experiências com esses alunos.

Ademais, a política de assistência estudantil, através de auxílios financeiros apesar de não terem aumento por um longo período, que é corroído pela inflação, os alunos conseguem se manter estudando, mas é evidente que permanência não se dá somente a partir disso, mas é um meio que contribui para que os alunos consigam permanecer e terem a possibilidade de conclusão. Com a diminuição dos recursos para as universidades, a política de assistência estudantil, também foi atingida, fazendo com que alguns alunos quilombolas não estejam recebendo, a quantidade de auxílios não é suficiente para atendimento da demanda, o que pode dificultar para os novos discentes.

Outras ações também são importantes como distribuição de bolsas de monitorias para que outros discentes possam ajudar no entendimento dos conteúdos, o que nos parece insuficiente frente as deficiências no aprendizado sobretudo nas disciplinas com uma base de cálculo maior que é o caso dos cursos disponíveis no Campus de Juruti. Nos casos de participação em projetos de pesquisa com bolsas, são exigidos rendimento acadêmico satisfatório, o que geralmente não é o caso dos quilombolas. Em relação a isso compreendemos que essas exigências acabam de alguma forma sendo um mecanismo de

reprodução de exclusão desses estudantes e um fator em si de desmotivação – constatamos que pelas inúmeras dificuldades que os quilombolas enfrentam elencadas em vários momentos neste texto, são estratégias que restringem a participação na produção do conhecimento por esses alunos

Além disso, esses alunos ainda enfrentam outras barreiras que influenciam na sua permanência, tais como: a discriminação, o preconceito, o racismo institucional entre outros, muitas vezes sem expressar isso e acabam internalizando e sendo atingidos psicologicamente. Observamos que a universidade não tem um canal direto para denúncias desse tipo. Com isso são situações que a nosso ver contribuem para diversas formas de exclusão, provocando a baixa autoestima e possíveis adoecimentos, tornando-os vulneráveis e sujeitos à desistência da graduação ou tendo sua conclusão com baixa qualidade.

Os resultados da desta pesquisa, que envolve os alunos quilombolas do Campus de Juruti, somam-se a outros estudos que mostram que o racismo é estrutural e acaba reproduzindo relações com desigualdade de poder. Assim observamos o racismo institucional que tem prejudicado a permanência de quilombolas na universidade, sobretudo os quilombolas que são pertencentes aos campis, onde as ações de apoio são concentrada na sede da Ufopa, assim torna-se necessário o maior investimento em estratégias de acompanhamento desses alunos que contam apenas com o apoio dos professores das disciplinas e coordenação de curso, para que tenham ajuda pedagógica objetivando novas trajetórias acadêmicas dentro da universidade e consigam ter autonomia intelectual ao longo do curso.

É importante enfatizar que a Ufopa tenha a preocupação em criar espaços para docentes tenham a possibilidade de obter formação continuada principalmente nos temas étnicos raciais, pois tem as condições de promover o pleno exercício da reflexão e proposições para o melhor andamento do ensino aprendizagem. Essa concepção é uma proposição que entendemos que garante o compromisso com a qualidade da aprendizagem na formação dos discentes, diminuindo o racismo institucional, e que pode estreitar as relações entre os grupos que fazem parte da comunidade acadêmica e também as populações originárias e tradicionais da região amazônica.

É fundamental não deixarmos de lado o contexto da pandemia de covid 19 que foi sem dúvida essencial para que tivéssemos desistência dos discentes nos cursos ofertados no Campus de Juruti, devido a situação atípica tanto para os discentes, técnicos e professores, como também a universidade que não estava preparada para responder as demandas que surgiram ao logo do período das restrições pelas autoridades de saúde.

É importante também frisar que a pandemia evidenciou fragilidades dos discentes e professores em torno do manuseio das ferramentas digitais, tornando necessário novas estratégias de ensino aprendizagem no âmbito da Ufopa. Outro fator que comprometeu o andamento dos estudos dos discentes foi a dificuldade no acesso a conexão de internet que ainda é insuficiente na região oeste do Pará, apesar do grande esforço que foi feito pela instituição para distribuir chips de conexão e recursos para que os alunos pudessem contratar links de internet.

Demonstramos as dificuldades e fragilidades das ações que são oportunizadas pela Ufopa, mas também é mister considerar os feitos relevantes já consolidados como as políticas de acesso que tem oportunizado o acesso significativo dos quilombolas no ensino superior, evidenciando que a Ufopa como instituição tem executado sua missão na Amazônia que é “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”, tornando-se referência na inclusão indígenas e quilombolas, assim como as populações tradicionais da região do baixo Amazonas.

BIBLIOGRAFIA

ARCHANJO, E. C. O. F. **Quilombos de Oriximiná (Pará –Brasil):escravidão, fuga e memóriano século XIX.** Rev. Hist. UEG -Anápolis, v.3, n.2, p.52-70, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3161/2054> Acesso em 30 de março de 2022.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal.** Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luiz-felipe-de-alencastro>;

ALMEIDA, R.R. **Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia: Jacarequara em Pauta.** Anpuh.org, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364781780_ARQUIVO_ArtigoRozembergAlmeida.pdf Acesso em: 09/11/2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMORAS, M; COSTA, S. M. G; SILVA, D. L. F. **Educação superior e a permanência de estudantes indígenas e quilombolas na ufpa.** REVISTA INTERETHNICA | v. 23, n. 1, p. 38-71, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/25252/32980>

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA UFOPA 2022 ANO BASE 2021. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2022/15e8e511df3d0bba5074daae6eb70fb4.pdf>

AZEVEDO, I.M. **Puxirum; memórias dos negros do oeste paraense.** Belém IAP, 2022. ISBN 85-890 95-01-0.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa Portugal: Edições 70, 2011

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo Martins Fontes, 2013.

BLANDO, A. **Dificuldades acadêmicas que interferem na aprendizagem de estudantes universitários de Engenharias e de ciências exatas: um estudo fundamentado na epistemologia genética.** Dissertação Mestrado (2015) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/115722>

BAIROS, L. **Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil.** *Afro-Ásia*. n. 17 (1996). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20863/13463>. Acesso em: 31.09.21

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 11/09/2021

CANAU, V. M. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?lang=pt&format=pdf>.

CORRÊA, G da S et al; **As principais dificuldades enfrentadas por alunos da Licenciatura em Química no curso noturno do IFSul -Campus Visconde da Graça (IFSUL - CAVG).** Edeq 37 anos. *Rodas de Formação de Educação Química.* Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: <https://edeq.furg.br/images/arquivos/trabalhoscompletos/s01/ficha-19.pdf>.

CRUZ, F. S. **Maior ‘quando a terra sair’ os índios tuxá de rodela e a barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 2017. Universidade de Brasília,. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23488/1/2017_FelipeSottoMaiorCruza.pdf

ESTATUTO DA UNIVERISIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, 2013. Disponível: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa>.

FERNANDES, Florestan. —**A Sociedade de Classes sob o Capitalismo Dependente** (apenas parte do capítulo, p. 48-69) in: Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, 3a. edição.

FERES JÚNIOR, J; L.A., DAFLON, V.T. **Políticas da Igualdade Racial no Ensino Superior. Publicações UERG**, 2015. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense (pp.32-42). Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/14229/10769>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

GARCIA, R. M. Et al. **Relações interpessoais na formação superior de educação física**. Revista eletrônica da escola de educação física da IFRJ. VOLUME 15, NÚMERO1 Janeiro-Julho 2019 150. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/21880>

GOMES, A. M. ; MORAES, K. N. . **Educação Superior no Brasil: Transição para um Sistema de Massa?**. In: 19o. Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: Educação, direitos humanos e inclusão social, 2009, João Pessoa. Anais do 19o. EPENN. João Pessoa: Editora UFPB, 2009. v. 1. p. 1-17.

GOMES, N. L. **O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

GONZALES, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HAGE, S. A. M; CARDOSO, M.B. C. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 425-438, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

LARA, S. H. **Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa**. In: Vera Ferlini. Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21 a 38;

Lima, M. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. **Dossiê Governo Lula** • Novos estud. CEBRAP (87) • Jul 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/P7jQbyjZbNLcfvRFFjgCkCp/?lang=pt> Acesso em: 06 de outubro de 2021.

NAHUM, J. S; OLIVEIRA, J. B. **Políticas de estado para comunidades remanescentes de quilombo na Amazônia paraense.** ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.14, jan./abr. de 2013. pp.07-23. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1131/1006>

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI/Ufopa – 2019-2023). Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2020/766ea1d5a36f6bde3acdc4b46199218e.pdf>.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1978.

NETO, J. M. B. **Rios de liberdade: os escravos e suas fugas fluviais na Amazônia brasileira.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 *online*), Belém, v. 08, n. 02, p. 100 – 123, jul-dez. / 2021. Disponível em: <https://ihgp.net.br>

MINAYO, M.C. de S; COSTA, A. P. **Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa.** Revista Lusófona de Educação, 40, 139-153, 2018. Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>.

MOURA, B. M. “**Aqui a gente tem folha**”: **Terreiros de religiões de matriz africana como espaços de articulação de saberes.** Dissertação (Mestrado –Mestrado em Antropologia). Brasília, 2017. 134p.

MOURA, B. M. **Mulheres de Axé e o Território da Universidade: Encruzilhando Epistemologias e Refundando Pedagogias.** Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, UnB. Ano 2021.

MUNZANZU, CARLA RAMOS ; BARBOZA, MYRIAN SÁ LEITÃO ; MOURA, BEATRIZ MARTINS . **Políticas Afirmativas para os povos indígenas: Universidade pública como território em processo de demarcação e retomada.** MANA (RIO DE JANEIRO. ONLINE), v. 28, p. 1-38, 2022.

PEREIRA, T. S. L; **Os indígenas e o ensino superior na amazônia: realidade e perspectivas da política de ação afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010 – 2015)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciência da /educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrado em Educação. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/ppge/images/dissertacoes/turma_2015/terezinha_do_socorro_lira_pereira.pdf

SABINO, G, CALBINO, D., & LIMA, I. (2022). **A trajetória dos movimentos negros pela educação: conquistas e desafios**. Linhas Críticas, 28, e40739. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc28202240739>

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. 336 p 3-10. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/48> Acesso em 02 de agosto de 2022.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf

SANTOS, C.P. C; MARAFON, N. M. **A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 408 - 422, ago./dez. 2016

SANTOS, P.K. **Permanência na educação superior: desafios e perspectivas** / Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade ; Universidade Católica de Brasília, 2020. Disponível em: <https://socialeducation.files.wordpress.com/2020/05/kohls-permanencia-na-educacao-superior-web.pdf>

SANTOS, K. da S. Et al. **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo**. Fundação Educacional Jayme de Altavila, Centro Universitário

CESMAC. DOI: 10.1590/1413-81232020252.12302018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kvr3D7Q3vsYjrFGLNprpttS/?format=pdf&lang=pt>

SANTOS, Z. C. et al. **O ambiente institucional da produção de juta no estado do Pará entre as décadas de 1940 e 1990**. cadernos cepec, volume 09, nº 02 dezembro de 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/10329>

SILVA, G. R. F et al; **Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa**. Online Brazilian Journal of Nursing, vol. 5, núm. 2, 2006, pp. 246-257. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3614/361453972028.pdf>

SILVA, Amanda Coqueiro et al. **Análise dos índices de reprovação nas disciplinas de cálculo I e AVGA do curso de Engenharia Elétrica do Instituto Federal da Bahia de Vitória da Conquista**. XIV International Conference on Engineering and Technology Education. February 28 – March 02, 2016, Salvador, BRAZIL. Disponível em: <https://copec.eu/intertech2016/proc/works/55.pdf>

SILVA, F. A. C. **O negro no sistema educacional brasileiro na perspectiva da lei 10.639/03: O ensino da História e Cultura Afro-Brasileiro**. ANPHUH-BRASIL-31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628540625_ARQUIVO_c34b2817f1f2048f2cbe36482c766a05.pdf

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer**. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

TAVARES, L. C; OLIVEIRA, O. **Presença e influência dos escravos africanos em Óbidos – Pa**. Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº16, Jan/Jun 2018, p. 23-40 www.ars.historia.ufrj.br.